



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ENTRE A CIÊNCIA E A MÍDIA, UM OLHAR SOBRE A  
(RE)SIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE AGROECOLOGIA**

RAQUEL LUCENA PAIVA

Vitória  
2018

RAQUEL LUCENA PAIVA

**ENTRE A CIÊNCIA E A MÍDIA, UM OLHAR SOBRE A  
(RE)SIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Elaine de Azevedo.

Vitória  
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da  
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

P149e Paiva, Raquel Lucena, 1970-  
Entre a ciência e a mídia, um olhar sobre a (re)significação do  
conceito de agroecologia / Raquel Lucena Paiva. – 2018.  
171 f.

Orientador: Elaine de Azevedo.  
Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e  
Naturais.

1. Ecologia agrícola – Cobertura jornalística. 2. Sociologia  
ambiental. 3. Sociologia rural. 4. Análise crítica do discurso. I.  
Azevedo, Elaine de, 1964-. II. Universidade Federal do Espírito  
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

---

Elaborado por Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-676/O

RAQUEL LUCENA PAIVA

**ENTRE A CIÊNCIA E A MÍDIA, UM OLHAR SOBRE A  
(RE)SIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE AGROECOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 22 de março de 2018

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profa Dra Elaine de Azevedo  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Profa Dra Eliana Santos Junqueira Creado  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof Dr Alexandre Curtiss Alvarenga  
Universidade Federal do Espírito Santo

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Espírito Santo e a todos que contribuíram e contribuem para a existência de universidades públicas gratuitas e para a democratização do conhecimento. À Fapes pelo apoio financeiro à realização da pesquisa.

Ao apoio e dedicação de Elaine de Azevedo, orientadora desta pesquisa, que com perspicácia e conhecimento demonstrou equilíbrio em me ‘trazer para o chão’ das metas e prazos e ao mesmo tempo me estimular a ‘voar’.

Aos avaliadores Eliana Creado, Alexandre Curtiss e Marcelo Fetz pelas contribuições durante o delineamento da pesquisa. À Daniela Zanetti, que me fez perceber a comunicação dentro das ciências sociais, estimulando esta trajetória interdisciplinar.

Ao companheiro Nelsinho e aos filhos Janaína e Raoni que contribuíram para minha reclusão produtiva e ainda se envolveram nos assuntos estudados.

Às amigas Ninom Rouze e Adriana Bravin que contribuíram com dicas e reflexões em momentos e assuntos diversos, mas que de alguma forma influenciaram meu olhar sobre esta trajetória. Aos meus pais, pela compreensão e amor.

Aos agricultores, por me alimentarem, no sentido mais concreto e mais abstrato desta palavra. Aos jornalistas que entenderam a Agroecologia e que demonstraram que é possível fazer um jornalismo menos superficial. Aos colegas do mestrado em ciências sociais, com os quais foram compartilhadas dúvidas, descobertas e crises. Aos colegas do mestrado em comunicação social, pelas trocas e contribuições, especialmente Yasmin Gatto, pelas dicas rápidas e certeiras.

A todos que se dedicaram e se dedicam à construção prática e teórica da Agroecologia e à defesa da segurança e da soberania alimentar. E também àqueles que constroem o discurso da diversidade e da contra-hegemonia na comunicação.

"A principal ameaça à vida em meio à diversidade deriva do hábito de pensar em termos de monoculturas, o que chamei de 'monoculturas da mente'".

**Vandana Shiva**

## RESUMO

Esta pesquisa se dedica à análise do processo de significação da Agroecologia em matérias jornalísticas produzidas por *sites* de notícias com perfil hegemônico e contra-hegemônico na região sudeste. A partir do conceito de Agroecologia delineado pela ciência e pelos movimentos sociais, este estudo examina a transição do discurso agroecológico quando inserido na formação discursiva do jornalismo. Considerando o contexto discursivo e não discursivo em que se inserem as notícias, constatou-se a baixa visibilidade atribuída ao tema e a ausência dos movimentos sociais como fontes das matérias produzidas pelo jornalismo hegemônico, enquanto que no jornalismo contra-hegemônico a participação dos movimentos sociais apresentou-se como decisiva para a discussão da temática agroecológica. A análise do conteúdo também apresentou resultados contrastantes entre os dois perfis de jornalismo, os primeiros utilizaram a palavra em matérias que, via de regra, apenas tangenciavam o tema e os segundos apresentaram uma quantidade considerável de textos que apresentaram princípios, políticas públicas, mobilizações sociais, riscos relacionados aos agrotóxicos, entre outras informações relacionadas ao tema. Os pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso conduziram a pesquisa e a dimensão ambiental também foi evidenciada por meio da análise dos discursos ambientais presentes nos textos.

**Palavras-chave:** agroecologia; sociologia ambiental; sociologia rural; comunicação ambiental; análise crítica do discurso.

## ABSTRACT

This research analyzes the signification process of Agroecology in journalistic matters produced by news sites with hegemonic and counter-hegemonic profile in the southeast region, of Brazil. From the concept of Agroecology delineated by science and by social movements, this study examines the transition of agroecological discourse when inserted in the discursive formation of journalism. Considering the discursive and non-discursive context in which the news is inserted, it was observed the low visibility attributed to the theme and the absence of social movements as sources of the news produced by hegemonic journalism, whereas in counter-hegemonic journalism the participation of social movements presented itself as decisive for the discussion of the agroecological theme. The analysis of the content also presented contrasting results between the two journalism profiles, the first ones used the word in matters that, as a rule, only touched the theme and the second presented a considerable amount of texts that presented principles, public policies, social mobilizations, risks related to pesticides, among other information related to the theme. The theoretical assumptions of Critical Discourse Analysis led to research and the environmental dimension was also evidenced through the analysis of the environmental discourses present in the texts.

**Keywords:** agroecology; environmental sociology; rural sociology; environmental communication; critical analysis of discourse.



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA	PÁG
Figura 1: tabela com a quantidade média de acessos mensais aos sites dos veículos jornalísticos de grande circulação e com presença <i>online</i> e <i>off-line</i> em cada estado da Região Sudeste.	19
Figura 2: quantidade de matérias jornalísticas que utilizaram a palavra 'Agroecologia', nos sites 'alternativos', entre 01/01/2016 e 31/12/2016.	20
Figura 3: concepção tridimensional do discurso, segundo Norman Fairclough (2001, p. 101)	104
Figura 4: quantidade de matérias jornalísticas que utilizaram a palavra 'Agroecologia' entre 01/01/2016 e 31/12/2016.	106
Figura 5: títulos e <i>links</i> das matérias em que foram analisados os aspectos discursivos.	123

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia  
ACBST - Associação Comunitária do Bairro  
ACD - Análise Crítica do Discurso  
AD - Análise do Discurso  
AFUBRA - Associação dos Fumicultores dos Brasil  
AMAU - Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana  
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia  
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APA - Articulação Paulista de Agroecologia  
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa  
ATC - Aliança de Controle do Tabagismo  
CCRU - Coletivo de Consumo Rural e Urbano de Diadema  
CLADES - Consórcio Latinoamericano sobre Agroecologia e Desenvolvimento  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária  
COP 7 - Sétima Conferência das Partes  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CTA - Centro de Tecnologias Alternativas  
EBAA - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa  
ENA - Encontros Nacionais de Agroecologia  
FD - Formação Discursiva  
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
IAP - Instituto para Acompanhamento de Publicidade  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFES - Instituto Federal do Espírito Santo  
INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
IRGA - Instituto Riograndense do Arroz  
ISEC - Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses  
LVC - La Via Campesina  
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts  
MOM-Brasil - *Media Ownership Monitor Brasil*  
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores  
MS - Ministério da Saúde  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
ONG - Organizações Não Governamentais  
PANCS - Plantas Alimentícias Não Convencionais  
PARA - Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
RBA - Rede Brasil Atual  
R-NEAs - Rede de Núcleos de Agroecologia da Região Sudeste  
SALBA - Sistemas Agroalimentares Locais de Base Agroecológica  
SEAG - Secretaria de Estado da Agricultura  
SECOM - Secretaria de Comunicação  
SOC - *Sindicato dos Obreros del Campo*  
SOCLA - Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia  
SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFRP - Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	PÁG
<b>INTRODUÇÃO</b>	13
TRAJETÓRIA DA PESQUISA	18
<b>1. AGROECOLOGIA</b>	22
1.1 HISTÓRIA E PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS	23
1.2 CONTEXTO AGRÍCOLA, HISTÓRICO, MUDIÁTICO E POLÍTICO DO BRASIL	43
1.3 COMPLEXIDADES, PARADIGMAS, RACIONALIDADES E DISCURSOS QUE PARTICIPAM DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGROECOLOGIA	51
<b>2. RELAÇÕES DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS</b>	72
2.1 DISCURSO	73
2.2 IDEOLOGIA	83
2.3 HEGEMONIA	86
2.4 IDEOLOGIA, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA COMUNICAÇÃO	90
2.5 CONCENTRAÇÃO DE PROPRIEDADE DA MÍDIA NO BRASIL	96
2.6 PERFIL DOS VEÍCULOS ANALISADOS	100
<b>3. ANÁLISE</b>	103
3.1 AGENDAMENTO E (IN)VISIBILIDADE	105
3.2 VOZES, FONTES E AGENTES DAS NOTÍCIAS	108

3.3 ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO	118
3.4 ENTRE A CIÊNCIA E A MÍDIA	152
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	157
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	166

## INTRODUÇÃO

Pensar Agroecologia envolve pensar soberania e segurança alimentar, pensar sustentabilidade sem separar o social do ambiental e compreender que as relações ecológicas e sociais são muito mais complexas que os sistemas de conhecimento. A Agroecologia propõe uma revolução paradigmática no modo de pensar a relação com a terra, nos métodos de conhecimento, nas práticas agrícolas e científicas. O conhecimento agroecológico não cabe no compartimento técnico da agronomia, mas abrange questões sociais, políticas e ambientais.

A Agroecologia se delineou como ciência e como conceito a partir do século XX, mesmo período histórico em que a agricultura industrial se expandiu pelo Brasil e pelo mundo. Mas as práticas agrícolas sustentáveis vinculadas à Agroecologia são milenares e têm por base as diferentes formas de agricultura tradicional, além de incorporar inovações e saberes (GLIESSMAN, 2008).

O sistema agroalimentar difundido pela agricultura industrial é caracterizado pelo uso intensivo de técnicas mecanizadas e insumos químicos para atingir a objetivos de alta padronização e produtividade. A monocultura implanta a lógica industrial na atividade agrícola e a padronização é útil para o controle centralizado da produção e do mercado. A alta produtividade propagada pela agricultura convencional é relativa, visto que não considera as externalidades socioambientais e não enxerga outras produtividades fora da monocultura, como os compostos orgânicos, produtos agrícolas para o autoconsumo, recuperação dos recursos hídricos, entre outros (SHIVA, 2003).

A produção de alimentos é uma atividade fundamental para as sociedades humanas e está diretamente relacionada com a segurança e a soberania alimentar. Por outro lado, a atividade agrícola é hoje responsável por fortes impactos socioambientais. Diante do dilema de fornecer alimentos para todos, sem comprometer o equilíbrio ambiental e a dignidade do agricultor familiar, a Agroecologia estabelece um diálogo constante entre saberes e práticas culturais, num processo de criação e recriação de práticas que não somente deixam de contaminar o ambiente como contribuem para a recuperação ambiental.

Muito mais que uma prática agrícola, a Agroecologia é um movimento social de fortalecimento dos agricultores familiares e um campo científico, que se distingue por comprometer-se em dialogar com saberes não científicos e por ser intrinsecamente interdisciplinar; ou seja, a Agroecologia conecta ecologia, ciências agrárias e florestais, ciências sociais, economia, história, geografia, educação popular, comunicação social, entre outros (CAPORAL, 2009).

Ao se opor ao padrão agrícola industrial, que materializa os resultados do progresso cego do saber científico em técnicas e tecnologias insustentáveis, a Agroecologia estabelece, entre os seus princípios, a responsabilidade socioambiental das tecnologias adotadas, que devem ser ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis (CAPORAL, 2004; LEFF, 2002).

Muito mais que um jogo de palavras, a defesa das tecnologias apropriadas e apropriáveis, move os praticantes da Agroecologia por ideais de autonomia, soberania e conservação. A tecnologia apropriável por agricultores, ou técnicos, ou instituições locais, é estratégica para prover autonomia aos sistemas alimentares e os objetivos de construção do conhecimento são direcionados para reduzir a distância entre produtores e usuários das tecnologias. Esta apropriação de conhecimento construída por meio do diálogo de saberes se propõe coletiva e participativa, como mostra Leff (2002), a seguir:

[...] Esta forma de conhecimento está de acordo com um processo de apropriação subjetiva e coletiva, capaz de induzir um processo participativo de tomada de decisões, onde as pessoas deixem de estar controladas (alienadas, manipuladas) pelos mecanismos cegos do mercado e pelas leis científicas que governam processos automáticos, acima de sua consciência e de seu entendimento. A racionalidade ambiental guia a reconstrução de conhecimentos, saberes e práticas, a partir da crítica da racionalidade formal e instrumental da civilização moderna (p. 186).

Ao propor novos paradigmas, a Agroecologia se delinea como uma ciência complexa, transdisciplinar e pós-colonial que se fundamenta na prática cotidiana de pequenos agricultores, comunidades tradicionais e camponeses.

O conceito de Agroecologia vem sendo construído por meio do debate entre diferentes campos científicos e sociais. Os atores diretamente envolvidos na construção do conhecimento agroecológico têm se empenhado em delinear o conceito a partir de produção científica dedicada a este objetivo e da mobilização social que envolve

diferentes agentes. Para estes sujeitos, a Agroecologia é um conceito em construção, mas com vários princípios sedimentados, que foram construídos coletivamente.

Fora da 'bolha informativa'<sup>1</sup> que abrange as redes de comunicação e difusão da Agroecologia, como é de se esperar, o conceito é utilizado sem a precisão conferida pelo discurso especializado. Pessoas que não tiveram acesso ou interesse pelos conteúdos informativos gerados pelas redes de Agroecologia poderão receber informações sobre o assunto a partir dos meios de comunicação diversos, entre eles os *sites* jornalísticos.

Este será o ponto de partida desta pesquisa, que se propõe a observar o contexto discursivo e não discursivo em que se insere a temática agroecológica no jornalismo hegemônico e contra-hegemônico da região sudeste. A delimitação do *corpus* dentro dos *sites* noticiosos que abordam assuntos diversificados irá traçar um perfil da representação que está disponível ao público não especializado, sem interesse específico no assunto.

A investigação observa o agendamento dos veículos jornalísticos em relação à temática agroecológica por compreender a importância da mídia no que se refere à visibilidade ou invisibilidade concedida aos assuntos, informações, paradigmas e grupos sociais. As fontes das informações veiculadas também serão analisadas para compreender quais agentes são legitimados como formadores de opinião ou excluídos do debate.

O presente estudo propõe observar os discursos socioambientais e as visões de mundo que se fazem presentes nas notícias relacionadas ao tema Agroecologia. A partir da compreensão do processo de significação da Agroecologia dentro do campo científico será observada a transição do conceito entre a formação discursiva da Agroecologia e a formação discursiva do jornalismo, além de analisar como se apresentam as disputas discursivas relacionadas aos princípios desta jovem ciência.

---

<sup>1</sup> A ideia de bolha tem sido utilizada por diferentes autores e profissionais para designar territórios informacionais com fronteiras invisíveis, muito comuns nas relações mediadas por redes sociais virtuais e por sites de busca (LEMOS, 2009); mas que pode designar também diversas redes de interesse com conexões *online* e *off line*.



Compreendendo que a distância real e simbólica limita a percepção da população urbana em relação às práticas agrícolas relacionadas à produção de alimentos, evidencia-se a importância da mídia na construção dos conceitos relacionados a esta problemática e suas implicações socioeconômicas e ambientais. A visão de mundo veiculada pelos meios de comunicação, no que se refere à atividade agrícola, é de fundamental importância para a mobilização de conceitos estratégicos como segurança e soberania alimentar.

A mídia também é reconhecida pela sua importância na disseminação e na fixação de discursos, por meio do seu forte poder de agendamento, legitimação e representação. O discurso participa do processo de significação do mundo “[...] constituindo e construindo o mundo em significado [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Ao pensar o discurso como prática política e ideológica, deve-se levar em consideração como este “[...] constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder [...]” (p. 94).

O discurso é percebido como um modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e o discurso ambiental participa da construção dos problemas socioambientais na medida em que formata a percepção da natureza e se insere na construção social de soluções para estes problemas. As políticas ambientais e os sistemas de conhecimento partem do compartilhamento de conceitos e paradigmas que se fundamentam em um sistema de crenças sobre a natureza (FAIRCLOUGH, 2001; DRYZEK, 2005; AGUIAR, 2012).

Com base nos pressupostos apresentados, propõe-se analisar o discurso presente no jornalismo hegemônico e contra-hegemônico produzido nos quatro estados brasileiros da região sudeste, considerando os textos dentro das práticas discursivas que envolvem sua produção, distribuição e consumo. E percebendo também que a produção do discurso está inserida dentro de diversas práticas sociais não discursivas.

Analisar a representação da Agroecologia pela mídia converge com a trajetória pessoal e profissional da autora desta pesquisa. Jornalista por formação e com experiência profissional em assessoria de comunicação e publicidade, teve oportunidade de vivenciar e intermediar a relação entre anunciantes e empresas jornalísticas e entender, em parte, como funciona este processo comercial e industrial.

Por outro lado, a vontade de pensar uma outra comunicação impulsionou pesquisas e práticas relacionadas à comunicação de projetos ambientais e à elaboração e gestão de projetos culturais e socioambientais. A reflexão sobre a própria alimentação e os anseios por repensar, individual e coletivamente, as relações de consumo e sustentabilidade reforçam a sua aproximação com a Agroecologia e a agricultura familiar.

Guiada pelo interesse em estudar os aspectos sociais e comunicativos das questões ambientais, com foco na produção e consumo de alimentos, o mestrado em Ciências Sociais, com ênfase na Sociologia Ambiental e na Análise do Discurso, possibilitou perceber a Agroecologia como um tema fértil para observar as visões de mundo que perpassam os diferentes discursos ambientais.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No 'Capítulo 1', a Agroecologia será contextualizada, considerando os princípios socioambientais e a trajetória de construção do conceito pela ciência e pelos movimentos sociais; o contexto agrícola, histórico e atual, político e midiático do Brasil será brevemente apresentado; e os fundamentos epistemológicos sobre os quais a Agroecologia se define como ciência serão contextualizados.

O 'Capítulo 2' apresentará as relações discursivas e não discursivas envolvidas na produção de notícias. Começando pelo discurso, serão discutidos aspectos relativos à ideologia, hegemonia, hegemonia na mídia, concentração de propriedade da mídia no Brasil, além de apresentar o perfil dos veículos analisados.

O 'Capítulo 3' será dedicado à análise do *corpus* da pesquisa. Nesta etapa serão observados o agendamento e os agentes presentes nas matérias e os discursos relacionados à Agroecologia, utilizando-se a metodologia da Análise Crítica do Discurso (ACD) e acrescentando um olhar sobre os discursos ambientais presentes no texto e a convergência dos mesmos com os princípios da Agroecologia.

## TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Para compor o quadro da pesquisa empírica sobre a relação entre mídia e Agroecologia, foram analisados os *sites* das seguintes publicações: Gazeta Online<sup>2</sup>, O Globo<sup>3</sup>, Folha de São Paulo<sup>4</sup>, Estado de Minas<sup>5</sup>, Século Diário<sup>6</sup>, Brasil de Fato<sup>7</sup>, Carta Maior<sup>8</sup> e Rede Brasil Atual (RBA)<sup>9</sup>. O critério para definição dos canais jornalísticos acima obedeceu a dois parâmetros paralelos: veículo de maior audiência e com presença *online* e *off-line*, em cada estado da região sudeste; *sites* contra-hegemônicos, de conteúdo diversificado, que demonstram atribuir relevância ao tema Agroecologia pelo agendamento frequente e pela profundidade com que abordam o assunto.

A seleção dos *sites* analisados atendeu ao objetivo de pesquisar a significação do conceito junto ao público não especializado, sem interesse específico no assunto, ou seja, parte do público que esteja, potencialmente, fora das bolhas de informações da Agroecologia.

Como primeiro critério, foram selecionados os quatro *sites* jornalísticos de maior audiência, em cada estado da região sudeste; considerou-se também, nesta delimitação, que os *sites* tivessem presença *online* e *off-line*, o que reflete a visibilidade destes veículos e a sua inserção nos grupos empresariais possuidores de diversos meios de comunicação e que lhes dá poder de impacto em grandes parcelas da população.

No quadro abaixo, são apresentados os números referentes aos acessos mensais aos *sites* pertencentes aos veículos jornalísticos de grande circulação que também possuem jornal impresso. Estas informações foram obtidas por meio da ferramenta

---

<sup>2</sup> <http://www.gazetaonline.com.br>

<sup>3</sup> <http://oglobo.globo.com>

<sup>4</sup> <http://www.folha.uol.com.br>

<sup>5</sup> <http://www.em.com.br>

<sup>6</sup> <http://seculodiario.com.br>

<sup>7</sup> <https://www.brasildefato.com.br>

<sup>8</sup> <http://cartamaior.com.br>

<sup>9</sup> <http://www.redebrasilatual.com.br>

*SimilarWeb*<sup>10</sup>, disponível *online*. Os relatórios emitidos por este site estão disponíveis no ‘Anexo 1’.

<b>SITES</b>	<b>Média de acessos mensais</b>
<b>Espíritos Santo</b>	
Gazeta Online	3.800.000
Tribuna Online	122.500
<b>Minas Gerais</b>	
Estado de Minas	5.100.000
O Tempo	2.900.000
Hoje em Dia	1.100.000
<b>Rio de Janeiro</b>	
O Globo	50.500.000
O Dia	9.300.000
<b>São Paulo</b>	
Folha de São Paulo	54.600.000
Estadão	27.700.000

Figura 1: tabela com a quantidade média de acessos mensais aos sites dos veículos jornalísticos de grande circulação e com presença *online* e *off-line* em cada estado da região sudeste. Informações levantadas em março de 2017, se refere a média dos seis meses anteriores.

No levantamento preliminar do assunto, observou-se os *sites* que se destacaram como produtores de conteúdos, tanto pela pesquisa em *sites* de busca, como *Google*, como pelo compartilhamento de notícias na rede social *Facebook*, feito por pessoas ligadas ao tema e que participam da rede de contatos virtuais da pesquisadora desta dissertação. Nesta etapa, observou-se que importantes produtores de conteúdo sobre o tema são veículos muito segmentados, diretamente focados em Agroecologia, na produção orgânica e na permacultura, ou ainda, consumo sustentável e temas ambientalistas. Porém, alguns *sites* jornalísticos de perfil contra-hegemônico também se destacaram pela importância atribuída ao tema. Como estes são produtores de conteúdos diversificados e, portanto, menos segmentados que os primeiros, foram incluídos os quatro veículos com este perfil que mais abordaram o assunto em 2016.

Para estabelecer os veículos contra-hegemônicos a serem consultados, foi feito um levantamento dos mais conhecidos e dos que produziram as matérias sobre Agroecologia identificadas na fase inicial da pesquisa. Esta lista foi complementada com os veículos presentes no seminário “Alternativas à mídia tradicional”, organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

<sup>10</sup> <https://www.similarweb.com>

(Intercom) no dia 24/03/2017 e disponível *online*<sup>11</sup>. Neste evento, estavam presentes representantes dos seguintes veículos, programas e coletivos: Carta Capital; Jornal GGN; Conversa Afiada; Diário do Centro do Mundo; Mídia Ninja; O Cafezinho; Brasil 247; Jornalistas Livres. Os que não constam no quadro abaixo não produziram nenhuma matéria com a palavra Agroecologia em 2016.

Para aferir a presença do tema nestes *sites*, a ideia inicial foi de promover uma busca pela palavra-chave no campo de pesquisa do próprio *site*, porém, após ter problemas com o sistema de busca de alguns veículos, a pesquisa foi realizada no *Google*, delimitando-se a pesquisa nos sites escolhidos por meio da utilização da técnica exemplificada a seguir. No campo de pesquisa do *Google*, foi escrito o termo '*site*', seguido de dois pontos, endereço do site a ser pesquisado, espaço, a palavra a ser pesquisada. (Exemplos: '*site:endereçodositeaserpesquisado agroecologia*'; '*site:www.brasildefato.com.br agroecologia*') Por meio deste mecanismo, foram aferidos os resultados da 'Figura 2'.

A seleção dos veículos contra-hegemônicos não teve como objetivo selecionar um por estado, como foi feito com a grande imprensa, porque tais veículos, em sua maioria, não apresentam uma delimitação de pautas e leitores por estado.

Veículos	Agroecologia
Brasil de Fato	68
Carta Maior	37
RBA	25
Século diário	19
Brasil 247	12
GGN	11
Caros Amigos	6
Jornalistas Livres	6
Carta Capital	5
Pragmatismo Político	4

Figura 2: Quantidade de matérias jornalísticas que utilizaram a palavra 'Agroecologia', nos sites 'alternativos', entre 01/01/2016 e 31/12/2016.

Após seleção dos *sites*, segundo os critérios acima descritos, foram aferidas 149 matérias com a palavra-chave Agroecologia. Todos estes textos foram lidos, analisados e tiveram seu conteúdo organizado por meio de uma planilha de controle, na qual foram organizadas informações relativas à autoria da matéria; vozes e instituições presentes, motivação da pauta e centralidade do tema. Esta última

<sup>11</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=P6BJWUXI-a8&t=26704s>

categoria se refere a uma classificação de 1 a 5, estabelecida em relação à abrangência e profundidade com que o tema Agroecologia foi abordado no texto.

Alguns critérios foram estabelecidos para a utilização desta escala. A classificação 1 foi utilizada para matérias que não são sobre Agroecologia e a presença da palavra foi motivada por fatores que não chegam a constituir afinidade entre o assunto da matéria e o tema. Como exemplo, houve, no 'Gazeta *Online*', matérias em que a palavra Agroecologia se devia ao cargo do entrevistado e no Estado de Minas, foram filtradas algumas matérias sobre o assassinato de um estudante de Agroecologia.

A classificação 2 foi atribuída para matérias que também não se referem diretamente ao tema, mas que a palavra foi citada de maneira mais intencional, como solução para problemas analisados ou contextualizando alguma informação para temas afins, como reforma agrária, educação no campo, entre outros.

A classificação 3 foi atribuída a matérias que abordam o tema de maneira superficial ou que tratam mais diretamente de outro assunto, mas contém informações importantes sobre Agroecologia. Classificação 4 para aquelas que abordam o tema de maneira mais abrangente, mas que não chega a discutir o conceito de Agroecologia ou apresentar os princípios e as visões de mundo que delineiam o discurso agroecológico. Aos que atendem a estes últimos critérios, foi dada a classificação 5.

Estes parâmetros foram importantes para estabelecer critérios à organização do *corpus*, não representam nenhum tipo de avaliação das matérias, mas serviram de base para a seleção dos textos a serem analisados dentro da metodologia da Análise Crítica do Discurso, método que se caracteriza pela análise detalhada de poucos textos. Nesta etapa, foram analisados oito textos, um de cada *site*

## 1. AGROECOLOGIA

O foco deste capítulo é a compreensão de como o conceito de Agroecologia foi delineado pela ciência e qual o estado da arte da produção acadêmica dedicada à sua conceituação. Apresentar o contexto em que se insere a Agroecologia no Brasil, do ponto de vista histórico, fundiário, midiático e de relações de poder. E por último dialogar com os referenciais teóricos apontados, pelos autores fundadores da Agroecologia, como fundamentos que apresentam fortes conexões com os princípios agroecológicos, tais como o pensamento complexo, a racionalidade ambiental e a economia ecológica; além de compreender as construções sociais do discurso ambiental para perceber as especificidades do discurso da Agroecologia.

Diante deste panorama, este primeiro capítulo foi organizado em três tópicos, no primeiro, busca-se apresentar a Agroecologia em sua trajetória de construção de um novo campo; observar os conceitos estabelecidos pelos principais autores; discutir a incorporação do diálogo de saberes; e compreender os princípios que fundamentam esta ciência, o porquê de se recusar veementemente a agricultura industrial e a importância estratégica da Agroecologia para a autonomia de agricultores e populações, por meio da construção de um projeto de segurança e soberania alimentar.

O segundo tópico tem por objetivo contextualizar o debate na realidade brasileira, que compreende uma pincelada nos fatores históricos que conduziram à realidade agrária atual e nas informações sobre a concentração fundiária; apresentar o processo de significação da agricultura familiar, as conexões percebidas com o conceito de campesinato e as sobreposições e oposições possíveis relacionadas ao agronegócio; além de contextualizar as campanhas de comunicação de massa que atuam diretamente na representação da atividade agrícola; e apresentar um breve panorama dos processos políticos que afetam diretamente a Agroecologia.

No terceiro tópico serão abordadas as orientações teóricas definidas pelos autores da Agroecologia como referencial para inserção desta ciência no pensamento filosófico, sociológico e econômico que participam da construção de seus fundamentos. Seguindo-se este caminho, aproxima-se também do pensamento e dos discursos

ambientalistas, para compreender as afinidades e divergências percebidas com importantes vertentes socioambientais.

## 1.1 HISTÓRIA E PRINCÍPIOS AGROECOLÓGICOS

Questões relacionadas à sustentabilidade da produção agrícola, segurança e soberania alimentar são fundamentais para a Agroecologia. O conceito começou a ser esboçado no início do século XX em resposta aos impactos causados pela agricultura, que passava por um processo de industrialização.

Muito antes, porém, da atividade agrícola se dividir em vertentes industriais ou ecológicas, a própria palavra agri(cultura) nos remete às suas bases culturais. Francisco Caporal (2009), agrônomo e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP), define a agricultura como um elemento central na relação entre a humanidade e o ambiente natural. Esta interação se caracteriza pela influência recíproca e circular entre os sistemas naturais e sociais.

A agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural. Mais do que tratar de processos naturais, trata-se, aqui, de processos socioculturais, de uma construção humana. [...] Há que se considerar também que o sentido que a agricultura assume não é a-histórico, isto é, o seu significado muda para diferentes espaços e épocas históricas [...] (CAPORAL, 2009, p. 95).

Miguel Altieri (2012, p. 164), agrônomo chileno, professor da *University of California* e importante autor para a fundamentação da Agroecologia, contextualiza a conexão entre a diversidade genética e a dimensão cultural da agricultura tradicional:

As espécies e a diversidade genética dos sistemas de agricultura tradicional não são o resultado de um processo adaptativo aleatório. Esses agroecossistemas são fruto de um processo coevolutivo complexo entre os sistemas naturais e sociais, que originou estratégias engenhosas de apropriação dos ecossistemas.

Altieri (2012, p. 23), porém, enfatiza também, as consequências homogeneizantes da intervenção humana no ambiente natural, visto que, “[...] a agricultura é uma atividade humana que implica a simplificação da natureza, sendo as monoculturas a expressão máxima desse processo”. As técnicas e processos agrícolas desenvolvidos nos últimos séculos foram criados com o objetivo de aumentar a produtividade e



racionalizar o uso da força de trabalho, porém, as diversidades biológicas e culturais não foram consideradas.

A Revolução Industrial também se fez presente na agricultura, a primeira máquina agrícola articulada foi uma semeadeira-cultivadora, criada em Oxford, na Inglaterra, em 1701. Esta máquina realizava o plantio em linha reta, característica típica das máquinas agrícolas até a atualidade. Em 1840, o alemão Justus von Liebig descobre que a nutrição das plantas também pode ser feita por meio de fertilizantes solúveis e sintéticos. Esta descoberta fundamenta a lógica da agricultura industrial, que depende do aporte de nutrientes externos e com alta dependência energética de combustíveis fósseis. Em 1939, Paul Muller, na Suíça, descobre o DDT. (MACHADO, 2014) Estes marcos históricos revelam importantes passos para a reafirmação da monocultura como padrão de produção científico-industrial na agricultura ocidental moderna.

Enquanto a agricultura industrial se espalhava pelo planeta, difundindo os avanços da ciência moderna, alguns cientistas passaram a questionar a sustentabilidade destas práticas e propor os fundamentos de uma agricultura ecológica. Klaus Klages e Basil Besin, ambos russos, são reconhecidos por diferentes autores como os primeiros a utilizar a palavra Agroecologia em publicação científica, em 1928 (GLIESSMAN, 2013, WEZEL et. al., 2009). Desde que o conceito de Agroecologia começou a ser esboçado, a preocupação com a sustentabilidade ambiental e com a autonomia dos agricultores se fizeram presentes, como se pode ver em Gliessman e Besin, abaixo:

Por um lado, Besin (1930) entendia a agroecologia como uma forma de gerar informação, através do que chamou 'investigação agroecológica', que ajuda os agricultores a tomar melhores decisões sobre o que comprar. Curiosamente, porém, afirmou também a necessidade de 'regular a compra de fertilizantes, máquinas e sementes, com o fim de reduzir o risco para o agricultor'. (Besin, 1930, 278) O que pode ser interpretado como uma chamada a um certo tipo de resistência contra a pressão que exercem as corporações, uma necessidade que tem crescido cada vez mais, conforme o modelo de agricultura industrial tem exercido um maior controle do nosso sistema alimentar. Mas Besin também viu a agroecologia como uma ciência multidisciplinar, na qual se deve considerar todos os fatores que influenciam o desenvolvimento e o êxito de um cultivo (GLIESSMAN, 2013, p. 20).

Embora a proposta multidisciplinar tenha estado presente nesses primeiros esforços para se definir o novo conceito, as produções teóricas e empíricas estiveram, nas primeiras décadas, mais circunscritas ao campo das ciências naturais, especialmente, agronomia e ecologia. Stephen Gliessman (2008, p. 57), agrônomo estadunidense, professor na *University of California* e também importante autor fundador da

Agroecologia, afirma que estes dois campos científicos tiveram um “relacionamento tenso durante o século XX”, com a ecologia se ocupando, principalmente, dos sistemas naturais, enquanto a agronomia voltou-se para os processos produtivos, sem muita ênfase aos processos ecológicos da agricultura.

Segundo Gliessman (2008), houve alguns esforços de aproximação, como o desenvolvimento do campo ‘ecologia de cultivos’, no final dos anos 20, porém, as fronteiras entre ‘ciência pura’ e ‘ciência aplicada’ foram mantidas. Após a Segunda Guerra Mundial, esta distância foi ainda mais acentuada, “[...] enquanto a ecologia movia-se na direção da ciência pura, a agronomia tornou-se cada vez mais orientada por resultados [...]”. Neste período, intensificou-se a mecanização e o uso de produtos químicos na agricultura e “[...] os pesquisadores em cada área ficaram menos propensos a ver pontos em comum entre as disciplinas [...]” (GLIESSMAN, 2008, p. 57).

Durante os anos 60 e 70, dentro de um contexto de maior interesse por questões ambientais e do desenvolvimento de estudos com abordagem sistêmica, verificou-se uma reaproximação destes dois campos. Em 1974, no Congresso Internacional de Ecologia, um grupo de trabalho desenvolveu um relatório intitulado ‘Análise de Agroecossistemas’ (GLIESSMAN, 2008).

Augusto Ruschi (1978), cientista que viveu no Espírito Santo entre 1915 e 1986, autor de mais de vinte livros científicos e importante ambientalista, lançou, em 1978, o livro ‘Agroecologia’. O ecologista capixaba demonstrou pioneirismo e abertura para a interdisciplinaridade, alinhado com as iniciativas internacionais, contribuiu para uma visão ecológica dos agroecossistemas e destacou a interdependência entre os fatores naturais, econômicos e culturais.

Ainda nos anos 70, Stephen Gliessman assume um posto na Universidade de Tabasco, México, onde elabora o curso acadêmico de Agroecologia. Em 1981, este cientista passa a trabalhar na Universidade da Califórnia, UC Santa Cruz, onde estabeleceu o primeiro programa acadêmico de Agroecologia dos Estados Unidos. Neste período, cresceu também a presença das ONGs (Organizações Não Governamentais) na América Latina, e “[...] Em 1989, as ONGs de 11 nações

latinoamericanas estabeleceram o Consórcio Latinoamericano sobre Agroecologia e Desenvolvimento (CLADES)” (GUZMÁN, 2013, p. 32).

Em 1978, Eduardo Sevilla Guzmán, agrônomo e Ph.D em Sociologia Rural, funda o Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos (ISEC), na Universidade de Córdoba, Espanha. O ISEC tem um histórico de atuações em conjunto com o movimento dos trabalhadores sem terra da Andaluzia, representados pelo SOC (*Sindicato dos Obreros del Campo*) (GUZMAN, 2013; GLIESSMAN et. al., 2008).

Nos anos 80 ocorreram importantes avanços nas pesquisas e no delineamento do conceito de Agroecologia:

[...] Enquanto a sustentabilidade fornecia uma meta para focalizar a pesquisa agroecológica, a abordagem de sistema integral da agroecologia e o conhecimento de equilíbrio dinâmico proporcionavam uma base teórica e conceitual consistente para a sustentabilidade. Em 1984, diversos autores estabeleceram a base ecológica da sustentabilidade nos anais de um simpósio (Douglas, 1984), esta publicação teve um papel destacado na solidificação da relação entre a pesquisa agroecológica e a promoção da agricultura sustentável (GLIESSMAN, 2008, p. 58).

Outra importante publicação dos anos 80 foi o livro de Miguel Altieri, então intitulado ‘Agroecologia: bases científicas para uma agricultura ecológica’, definido por Guzman (2000, p.1) como o primeiro “manual sistemático” da Agroecologia. Esta publicação foi editada em diferentes países e em suas edições mais recentes o título mudou para ‘Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável’, refletindo o alinhamento do conceito com os princípios estabelecidos, nas últimas décadas, entre cientistas e movimentos sociais. Também nesta década, foi criada, no Brasil, a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) (GUZMAN, s/d; GLIESSMAN, 2008; WEZEL et. al., 2009). Em 1991, por meio de interações entre a UC Santa Cruz, CLADES e ISEC, foi estabelecido o primeiro programa de doutorado em Agroecologia, na ISEC. (GUZMAN, 2013).

No século XXI, a Agroecologia se fortaleceu nos diferentes continentes, sendo destacada, por diversos autores, a importância da América Latina nas pesquisas e no movimento agroecológico (GUZMAN, 2000; WEZEL et. al., 2009). Em 2002, constituiu-se, no Brasil, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)<sup>12</sup>, com o objetivo de ser um espaço de convergência para fortalecer a Agroecologia e o movimento dos

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em 23/03/2017.

agricultores familiares. A ANA, atualmente, articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional.

Em um processo integrado com a atuação da ANA, desde 2004, a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia) se constituiu e reúne pesquisadores e profissionais de ensino e extensão rural, de todas as regiões brasileiras em “[...] uma entidade que assume para si o desafio de contribuir para o avanço da perspectiva agroecológica nas instituições científico-acadêmicas” (PETERSEN, 2012, p. 14).

Os movimentos sociais também participam ativamente no delineamento de ações, princípios e objetivos para a Agroecologia, *La Via Campesina*<sup>13</sup> (LVC), é um movimento internacional que conta com a participação de organizações locais e nacionais de setenta e três países, na África, Ásia, Europa e América, e tem como principais bandeiras a soberania alimentar, a Agroecologia e a luta pela terra e pela reforma agrária. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>14</sup> também adotou a Agroecologia, e valoriza em seus programas a produção de alimentos saudáveis, com respeito ao meio ambiente, em um modelo econômico que distribua renda.

A definição da área de abrangência da Agroecologia tem sido um processo de articulação coletiva, com contribuições de cientistas, agricultores e ativistas, que viram esta ciência como uma alternativa para enfrentar o desafio de produzir alimentos para a crescente população mundial, sem exaurir a capacidade de suporte dos ecossistemas. A Agroecologia se fundamenta em três dimensões: ciência, movimento social e prática agrícola. Paulo Petersen (2012, p. 7), diretor executivo da AS-PTA e vice-presidente da ABA detalha as três acepções da Agroecologia, defendidas como interdependentes:

[...] 1) teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial [...] 2) prática social adotada, explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; 3) movimento social que mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente no desenvolvimento da Agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade, engajados

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em 03/04/2017.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje/>. Acesso em 05/04/17.

em defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades.

A percepção do conceito de Agroecologia costuma ser reduzida à dimensão da prática agrícola sustentável, porém, autores atuantes no delineamento do campo enfatizam uma visão mais abrangente. Miguel Altieri (2012), na introdução à terceira edição brasileira do seu livro 'Agroecologia', estabelece importantes princípios ecológicos e sociais:

A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova *revolução agrária* não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada à noção de soberania alimentar. (ALTIERI, 2011, p. 15, *itálicos do autor*)

Gliessman (2013, p. 19) oferece uma síntese do conceito, no qual enfatiza a sustentabilidade alimentar: “[...] Hoje em dia, uma das definições mais completas da agroecologia, é a ecologia do sistema alimentar [...]”. Guzmán (s/d, p.1) destaca a inter-relação entre os aspectos socioeconômicos e ambientais envolvidos na produção agrícola e aponta o neoliberalismo como fomentador da crise civilizatória e ambiental pela qual passa a humanidade:

A agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletivas que apresentem alternativas à atual crise civilizatória. Mediante propostas participativas, desde os âmbitos da produção e circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encarar a deterioração ecológica e social gerada pelo neoliberalismo atual.

Francisco Caporal (2004, p. 13) também apresenta uma visão abrangente da Agroecologia, que incorpora “[...] dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade”.

Elaine de Azevedo (2011, p. 720) acrescenta ênfase à autonomia do agricultor e à estratégia de soberania alimentar focada no local, ao caracterizar a Agroecologia como “[...] movimento sociopolítico de fortalecimento do agricultor em busca de sua identidade e raízes culturais e, principalmente, de sua autonomia, poder de decisão e participação ativa no processo produtivo, favorecendo o local como foco de ação”. Essa mesma autora tem se dedicado a explorar o diálogo entre as áreas da produção

de alimentos e da saúde coletiva ao destacar as dimensões de saúde humana, social e ambiental presentes na Agroecologia, ampliando uma relação interdisciplinar (AZEVEDO, 2011).

A Agroecologia se delinea rompendo as barreiras dos saberes e articulando disciplinas distintas para abranger a complexidade das relações socioambientais envolvidas nas atividades agrícolas. Francisco Caporal (2009, 2002, 2004, p.16) defende que a Agroecologia é muito mais que agricultura e ecologia, pois mobiliza também os conhecimentos da economia, história, biologia, ciência da comunicação, educação, antropologia, sociologia, entre outros. Segundo o autor, a Agroecologia abrange esferas amplas de análise “[...] justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico [...]”.

As interações complexas entre fatores biológicos e sociais, abrangendo as dimensões econômicas, tecnológicas e políticas, entre outras, são citadas por Guzman (2002) para contextualizar a amplitude da abrangência e a defesa da abordagem sociológica:

A Agroecologia se propõe não só a modificar a parcelização disciplinar, senão também a epistemologia da ciência, ao trabalhar mediante a orquestração de distintas disciplinas e ‘formas de conhecimento’ que compõem seu pluralismo dual: metodológico e epistemológico, onde a perspectiva sociológica tem um papel central (p. 18).

A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores tradicionais com o conhecimento teórico e técnico dos cientistas. Exemplificando a riqueza de conhecimento dos povos tradicionais e os avanços no diálogo com a ciência, Altieri (2012) cita pesquisas etnobotânicas realizadas no México, com os povos *tzeltal*, *purépecha* e maias, em que estes foram capazes de identificar entre 500 e 1.200 espécies de plantas. Os agricultores pesquisados reconheceram diversos tipos de solo e demonstraram conhecimento detalhado de categorias e níveis de fertilidade, identificando os tipos de solo pela cor, textura e até gosto.

Altieri (2012) contextualiza a dimensão local do conhecimento tradicional, desenvolvido em *habitats* e culturas específicas, onde estas práticas são bem-sucedidas. Tais técnicas não constituem ‘receitas’ adequadas para serem replicadas em outros ecossistemas ou culturas, porém, diferentes sistemas agrícolas tradicionais compartilham semelhanças estruturais e funcionais, tais como: diversidade; ciclos

fechados de materiais e resíduos; interdependência biológica; sementes locais; consumo local; entre outros. A especificidade do conhecimento científico e tradicional é também esclarecida pelo autor:

[...] A maioria dos agricultores locais detém profundo conhecimento sobre as forças ecológicas que os rodeiam. No entanto, sua experiência é limitada a um ambiente relativamente restrito em termos culturais e geográficos. Tal experiência não deve ser comparada ao conhecimento generalista do ecólogo, assim como a formação sofisticada do ecólogo não deve ser comparada ao conhecimento empírico dos agricultores [...] é justamente por isso que um 'diálogo de saberes' se faz necessário entre ecólogos e agricultores tradicionais [...] (ALTIERI, 2012, p. 166).

Esta perspectiva dialética e participativa rompe com os procedimentos científicos convencionais e, segundo Guzmán (2002), realiza a “transgressão fundamental” de mudar a relação do pesquisador frente ao objeto pesquisado e à realidade estudada. A perspectiva convencional “[...] estabelece a necessidade de um empenho, por parte do pesquisador, para encontrar elementos que o mantenham afastado da realidade pesquisada [...]”. Além de separar “[...] seu discurso daquele que está tentando descobrir [...]”. O autor acrescenta que, no diálogo de saberes, “[...] a captação de discursos já supõe uma implicação parcial do pesquisador com objeto estudado [...]” e o experimento científico deixa de estar nas mãos, exclusivamente, do pesquisador (GUZMÁN, 2002, p. 25).

Até que ponto, porém, o diálogo de saberes defendido por cientistas e militantes da Agroecologia corresponde à realidade? Os atores envolvidos com pesquisas e práticas agroecológicas são muito diversos. É fundamental reconhecer que em diferentes iniciativas haverá uma maior ou menor aproximação com os princípios idealizados pelos seus fundadores. Porém, algumas experiências e análises são úteis para esclarecer sobre percepções e ações que fazem parte da construção do diálogo de saberes.

Altieri (2012) afirma que é recente o reconhecimento, por parte dos ecologistas, das “virtudes dos agroecossistemas tradicionais” e das práticas camponesas que levam à manutenção da biodiversidade, e alerta que:

Um dos principais desafios tem consistido na tradução de tais princípios em estratégias práticas de manejo dos recursos naturais. No entanto, mais pesquisas devem ser conduzidas e com urgência, antes que este legado ecológico neolítico seja perdido para sempre, vítima do desenvolvimento da agricultura industrial. Isso pode realmente ser uma das tarefas mais importantes para os ecólogos no século XXI. (ALTIERI, 2012, p. 161)

Caporal (2009) cita uma pesquisa etnobotânica, realizada em uma aldeia da etnia Kayapó, no Pará, que revelou um aumento de biodiversidade no ecossistema cultivado. As práticas agrícolas utilizadas por estes indígenas são semelhantes às sucessões naturais da vegetação da floresta. O cultivo de espécies de baixo porte é sucedido pela introdução de bananeiras e outras espécies frutíferas, para finalmente introduzir espécies florestais de grande porte. Os autores da pesquisa constataram que, por serem as plantações esporádicas e com estrutura semelhante à vegetação natural das florestas, o manejo da capoeira somente foi compreendido como um cultivo recentemente. Com base nesta constatação, os pesquisadores passaram a questionar se os ecossistemas tropicais são mesmo naturais ou se foram moldados pelas populações indígenas.

A dimensão cultural da Agroecologia tem, entre seus princípios, a valorização e o resgate de saberes tradicionais de “[...] um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo e um sentido da existência [...]” (LEFF, 2002, p. 36). Não se trata de mera nostalgia por tempos ‘primitivos’, mas de uma estratégia de autonomia e de reconhecimento dos saberes que alimentaram a humanidade por séculos. Ao propor um diálogo com o conhecimento científico contemporâneo, porém, fica claro que não se propõe apenas um retorno ao passado, mas a reconstrução de saberes cultivados culturalmente, que a modernidade descartou.

O movimento agroecológico também defende e vivencia fortemente ações voltadas para o diálogo de saberes. Atualmente, os congressos e encontros de Agroecologia, congregam militantes, cientistas e agricultores. Rafaela Dornelas (2016) em dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da UFES, descreve a trajetória do movimento agroecológico brasileiro, com ênfase nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), e posteriormente, Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs). A pesquisadora destaca um fato ocorrido no III ENA, e enfatizado pelos seus entrevistados, participantes do movimento agroecológico, como um marco na construção do diálogo de saberes no âmbito da ANA. Neste encontro, o Padre Justino Obers, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), reuniu os agricultores presentes embaixo de uma árvore, em uma espécie de evento paralelo, por perceber a falta de espaço para o diálogo entre



os camponeses. A pesquisadora acrescenta que: “[...] Esse momento é relatado como extremamente relevante e inspirador para a corrente que defendia a necessidade de maior protagonismo dos camponeses e do diálogo entre distintos saberes [...]” (DORNELAS, 2016, p. 72).

A importância dada ao conhecimento tradicional, o foco no pequeno agricultor e a ênfase nos fatores não econômicos envolvidos na atividade, porém, não circunscreve a Agroecologia, exclusivamente, aos pequenos cultivos e às culturas de subsistência. Manuel González de Molina (2017, p. 33), historiador e professor da *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha, em artigo assinado com o biólogo Daniel López García e com a agrônoma Glória Guzmán Casado defendem o crescimento em escala dos cultivos agroecológicos, por meio de ações coletivas, “[...] com base na combinação de distintos planos e escalas de ação para buscar as sinergias e oportunidades que torne possível este salto em escala que o progresso de uma alternativa agroecológica demanda [...]”.

A experiência do MST, no Sul do Brasil, com produção, beneficiamento e comercialização de arroz, em larga escala é um exemplo prático da viabilidade de se produzir alimentos orgânicos em grandes quantidades. O MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, segundo o IRGA (Instituto Riograndense do Arroz), com a safra de 2016/2017 estimada em 27 mil toneladas<sup>15</sup>.

A associação entre a Agroecologia e as pequenas produções tem importantes fundamentos, visto que a mesma tem suas bases de sustentação fortemente interligadas com o campesinato e com a agricultura familiar. O combate à distribuição desigual do acesso à terra também é um compromisso ético defendido por diversos autores e pelo movimento agroecológico. Ao defender o crescimento em escala da produção agroecológica, Molina, Garcia e Casado (2017 p. 35) permanecem favoráveis a tais princípios, visto que, no mesmo texto, os autores alertam para as consequências da concentração de poder para a soberania alimentar:

Os desequilíbrios tradicionais de produção entre os países, a distribuição desigual da terra, o controle dos mercados agrícolas mundiais pelas grandes multinacionais agroalimentares e os grandes bancos, tem convertido a insegurança alimentar, a fome endêmica, a pobreza de vastas zonas rurais

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>. Acesso em 10/08/17.

do planeta em uma característica estrutural do sistema agroalimentar mundial.

A defesa do crescimento da produção sem perder de vista os riscos inerentes à concentração do poder envolvem duas questões recorrentes sobre a Agroecologia. Por um lado, a ênfase no pequeno produtor levanta questionamentos sobre a capacidade de se produzir em grandes escalas. Por outro lado, correntes que desconsideram a abrangência sociopolítica da Agroecologia, abrem espaço para que grandes corporações definam seus produtos como agroecológicos, desconsiderando as condições sociais da produção.

O “salto em escala” é proposto por Molina, Garcia e Casado (2017) dentro de uma estratégia de politização do consumo de alimentos, por meio da implementação de Sistemas Agroalimentares Locais de Base Agroecológica (SALBA). Os autores reconhecem que a Agroecologia esteve muito tempo mobilizada para pensar a oferta de alimentos e o trabalho dos produtores, sendo assim, o consumo de alimentos assumiu uma posição passiva. A politização do consumo alimentar é proposta com o objetivo de fortalecer a autonomia de produtores e consumidores em defesa da soberania e da segurança alimentar, em um projeto comum, fundamentado na cooperação dentro do próprio território.

Azevedo (2015) discorre sobre a politização do consumo alimentar, discutindo conceitualmente o locavorismo, neologismo que remete à ideia de alimentar-se com produtos locais. Este movimento incorpora as ideias de *food miles*<sup>16</sup> e de *slow food*<sup>17</sup>, porém, diferentemente do *food miles*, o locavorismo não especifica uma distância máxima para que um alimento seja considerado local, porque não se preocupa somente com o lugar em que a comida é produzida, mas também percebe em que condições é produzida e comercializada. A autora acrescenta que a politização do consumo alimentar envolve também “[...] a discussão da democratização do ato de alimentar-se frente a monopolização das grandes redes varejistas e, desse modo, o

---

<sup>16</sup> *Food Miles* é definido pela autora como um fenômeno que considera a distância em milhas entre produtor e consumidor, por levar em conta o custo energético do transporte.

<sup>17</sup> Segundo a autora: “O movimento *Slow Food*, criado pelo italiano Carlo Petrini em 1986, questiona a homogeneização e os efeitos do *fast food* [...]”. (AZEVEDO, 2015, p. 92)

Locavorismo aparece como uma forma de resistência ao processo de globalização” (AZEVEDO, 2015, p. 84).

O potencial da politização do consumo local, para alavancar a agricultura familiar e a Agroecologia, é valorizado por Azevedo (2015), na análise do contexto brasileiro:

[...] a perspectiva do alimento local no Brasil é transversal aos princípios e diretrizes da Agroecologia e da Agricultura Orgânica e de algumas políticas públicas, como a Política Nacional de Alimentação Escolar, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa de Aquisição de Alimentos, mas acredita-se que a disseminação e o fortalecimento desse conceito *per se* pode resultar em um impulso à agricultura familiar e a todas as formas de agricultura sustentável, bem como fomentar novas políticas públicas que considerem a essencialidade de fortalecer territórios e locais, ação que deve trazer impactos culturais e socioambientais positivos (AZEVEDO, 2015, p. 93),

Os autores (AZEVEDO, 2015; MOLINA, GARCÍA, CASADO, 2017) reconhecem que as iniciativas relacionadas à politização da produção e consumo de alimentos ainda estão se delineando e envolvem fatores complexos, como mudança nos hábitos de alimentação e consumo. Não seria mais viável realizar o necessário ‘salto em escala’ dentro das estruturas mercadológicas não politizadas?

Molina, García e Casado (2017, p. 37) argumentam que o mercado condena as experiências agroecológicas e a produção orgânica à convencionalização, definida como um processo de subordinação e dependência dos modos de produção, preservados ou desenvolvidos à revelia da padronização deste mercado, bem como à apropriação capitalista dos aspectos alternativos (anticapitalista) da agricultura orgânica e campesina, visto que as regras no jogo da comercialização empurram para a dependência do mercado.

No mercado convencional, a pressão por preços, estabelecidos por umas poucas redes varejistas, representa uma motivação para que os produtores orgânicos adotem medidas que levem à redução imediata dos custos dentro de um processo geralmente relacionado à maior dependência de insumos externos, mesmo que em detrimento de decisões que poderiam valorizar mais a sustentabilidade e a autonomia local. Quando as relações são verticais e os grandes compradores são beneficiados com a ‘livre concorrência’, são baixas ou nulas as possibilidades de negociação dos produtores.

Atualmente, o mercado de produtos orgânicos está em franca expansão e atrai as grandes corporações. Em 2017, a *Amazon*, gigante transnacional de comércio virtual, adquiriu a *Whole Food Market*, uma rede de lojas estadunidense, especializada em alimentos orgânicos e alternativos, por US\$ 13,7 bilhões<sup>18</sup>. Esta aquisição está sendo citada pela sua atualidade e força simbólica, visto que uma cesta de produtos orgânicos da *Amazon* pode vir a ser uma alternativa à feira local. Porém, o processo e assimilação dos orgânicos pelo agronegócio cresce em todo mundo e atrai várias grandes corporações, motivadas pelo novo nicho de consumidores com considerável poder aquisitivo e dispostos a pagar mais. Molina, García e Casado (2017) analisam os novos mercados da agricultura orgânica que têm se desenvolvido na Espanha:

[...] o desequilíbrio entre uma demanda crescente e uma oferta insuficiente (EU-DG AGRI, 2010, 42) e mal organizada, favorece a entrada de grandes operadores de distribuição e reproduz o mesmo modelo convencional, em que uma porcentagem ridícula do preço final é retido pelos agricultores. (MOLINA; GARCÍA; CASADO, 2017, p. 39)

Quando o consumidor paga mais e o agricultor orgânico não recebe mais, ele é incentivado a recorrer às técnicas de produção similares às convencionais e permitidas pelas regras de certificação, geralmente focadas na verificação da presença de produtos químicos, mas seus critérios são insuficientes para avaliar o equilíbrio ecológico da plantação e não considera os aspectos sociais. Segundo Molina, Garcia e Casado (2017), no processo de convencionalização, o produtor é levado a incorporar *inputs* externos ao sistema produtivo, como adubos, combustíveis, sementes pouco adaptadas ao solo e clima local. São vários fatores de produção que geram custos para o agricultor e nem sempre contribuem com o equilíbrio do agroecossistema. Caporal e Costabeber (2007, p. 117) apontam os efeitos ambientais de manejos focados apenas na substituição de alguns insumos:

Na realidade, uma agricultura que trata apenas de substituir insumos químicos convencionais por insumos “alternativos”, “ecológicos” ou “orgânicos” não necessariamente será uma agricultura ecológica em sentido mais amplo. É preciso ter presente que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos mal manejados pode não ser solução, podendo inclusive causar outro tipo de contaminação.

Para entender as relações ambientais que estão em jogo quando os agricultores decidem por um ou outro tipo de manejo, insumos e técnicas, é necessário compreender um pouco os princípios da Agroecologia aplicados à produção. Diversos

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/06/1893416-amazon-anuncia-plano-de-compra-da-rede-whole-foods-por-us-137-bilhoes.shtml>. Acesso em 15/08/17.

métodos de cultivo considerados agroecológicos partem de princípios que imitam a natureza. Sistemas agroflorestais, policultivos, agricultura biodinâmica, entre outros, são técnicas onde as relações ecológicas são mantidas, garantindo a reciclagem de nutrientes, a saúde do agroecossistema, entre outras interações importantes para o cultivo:

[...] A agroecologia é tanto uma ciência como um conjunto de práticas. Como ciência, baseia-se na *aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis*. Isso conduz à diversificação agrícola projetada intencionalmente para promover interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do agroecossistema, de modo a permitir a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da fertilidade e da proteção das culturas [...] (ALTIERI, 2012, p. 15-16, itálicos do autor).

A discussão dos princípios é realmente fundamental para a Agroecologia, visto que, as teorias e aplicações práticas do conhecimento agroecológico partem de paradigmas distintos da visão de mundo e de natureza presentes na agronomia convencional. Altieri (2012) aponta limitações nas iniciativas que criam tecnologias agrícolas ambientalmente mais saudáveis, mas não rompem com os princípios da agricultura moderna. Segundo o autor, a tendência predominante costuma ainda ser de “[...] supressão dos fatores limitantes ou dos sintomas, que na verdade apenas mascaram um sistema produtivo doente [...]” (ALTIERI, 2012, p. 104). Partindo deste ponto de vista, notadamente semelhante ao da medicina ‘alternativa’ e de outras teorias científicas não hegemônicas, a Agroecologia propõe o equilíbrio, ou saúde, dos agroecossistemas como solução para os problemas de cultivo.

A filosofia dominante alega que as pragas, as deficiências de nutrientes ou outros fatores são a causa da baixa produtividade, entendimento oposto àquele que considera que as pragas ou os nutrientes só se tornam um fator limitante quando o agroecossistema não está em equilíbrio (Carrol. *Et al.*, 1990). Por essa razão, ainda persiste e prevalece a visão estreita de que a produtividade é afetada por causas específicas e, portanto, bastaria saná-las por meio de novas tecnologias para resolver o problema. Essa lógica tem impedido que os agrônomos percebam que os fatores limitantes tão somente refletem os sintomas de uma doença sistêmica inerente a desequilíbrios dentro do agroecossistema. [...] (ALTIERI, 2012, p. 104).

Altieri (2012) cita uma interessante pesquisa realizada por Morales e Perfecto, que partiu do objetivo inicial de estudar os controles de pragas adotados pelos agricultores tradicionais, no altiplano maia da Guatemala. Quando compreenderam melhor as práticas agrícolas maias, os cientistas reformularam suas hipóteses de pesquisa, em vez de estudar como os agricultores maias combatem as pragas, passaram a estudar os motivos pelos quais esses agricultores não tinham problemas com as pragas.

A nutrição é também um fator central para a saúde do agroecossistema e está diretamente relacionada com a produtividade. O ciclo fechado de nutrientes é defendido, por Ruschi (1978), Altieri (2012) Gliessman (2013), entre outros, como fator estratégico para a autonomia do sistema. Por meio da reciclagem de nutrientes presentes no agroecossistema, manejado com o objetivo de imitar os ecossistemas naturais, chega-se ao equilíbrio biótico necessário para suprir as necessidades nutricionais do cultivo.

O paradigma da agronomia convencional, ao contrário, promove um aporte externo de nutrientes, para garantir a produtividade do sistema. A dependência destes insumos é apontada pelos críticos da agricultura industrial como importante fator de insustentabilidade, visto que a nutrição é obtida por meio do consumo de energia fóssil, em relações de trocas energéticas que desconsideram e omitem as perdas e os limites dessas fontes. Segundo Augusto Ruschi (1978, p. 88), no modelo estabelecido pela revolução verde, utiliza-se energia externa sem considerar o alto custo financeiro e ambiental para a produção destes insumos: “[...] nos Estados Unidos, para cada caloria de produto colhido se empregou 1,5 calorias de energia fóssil, não contando a energia solar e a energia humana [...]”. Ruschi alerta para a dificuldade de acesso dos países e agricultores pobres a este padrão de produção e para o alto custo energético dos fertilizantes químicos.

Gliessman (2013) alerta que o aporte de nutrientes externos ao agroecossistema tem consequências sobre o lucro dos produtores, sobre a utilização de recursos não renováveis e sobre o controle da produção agrícola. A dependência destes insumos tende a crescer, tanto do ponto de vista biológico como por fatores econômicos, em um ciclo insustentável que afeta diretamente a autonomia do agricultor e das populações locais:

A agricultura não pode ser sustentável enquanto permanecer esta dependência de insumos. Primeiro, os recursos naturais dos quais muitos insumos derivam-se não são renováveis e suas reservas são finitas. Segundo, a dependência de insumos externos deixa produtores, regiões e países inteiros vulneráveis à falta de fornecimento, flutuações de mercado e aumento de preços (GLIESSMAN, 2013, P. 48).

Para se chegar ao ponto em que os insumos externos se tornem dispensáveis em um agroecossistema, a diversidade é um fator fundamental. Gliessman (2013) afirma que, ao longo da história da agricultura, a ação humana sobre as plantas cultivadas

ocasionou um aumento da diversidade genética, obtido por meio do cruzamento de plantas, seleção de variedades adaptadas aos cultivos locais e introdução de espécies silvestres para o acervo de plantas domesticadas. Nas últimas décadas, porém, a diversidade genética das plantas domésticas caiu e esta queda está associada tanto ao processo de extinção de espécies, como à uniformidade da base genética das plantas cultivadas e tem entre as suas principais causas a ênfase em ganhos de produtividade, determinada pela agricultura convencional. As variedades desenvolvidas pela ciência moderna, altamente produtivas, tendem a ser amplamente adotadas, em detrimento da rica variedade genética, que geralmente apresenta menor produção quantitativa, mas que preservam características desejáveis do ponto de vista da riqueza nutricional, de resistência das plantas e do equilíbrio ecológico.

As monoculturas são também responsáveis pela perda da diversidade na dieta alimentar. Os agricultores, e a população ao redor, passam a consumir uma menor variedade de alimentos, vindos de fora, visto que, com a especialização agrícola, o agricultor tende a reduzir ou abandonar as culturas de subsistência.

A uniformidade genética está diretamente associada com a vulnerabilidade das plantas domesticadas. As variedades são mais frágeis e a semelhança genética facilita a disseminação de doenças capazes de exterminar plantações de toda uma região ou até de um país (RUSCHI, 1978; ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2013). A diversidade é um fator natural de fortalecimento e defesa dos agroecossistemas:

Em geral, os agroecossistemas tradicionais são menos vulneráveis a perdas drásticas, por apresentarem uma grande variedade de cultivares [...] As variedades crioulas são geneticamente mais heterogêneas do que as modernas e podem oferecer um amplo leque de defesas contra vulnerabilidades (Thurston, 1991). Como muitos agroecossistemas estão localizados em centros de diversidade genética das espécies, também pode-se encontrar neles populações de parentes silvestres das espécies cultivadas, que enriquecem ainda mais a diversidade genética [...] (ALTIERI, p. 173-174).

Pensar diversidade genética significa também pensar na diversidade de sementes, uma questão de fundamental importância para a soberania alimentar. Segundo Altieri (2012, p. 24), este conceito enfatiza o acesso dos agricultores às sementes, à terra e à água, “[...] enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor [...]”.

Altieri (2012, p. 30) alerta que: “[...] os meios científicos e do desenvolvimento encaram a associação entre diversidade genética e agricultura tradicional como negativa e, portanto, ligada ao subdesenvolvimento, à baixa produtividade e à pobreza [...]”. Os defensores da agricultura convencional difundiram a ideia de que a substituição das sementes crioulas pelas variedades ‘melhoradas’ geneticamente significa uma evolução e um avanço tecnológico, a partir deste ponto de vista, reafirma-se, implícita ou explicitamente, a ideia de que as variedades locais são inferiores e atrasadas.

As sementes híbridas ou transgênicas, produzidas pelas grandes corporações, produzem descendentes, literalmente, inférteis. Quando os agricultores utilizam sementes originais, um plantio de milho, por exemplo, pode ser iniciado com umas poucas espigas e a colheita garantirá as sementes para um novo plantio. A família, ou comunidade não precisa comprar sementes, a um custo considerável, porque a produção e o cuidado das sementes fazem parte do processo agrícola.

O movimento agroecológico percebe e defende fortemente a importância estratégica da conservação das sementes, tanto do ponto de vista ambiental como social, por preservar a biodiversidade e fomentar a autonomia local. Importantes iniciativas dos movimentos sociais de agricultores promovem e incentivam o manejo e a troca de sementes originais, ou crioulas, que são resultado de um longo processo de seleção e trocas realizadas por gerações de agricultores.

Na Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA, 2006, p.5), o movimento agroecológico brasileiro se manifesta “[...] contra o enquadramento das variedades crioulas nos sistemas atuais de registro e patenteamento ou qualquer outra forma de propriedade intelectual do agronegócio”. Defende também que a regulação do patrimônio genético seja mantida a cargo do Ministério do Meio Ambiente. E afirma a importância das sementes como patrimônio cultural:

O domínio das sementes locais por famílias e comunidades é uma condição para que elas estruturam e mantenham sistemas agroecológicos de produção. Sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Nesse sentido, não podem ser confundidas como um mero insumo agrícola regulado por interesses de empresas privadas (ENA, 2006, p.5).

Ao pensar em todas as dimensões da soberania alimentar, os movimentos sociais questionam as regras e os atores envolvidos na comercialização de alimentos e



defendem o conceito de soberania alimentar “[...] como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo [...]” (ALTIERI, 2012, p. 30).

Enrique Leff (2002), sociólogo mexicano, autor de diversos livros no campo da sociologia ambiental, percebe que o padrão de desenvolvimento contemporâneo desconsidera as relações naturais e as condições de renovação dos recursos naturais envolvidos nos princípios ecológicos e termodinâmicos, e afirma:

Hoje, parece que desapareceram os condicionantes físicos que obrigam os homens a adaptar-se às condições locais dos solos, do clima e da água; como um novo Prometeu libertado pela magia e pela força da biotecnologia, o neoliberalismo econômico e tecnológico pretende libertar a produção de seus limites naturais (LEFF, 2002, P. 41).

A racionalidade, pretensamente neutra, produz novos riscos, das ameaças nucleares aos agrotóxicos, servido diariamente às refeições. Edgar Morin (2006, p. 9) enfatiza que os principais perigos que ameaçam a humanidade são provenientes do progresso cego e incontrolado do conhecimento, tais como, riscos nucleares e manipulações de todo tipo, e afirma que “[...] há uma nova ignorância ligada ao desenvolvimento da própria ciência [...] e uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão [...]”.

Julia Guivant (2000) também argumenta que os principais riscos contemporâneos foram criados pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e não podem ser enfrentados pelos preceitos do iluminismo. A autora evidencia que os critérios para se definir o padrão ‘aceitável’ de risco não são neutros, quando a ciência estipula níveis aceitáveis de contaminação ou de resíduos de agrotóxicos, não parte somente de princípios objetivos, visto que tais permissões estariam “[...] outorgando uma espécie de cheque em branco para poluir e envenenar a natureza ‘um pouquinho’ deixando como utópico o parâmetro da não contaminação” (GUIVANT, 2000, p. 290).

As tecnologias são criadas por meio da interação entre técnicas científicas, desenvolvidas por meio da experimentação objetiva, e problemas percebidos culturalmente e normatizados socialmente. Um grande esforço é empreendido, por exemplo, para resolver o problema das ‘pragas’ que ameaçam a agricultura e enfrentar o risco de se perder colheitas. O enfrentamento de tais riscos poderia justificar os esforços técnicos para desenvolver venenos responsáveis pela contaminação controlada, criticada por Guivant (2000), porém ao se perceber que o

problema que ameaça a produção agrícola não é a presença de determinada planta ou animal, mas a saúde do agroecossistema, outras soluções são mobilizadas para se enfrentar a ameaça de perdas agrícolas. Ou seja, para o paradigma da Agroecologia, a ideia de contaminar ‘um pouquinho’ não se justifica apenas por motivos éticos, mas também por motivos técnicos, visto que o equilíbrio do sistema é o fundamento de onde se desenvolvem as técnicas para se resolverem os diversos problemas específicos.

Segundo Altieri (2012), o enfoque tecnológico da Agroecologia está enraizado na diversidade, sinergia, reciclagem e integração, enquanto que os processos sociais se fundamentam na participação da comunidade. Percebe-se, porém, que as dimensões sociais e ambientais são interdependentes:

Fica claro, então, que a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema socioeconômico hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam a degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica. É por isso que o problema da produção agrícola não pode ser considerado apenas uma questão técnica (ALTIERI, 2012, p. 35).

As dimensões ambientais e sociais da Agroecologia, também são percebidas de maneira integrada por Guzman (2009, p. 4) quando defende que a mesma seleciona, entre as técnicas e tecnologias agrícolas, aquelas que não degradam os recursos naturais e analogamente, no caso das ciências sociais, “[...] a agroecologia seleciona os produtos científicos que não geram formas de exploração de uns grupos sobre outros, o que degrada a sociedade”.

Vandana Shiva (2003), cientista e ativista ambiental indiana, defende a diversidade, para superar as monoculturas das plantações e das mentes, e também destaca a dimensão política e os interesses envolvidos na disseminação da agricultura industrial:

A semente nativa torna-se um sistema de resistência contra a monocultura e os direitos de monopólio. Passar da uniformidade para a diversidade é essencial tanto ecológica quanto politicamente. É um imperativo ecológico porque apenas um sistema baseado na diversidade respeita os direitos de todas as espécies e é sustentável. E também é um imperativo político porque a uniformidade anda de mãos dadas com a centralização, enquanto a diversidade requer um controle descentralizado (SHIVA, 2003, p. 19).

A abordagem transdisciplinar, a ampla abertura ao diálogo de saberes e a integração entre ciência e movimento social, são criticadas por alguns autores, que percebem

incompatibilidade entre os objetivos da ciência e da militância e apontam a diversidade de objetos, conceitos e métodos de pesquisa como fonte de mal-entendidos. (WEZEL *et al.*, 2009)

As formulações normativas a que chegam alguns autores da Agroecologia, quando propõem princípios políticos ou éticos são criticadas por Norder *et al.* (2016), que também classificam como polissêmicos os conceitos formulados sobre a Agroecologia. Estes autores entendem que além de ciência, movimento social e prática agrícola, a Agroecologia também tem se delineado como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão, modo de vida, ideologia e utopia.

Norder *et al.* (2016, p. 11) criticam especialmente a maneira como a Agroecologia tem sido inserida na educação formal, questionando o destino dos profissionais formados por estes cursos e defendem concepções “[...] mais amplas, pluralistas e universalistas [...]” para que os profissionais egressos destes cursos possam “[...] atuar de forma qualificada na transição agroecológica nos mais diferentes contextos sociopolíticos ou tecnicoprodutivos [...]”. Os autores defendem que estes cursos devem “[...] se vincular a múltiplas identidades sociais e políticas [...]” (p. 12); e esclarecem que defendem posição distinta da apresentada por Sevilla-Guzman e Woodgate (2009 *apud* Norder *et al.*, 2016, p. 13), que defendem a indivisibilidade entre ciência, movimentos sociais e prática para que a Agroecologia não se converta em “[...] uma disciplina instrumental a serviço do capitalismo [...]”.

Wezel *et al.* (2009, p. 512) levantam reflexões sobre “[...] como as atividades de ensino superior e de aprendizagem precisarão ser modificadas para lidar com sistemas, incerteza e complexidade? [...]”. Estes autores questionam como a Agroecologia poderá escapar de ser marginalizada, por considerar que o conceito se tornou confuso e vago.

A Agroecologia foi aqui conceituada e contextualizada a partir dos significados produzidos pelos cientistas que atuam em diálogo com movimentos sociais e com os agricultores, por compreenderem, conforme apresentado no ‘Tópico 1.3’, que o conhecimento científico não é neutro nem universal. Percebe-se, porém, que a prática

e os princípios ambientais da Agroecologia também são compartilhados com outros atores, com percepções e atuações político-sociais diversas.

Lembrando que a Agroecologia não se refere a uma prática específica, mas a princípios, algumas técnicas como agrofloresta, agricultura biodinâmica, entre outras, se encaixam nos pressupostos agroecológicos. Estas técnicas, porém, são utilizadas em diferentes contextos sociais, incluindo fazendas e grandes empreendimentos que não estão, necessariamente, alinhados com a Agroecologia política. Os agricultores familiares também são uma categoria heterogênea, com relações e concepções político-sociais diversas, muitos fazem parte do movimento agroecológico em seu contexto mais amplo, outros produzem dentro destes princípios por motivos de saúde ou de conservação ambiental sem se integrar ao movimento.

A permacultura também converge com a Agroecologia nos princípios agrícolas e sociais, como esta, é um movimento contra-hegemônico e está inserida no movimento agroecológico. Este sistema também não é apenas uma técnica agrícola, mas envolve bioconstrução, *design* de ambientes e princípios relacionados a educação, saúde e todo um modo de vida alternativo.

Os exemplos acima têm por objetivo dar uma pequena demonstração da diversidade de contextos em que as práticas e os princípios agroecológicos se fazem presentes, envolvendo técnicas, modos de produção e modos de vida que se conectam com os princípios desta ciência, sem necessariamente praticar ou concordar com todos os pressupostos agroecológicos. Os princípios apresentados nesta dissertação, porém, não pretendem abranger todas as vertentes científicas e sociais, mas compreender o estado da arte da Agroecologia como ciência que vem construindo historicamente sua base epistemológica a partir do diálogo com saberes não científicos e com os movimentos sociais.

## 1.2 CONTEXTO AGRÍCOLA, HISTÓRICO, MUDIÁTICO E POLÍTICO DO BRASIL

A ocupação territorial e agrícola do Brasil remete às capitâneas hereditárias e às *plantations*, caracterizadas pelas grandes propriedades, cultivo de monoculturas destinadas à exportação e predominância do trabalho escravo. Dos donatários aos

ruralistas, passando pelos ‘votos de cabresto’ e ‘currais eleitorais’, a colonização dos territórios, das instituições e do senso comum foi construída sob forte influência dos interesses da oligarquia rural e do capital internacional.

Na segunda metade do século XX, a revolução verde foi fomentada em diversos países em um processo de industrialização e modernização da agricultura. Este processo é caracterizado por Guilherme Costa Delgado (2001, p. 165), economista e Consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, como um “[...] pacto agrário modernizante e conservador [...]”, que fomentou a integração técnica da indústria com a agricultura e trouxe inúmeras linhas de apoio para o latifúndio, beneficiando as oligarquias rurais, em outras palavras “[...] uma modernização técnica com atraso relativo nas relações sociais [...]” (p. 157).

Maria Nazareth Baudel Wanderley (2015), pesquisadora de longa trajetória na sociologia rural, autora de importantes livros neste campo e professora aposentada da Unicamp, entre outras atuações, observa duas dimensões no processo de modernização agrícola. A primeira se caracteriza pela subordinação da atividade agrícola às exigências da industrialização, implementada pelos setores dominantes da indústria e do capital financeiro. A segunda dimensão desta modernização foi a expansão das fronteiras agrícolas por grandes empresas, beneficiadas por políticas públicas e outros incentivos.

Uma das principais consequências desse processo foi a expulsão dos agricultores do campo e a velocidade da urbanização pode ser percebida nos números. Segundo o IBGE<sup>19</sup>, em 1950 apenas 36,16% da população brasileira vivia nas cidades; em 1970 a população urbana já era maior que a rural, com 55,92% da população; em 2010, 84,36% da população brasileira vivia em áreas urbanas.

Wanderley (2015, p. 29) avalia o contexto político brasileiro neste processo, segundo a autora: “Não resta dúvida que a ideologia conservadora dos governos militares, bem como suas práticas autoritárias e repressivas, favoreceram a consolidação do modelo da modernização conservadora no Brasil [...]”. No processo de democratização que

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>. Acesso em 25/02/2017.

sucedeu aos governos militares, foi possível introduzir o debate sobre novos modelos de agricultura e questionar a visão de que a grande propriedade seria a única com condições de gerar riquezas e, portanto, seria a única merecedora de incentivos.

Por outro lado, as valorações negativas relacionadas ao agricultor tradicional acumulam-se ao longo da história. Do Jeca Tatu, que encarnava o matuto indolente, à nomenclatura oficial e acadêmica, que considerava parte significativa da agricultura familiar à margem da atividade agropecuária e expressavam este ponto de vista com expressões como “franja periférica”, “conjunto marginal de estabelecimentos”, “desvalidos”, entre outros (WANDERLEY, 2015, p. 35).

Segundo Wanderley (2015) estas valorações negativas também estão presentes nas significações relacionadas ao campesinato, que representava, para muitos, atraso econômico e social, associado à pobreza e à incapacidade de se integrar ao mercado; porém a palavra ‘camponês’ também carrega forte conteúdo político, relacionado aos movimentos sociais, especialmente às Ligas Camponesas. A autora contextualiza que nos governos militares estes movimentos foram fortemente perseguidos e classificados como subversivos e a denominação oficial passou a utilizar expressões politicamente mais ‘neutras’, como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” e “produtores de baixa renda” (p. 30).

Foi após este período que a expressão ‘agricultura familiar’ passou a ser utilizada pelo próprio Estado, ao formular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), nos anos 1990. A construção da categoria ‘agricultura familiar’ envolveu, segundo Picolotto (2015) três conjuntos de atores construtores e difusores: o debate acadêmico, o Estado e o sindicalismo rural.

A nomenclatura tem sido considerada adequada por diversos motivos, entre eles, a valoração positiva da unidade familiar pela sua capacidade produtiva, pela percepção de sua importância socioeconômica e pela diversidade que representa. Everton Lazaretti Picolotto (2015), sociólogo, professor e pesquisador com foco em sociologia e sindicalismo rural, afirma que no II Congresso Extraordinário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1999, decidiu-se pela substituição da categoria ‘pequena produção’ para a categoria ‘agricultura familiar’.

Embora ambas as expressões fossem usadas anteriormente como sinônimos, neste congresso se aprofundou o debate a respeito das valorações negativas presentes no diminutivo e também sobre a compreensão de que “[...] a família agricultora não pode ser vista apenas como uma ‘unidade de produção’ ou como um ‘estabelecimento agrícola” (PICOLOTTO, 2015, p. 79). A expressão também permite reconhecer vários sujeitos no espaço rural. Enquanto que a ideia de pequeno produtor remete ao homem inserido no mercado, a agricultura familiar envolve a mulher, o homem, o jovem, os idosos, entre outros.

Wanderley (2015) percebe as dimensões identitárias presentes nas categorias ‘agricultura familiar’ e ‘agricultura camponesa’ e enfatiza que “[...] a compreensão do que seja um campesinato no Brasil continua a ser objeto de disputas políticas [...]”. Esta autora contextualiza a sedimentação da categoria ‘agricultura familiar’ com as seguintes palavras:

[...] diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra ‘camponês’ inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela [agricultura familiar] é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários (p. 30)

Reconhecendo todo processo social que envolveu tanto a construção da categoria ‘campesinato’ como da ‘agricultura familiar’, Wanderley (2015) observa conexões e superposições de múltiplas referências identitárias e assim defende que os dois conceitos podem ser compreendidos como equivalentes. A agricultura familiar engloba novas agendas políticas dos movimentos populares rurais, mas a dimensão histórica é enfatizada por esta autora para que não se perca as raízes do campesinato brasileiro.

Referindo-se às disputas relacionadas às categorias ‘campesinato’, ‘agricultura familiar’ e ‘agronegócio’, Wanderley (2015, p. 30) afirma que “[...] está em questão o lugar social destes agricultores [...]”, que se expressa pelo significado atribuído a estas categorias. A autora observa a disputa discursiva que se dá por meio da inclusão dos agricultores familiares na categoria genérica do agronegócio, sem distingui-los dos grandes proprietários rurais.

Considerando-se a agricultura a partir de sua dimensão estritamente econômica, este enquadramento defende o mercado como fomentador dos interesses de todos que dele participam. Wanderley (2015, p. 31) analisa como se dá este processo:

Negam-se, assim, as dimensões identitárias que nutrem as categorias 'camponês' e 'agricultor familiar', retirando delas toda referência à constituição de sujeitos políticos e, frequentemente, desconhecendo o caráter subalterno de sua participação setorial, que exclui qualquer possibilidade de adesão econômica e política à grande propriedade e à grande produção.

No levantamento de conteúdo realizado durante os estudos iniciais desta pesquisa de mestrado, foi possível observar no jornalismo da Rede Gazeta uma ampla utilização da categoria 'agronegócio' para identificar agricultores que se encaixariam perfeitamente na categoria 'agricultura familiar', se fossem considerados fatores como tamanho da propriedade, entre outros critérios. Entre 2015 e 2017<sup>20</sup> foram produzidas, a cada ano, séries de reportagens intituladas 'A força do agronegócio'<sup>21</sup>, onde agricultores familiares e agricultores orgânicos estavam ali representados na identidade do agronegócio. Percebe-se, a partir do referencial acima apresentado, que classificá-los como 'agronegócio' ou 'agricultura' familiar definirá a ênfase nos aspectos mercadológicos ou a percepção dos múltiplos fatores culturais, sociais, políticos e identitários, além dos econômicos.

A situação fundiária é mais um importante fator a definir os interesses distintos da agricultura familiar e da agricultura patronal, ou agronegócio. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) 45% do território agrícola pertence a 0,91% dos estabelecimentos, enquanto que as propriedades com até dez hectares, que representam 47% do total dos imóveis agrícolas, ocupam menos que 2,3% da área agrícola brasileira. A distribuição desigual também se estende aos recursos disponibilizados por meio de financiamentos com 69,9% dos valores sendo acessado pelas propriedades com mais de mil hectares, enquanto que todas as propriedades com até dez hectares acessam apenas 6,4% dos valores financiados.

---

<sup>20</sup> Anos acompanhados por esta pesquisa, mas a série existe há mais tempo.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2015/09/reportagens-vao-mostrar-a-forca-do-agronegocio-1013909698.html>; <https://www.redegazeta.com.br/tv-gazeta-lanca-serie-de-reportagens-a-forca-do-agronegocio-sobre-a-atuacao-do-setor-no-espírito-santo/>; <https://g1.globo.com/espírito-santo/agronegocios/noticia/forca-do-agronegocio-produtores-rurais-mostram-o-caminho-dos-alimentos-que-nao-podem-faltar-na-mesa-do-capixaba.ghtml>. Acesso em 11/12/2017.



As disputas discursivas e não discursivas relacionadas à hegemonia do modo de produção representado pelo agronegócio envolve questões tão amplas como a violência no campo, o acesso à terra e aos recursos financeiros de apoio à produção, as políticas públicas, a legislação ambiental, territorial e agrícola e a representação de identidades e sujeitos sociais, entre outros fatores.

Nas instâncias governamentais, os interesses do agronegócio são representados pela bancada ruralista, que defende diferentes propostas de liberação de agrotóxicos, flexibilização da legislação, concentração de decisões relacionadas aos agrotóxicos, entre outras medidas que visam facilitar a comercialização e uso destes produtos. Estas medidas têm sido chamadas pelos defensores de um maior controle sobre estes produtos como Pacote do Veneno<sup>22</sup>.

Duas das propostas em tramitação tratam de aspectos semióticos, o PL 3.200/2015<sup>23</sup>, entre outras medidas, substitui o termo agrotóxico por defensivo fitossanitário de controle ambiental. E o PL 6.299/2002<sup>24</sup>, que trata de vários aspectos relacionados à produção, pesquisa, comercialização, propaganda e destino final, estabelece a não obrigatoriedade do símbolo da caveira nas embalagens de agrotóxicos.

Nas instâncias midiáticas, uma forte campanha pela valorização do agronegócio é produzida e veiculada pela Rede Globo. Com o título: 'A indústria riqueza do Brasil', a campanha, lançada em 2016, tem previsão de permanecer no ar até 2018, segundo a própria emissora<sup>25</sup>, e conta com uma farta produção de vídeos, veiculados frequentemente. Esta campanha é assinada pela própria 'Globo' e, segundo o diretor de *marketing* da TV Globo<sup>26</sup>, Roberto Schmidt, tem como objetivo conectar o produtor

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/saude/2017/02/temer-antecipa-2018pacote-do-veneno2019-e-proibe-anvisa-de-dar-informacoes-sobre-agrotoxicos>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1996620>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>. Acesso em 10/10/2017.

rural com o consumidor, mostrar à sociedade urbana as tecnologias utilizadas no campo e fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro.

Esta campanha fixa a expressão 'agro', em substituição a agronegócio, com imagens que enfatizam uma agricultura industrializada e em grande escala. Uma série com mais de trinta comerciais<sup>27</sup> valoriza diferentes produtos produzidos pela agricultura, sempre definida como agro e apresentada na perspectiva industrial do agronegócio.

A expressão 'agro' já vinha sendo utilizada em campanhas anteriores, em 2011 com o título 'Sou agro'<sup>28</sup> e em 2012 foi lançada 'Time agro Brasil'<sup>29</sup>. O conceito central dessas campanhas é o mesmo, mostrar para o público urbano que a agricultura está presente em tudo. Esta é apresentada como 'agro' e tem seu significado associado à narrativa das campanhas. A estética e a linguagem utilizada, por outro lado, são bem diferentes da campanha assinada pela Globo, que assumiu uma linguagem urbana contemporânea, em oposição aos resquícios de ruralidade presentes nos comerciais anteriores.

'Time agro Brasil' foi assinada pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), o filme 'Sou agro' é assinado apenas com um logotipo feito com a palavra 'agro'. Em entrevista feita durante o lançamento da campanha, o ex-ministro da agricultura, Roberto Rodrigues afirma que a mesma "[...] não tem dono, chefe ou presidente [...]"<sup>30</sup>, mas trata-se de uma iniciativa do agronegócio. Entre os parceiros colaboradores, são citados na matéria as entidades ruralistas, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Bunge, Cargil, Monsanto, Nestlé, entre outros.

Foi possível observar o uso institucional da palavra agro no 'Censo Agropecuário, Florestal e Agrícola 2017', designado de maneira reduzida como 'Censo Agro 2017'; no censo anterior, a designação reduzida que o IBGE utilizou foi 'Censo Agropecuário 2006'. Neste exemplo, percebe-se que, além do peso que tem a utilização institucional

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>28</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Y\\_3P2bro79o](https://www.youtube.com/watch?v=Y_3P2bro79o). Acesso em 10/08/2016.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bZXygS-D3MU>. Acesso em 10/08/2016.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://campovivo.com.br/sem-categoria/Campanha-Sou-Agro-e-lancada/>. Acesso em 11/01/2018.

da palavra no processo de significação, se estabelece também a convenção de que 'agro' designa agricultura e não apenas agronegócio.

A sedimentação da palavra reduzida 'agro' também ganha as ruas, como é de se esperar em toda campanha de massa. O prefixo tem sido bastante utilizado em marcas, eventos, etc. A fixação do prefixo permite ampliar a significação, tanto para o conceito que origina o significado, agricultura, como para novos e velhos significados que se queria fixar por meio de associação com imagens e ideias. Sendo assim, além de 'pop', 'tech' e 'tudo', o agro (agricultura/agronegócio) é a 'indústria riqueza', é do Brasil e é também a agropecuária como um todo, a ser abrangida no 'Censo Agro'.

Neste contexto, insere-se ainda a ruptura ocorrida na democracia brasileira com o *impeachment* da presidente Dilma. Não cabe aqui fazer uma análise da legalidade do processo, amplamente questionado por juristas, cientistas políticos e tantos outros que se debruçaram sobre o tema. Faz-se necessário, porém, citar o fato histórico ocorrido durante a execução desta pesquisa e apresentar algumas ações que afetam diretamente a Agroecologia.

Entre as primeiras medidas do governo Michel Temer incluiu-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que atualmente é apenas uma secretaria, que inicialmente foi inserida no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e atualmente está subordinada à Casa Civil da Presidência da República<sup>31</sup>. A mudança de *status*, porém, não fica clara devido a manutenção da sigla MDA. Este ministério havia sido criado nos anos 1990 para atender os interesses da agricultura familiar que não eram atendidos pelo Mapa (PICOLOTTO, 2015).

Outra ação questionada pelo movimento agroecológico, foi a Medida Provisória (MP) 759, editada pelo governo federal em 2016, que altera a política fundiária do país, transferindo para os municípios a organização de projetos de reforma agrária, além de instituir que o assentado pagará pelo lote e obterá, após dez anos, o direito de negociar o terreno. Além do óbvio desvio dos objetivos da reforma agrária, ao disponibilizar para o mercado os territórios dos assentamentos, a municipalização também é criticada porque muitas lideranças municipais são vinculadas aos grandes

---

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/historico>. Acesso em 05/02/18.

proprietários de terra. Ao analisar as possíveis consequências desta MP, o ex-ministro do MDA, Patrus Ananias, avalia que a medida irá facilitar a grilagem de terras<sup>32</sup>.

O contexto, histórico e atual em que se insere a Agroecologia é uma teia com muito mais fios do que é possível aqui apresentar com este breve panorama. Pretende-se apenas sinalizar conexões bastante centrais para a Agroecologia e a agricultura familiar, além de direcionar o olhar para os acontecimentos, ações e agentes envolvidos nas disputas relacionadas ao tema, para então se dedicar, no próximo tópico, aos princípios teóricos, sociológicos e socioambientais que perpassam a Agroecologia.

### 1.3 COMPLEXIDADES, PARADIGMAS, RACIONALIDADES E DISCURSOS QUE PARTICIPAM DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA AGROECOLOGIA

A Agroecologia se fundamenta em lógicas e paradigmas distintos da agricultura industrial e de segmentos ainda hegemônicos da ciência ocidental: considera a terra um organismo vivo; denuncia a insustentabilidade da monocultura alimentada com nutrientes solúveis, provenientes da mineração ou de outras atividades causadoras de impactos ambientais negativos; defende que a economia deve se submeter à ecologia, e não o contrário, como na lógica neoliberal; inclui a ética e o princípio da precaução entre os seus fundamentos; propõe o diálogo de saberes e a transdisciplinaridade; almeja superar o reducionismo e a fragmentação da ciência ocidental.

Trata-se de uma revolução paradigmática, dentro da concepção estabelecida por Thomas Kuhn, físico e filósofo estadunidense e importante referência na conceituação de paradigmas científicos, que defende que as revoluções são decorrentes da ineficácia das instituições e dos paradigmas vigentes para resolverem os problemas que ajudaram a criar. Segundo este autor:

As revoluções políticas iniciam-se com um sentimento crescente, com frequência, restrito a um segmento da comunidade política, de que as instituições existentes deixaram de responder adequadamente aos problemas postos por um meio que ajudaram em parte a criar. De forma muito

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2016/12/29/mp-e-retrocesso-e-leva-a-municipalizacao-da-reforma-agraria-diz-deputado-do-pt/>. Acesso em 10/03/2017.

semelhante, as revoluções científicas iniciam-se com um sentimento crescente, também seguidamente restrito a uma pequena subdivisão da comunidade científica, de que o paradigma existente deixou de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto da natureza, cuja exploração fora anteriormente dirigida pelo paradigma (KUHN, 1998, p. 124).

Ao propor uma transição paradigmática, a Agroecologia, como jovem ciência, tem construído seus fundamentos a partir do diálogo com vertentes científicas contemporâneas, que buscam superar os pressupostos cartesianos a partir de referências como o pensamento complexo; a ciência pós-colonial; e a racionalidade ambiental, que fundamenta a economia ecológica.

Francisco Caporal (2009) defende que a matriz disciplinar da Agroecologia se encontra no campo do pensamento complexo, conceito desenvolvido por Edgar Morin (2006), antropólogo e sociólogo francês, que propõe a complexidade como caminho para superar a simplificação de metodologias científicas, que com base em paradigmas reducionistas e hiperespecializados, levam a uma inteligência cega, que destrói as totalidades, isola os objetos do seu meio ambiente e não considera o elo inseparável entre observador e objeto de observação.

O pensamento complexo, aplicado à Agroecologia, procura dar conta das relações dos seres humanos entre si, com a terra, com os outros seres vivos e com a dinâmica ambiental, considerando diferentes dimensões dos problemas e não apenas a análise isolada de suas partes. Estes objetivos demandam mudanças profundas: “[...] uma transformação no modo de pensar, do mundo do pensamento e do mundo pensado [...]” (MORIN, 1998 apud CAPORAL, 2009, p. 77).

Quando propõe desconstruir um modo de pensar, Morin (2003) contrapõe o pensamento complexo a alguns fundamentos da ciência moderna, que tem por método de conhecimento a redução, a compartimentalização e a aplicação da lógica mecanicista aos problemas vivos, humanos e sociais. Segundo este mesmo autor, a especialização retira o objeto do seu contexto, quebra os laços do objeto com o seu meio e o insere no compartimento da disciplina:

[...] cujas fronteiras quebram arbitrariamente a sistematicidade (a relação de uma parte com o todo) e a multidimensionalidade dos fenômenos e conduz à abstração matemática, a qual opera uma cisão com o concreto, privilegiando tudo aquilo que é calculável e formalizável (p. 24).

Atento aos paradigmas que mutilam o conhecimento e desfiguram o real, Morin (2006, p. 11) afirma que o “paradigma de simplificação” acompanha a lógica da filosofia e da ciência ocidental desde que foi formulado por Descartes e consiste na separação entre o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), o “princípio da disjunção”. O autor também afirma que este paradigma permitiu importantes progressos no conhecimento científico e filosófico, porém, suas consequências nocivas começaram a se revelar a partir do século XX.

O método de fragmentação do real em áreas do conhecimento, disciplinas e subdisciplinas é percebido por Morin (2006, p. 12) como uma ruptura no “tecido complexo das realidades”, porém, este processo nem sempre é percebido e o corte arbitrário operado no real é confundido com a própria realidade.

Sistematicamente, a realidade é simplificada com fins analíticos. Leff (2002) argumenta que o conhecimento que se fragmenta analiticamente, separa o que estava organicamente articulado. Segundo o autor, essa forma de conhecimento que pretende “[...] apreender os entes em sua objetividade, indagando suas essências [...] construiram um objeto que já não abrange a multicausalidade dos processos que os gerou (LEFF, 2002, p. 161)”.

Morin (2006) argumenta que a visão científica que não contempla a complexidade, considera seus objetos de análises e categorias criadas pelas universidades como realidades distintas e separadas, pensa a realidade econômica em um compartimento diferente da realidade psicológica e ainda separada da realidade demográfica. A ciência ocidental aplicada à agricultura parte dessa lógica, quando pensa as relações socioeconômicas dissociadas das relações ecológicas e ambientais, a ética como uma dimensão distinta da economia e todas essas relações como independentes da história.

Dentro da visão positivista, o sujeito é visto como separado e independente dos objetos, que podem ser observados e explicados com isenção. Morin (2006) reconhece que o desenvolvimento prodigioso da ciência moderna é fruto dos procedimentos de verificação e do método experimental, que se fundamentam na eliminação de qualquer julgamento de valor e de formações subjetivas. Mas as lógicas implícitas nos paradigmas e métodos científicos não são destituídas de subjetividade,

historicidade e cultura, a começar pela seleção dos dados considerados significativos e conseqüente rejeição de fatores considerados insignificantes “[...] estas operações, que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios ‘supralógicos’ de organização do pensamento [...]” (MORIN, 2006, p. 10).

Para conhecer, faz-se necessário traduzir o mundo exterior e produzir os objetos do conhecimento. Morin (2006, p. 110) defende que “[...] somos co-produtores de objetividade. Por isso faço da objetividade científica não apenas um dado, mas também um produto. A objetividade concerne igualmente à subjetividade [...]”.

A ciência da objetividade constrói realidades estruturadas e cimentadas pela representação: “[...] Os conceitos transformados em signos foram transitando a partir de sua vontade de interpretar a realidade até alcançar um *efeito de construção da realidade* à imagem e semelhança de seu modelo teórico” (BAUDRILARD, 1979, apud. LEFF, 2002, p. 160).

Thomas Khun (1998) analisa a centralidade dos paradigmas na construção do conhecimento científico e esclarece que um paradigma não governa um objeto de estudo, mas sim um grupo de praticantes da ciência, e apresenta uma definição circular do conceito ao afirmar que um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham, enquanto que uma comunidade científica é um grupo de pessoas que partilha um paradigma. O autor percebe esta circularidade como fonte de dificuldades reais, que afeta a percepção fora do círculo, visto que, o estudo dos paradigmas é a base imprescindível na preparação de um estudante para fazer parte de uma comunidade científica, na qual atuará. Quem partilha os mesmos paradigmas se compromete com as mesmas regras para a prática científica.

Kuhn (1998) compreende que o paradigma colabora para o desenvolvimento do conhecimento científico e que, na ausência do mesmo, todos os fatos parecem igualmente relevantes e sem um referencial que indique a importância de procurar algum tipo de informação mais recôndita, a coleta de dados tende a ficar restrita à riqueza de informações mais presentes ou disponíveis. Porém, alerta que, após sua consolidação, percebe-se a tentativa de “[...] forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites pré-estabelecidos e relativamente inflexíveis do paradigma [...]” (KUHN, 1998, p. 45).

Para Morin, tanto a lógica da ciência como a lógica do discurso são controladas pelo paradigma:

Um paradigma é um tipo de relação lógica (indução, conjunção, disjunção, exclusão) entre certo número de noções ou categorias mestras. Um paradigma privilegia certas relações lógicas em detrimento de outras, e é por isto que um paradigma controla a lógica do discurso. O paradigma é uma maneira de controlar ao mesmo tempo o lógico e o semântico” (p. 112).

A ciência normal se restringe metodologicamente aos limites dos paradigmas vigentes, e é analisada por Kuhn (1998) como uma atividade muito bem-sucedida em resolver quebra-cabeças, metáfora utilizada para definir os problemas circunscritos dentro dos limites das disciplinas. Neste contexto, o processo acumulativo de construção do conhecimento científico tem sido eficaz na ampliação do alcance e da precisão, mas não percebe a realidade que existe fora do quebra-cabeça: “A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômenos; na verdade, aqueles que não se ajustam aos limites do paradigma frequentemente nem são vistos” (KUHN, 1998, p. 45).

Vandana Shiva (2003) cita Kuhn como expoente das novas tendências da filosofia e da sociologia que questionam os pressupostos positivistas. Ela o percebe como um autor que mostrou que a ciência não é aberta e é construída em cima de metáforas e paradigmas e pressupostos que determinam limites à percepção, porém enfatiza que o mesmo não questiona a suposta superioridade dos sistemas de conhecimentos ocidentais.

Quando fala do processo de desaparecimento dos conhecimentos diversos, Shiva (2003, p. 21) observa que o “[...] o olhar distante do sistema dominante de globalização [...]” não percebe e nega a existência dos saberes locais, enquanto apresenta os sistemas ocidentais com universais, porém, para a ativista indiana:

[...] o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal no sentido epistemológico. É apenas uma versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana [...].

Enrique Leff (2002; 2006; 2007) compreende que os problemas ambientais são problemas do conhecimento e dizem respeito ao pensamento e entendimento da civilização ocidental, que se recusa a considerar seriamente a questão dos limites, do crescimento econômico, dos desequilíbrios ecológicos, da capacidade de sustentação da vida, da pobreza e da desigualdade. Esse autor defende uma mudança de



racionalidade que considere os parâmetros e valores ambientais ao desconstruir os paradigmas econômicos, científicos e sociais.

A construção de uma racionalidade ambiental passa pela superação da racionalidade econômica, fundada no princípio de escassez e governada pela mão invisível do mercado. Leff (2002, p. 37) assume outra racionalidade para superar a grave crise ambiental, que se forjou por meio do progresso e da futilidade moderna: “[...] a saída para o mundo cercado e esgotado do nosso tempo não está em aferrar-se às normas do dogma produtivista, de um crescimento sem limites, que já não se sustenta, senão em transcendê-las através de um novo saber”.

A racionalidade ambiental, defendida por Leff (2007), condiz com os parâmetros propostos por Morin (2006), do pensamento complexo, que propõe superar a fragmentação das disciplinas com o objetivo de construir um conhecimento capaz de abranger as relações de interdependência e a multicausalidade dos processos naturais e sociais. A estratégia epistemológica da racionalidade ambiental se fundamenta na abertura à diversidade, interdependência e complexidade em oposição à homogeneidade da racionalidade dominante.

Vandana Shiva (2003, p. 17) desenvolve o conceito de monocultura da mente por perceber a importância da diversidade em seu contexto mais amplo, segundo esta autora: “[...] a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver [...]”. Leff (2007) vai ao encontro deste raciocínio ao traçar paralelos entre a uniformidade na agricultura, na ciência e nos modos de vida e percebe esta homogeneização no discurso globalizador do desenvolvimento sustentável:

Desta maneira, a uniformidade primária dos recursos naturais, que gera sua complexa organização dos ecossistemas, veio se degradando pela uniformização da colheita de mercadorias submetidas ao cálculo equivalente do benefício econômico. De forma similar, a produtividade dialógica dos sentidos teóricos que gera o encontro dos discursos científicos, reduz a síntese lógica dos seus enunciados, à analogia dos seus significados sintáticos, ao isomorfismo de suas estruturas conceituais. A produtividade potencial do intercâmbio disciplinar dissolve assim no consentimento de uma linguagem comum e um discurso globalizador – o discurso do desenvolvimento sustentável e da economia generalizada – para a produção unidimensional de ideias e da cultura de estilos de vida homogêneos. (LEFF, 2007, p. 170-171)

Segundo Shiva (2003), os defensores da monocultura justificam as mesmas como necessárias para garantir a oferta de alimentos, porém, ela contesta, argumentando que as monoculturas são fontes de escassez e pobreza, por destruírem a diversidade de alternativas que os sistemas biodiversos oferecem, destruindo também o controle descentralizado da produção e consumo.

O contexto histórico da colonização das florestas indianas pela monocultura do eucalipto é apresentado pela autora para exemplificar a lógica reducionista da monocultura. Por meio da análise das diversas inter-relações extintas pela monocultura, Shiva (2003, p. 18) analisa as relações de poder e afirma que “[...] As monoculturas disseminam-se não por aumentarem a produção, mas por aumentarem o controle [...]”. E enfatiza que passar da uniformidade para a diversidade é importante por motivos ecológicos, visto que somente um sistema biodiverso é sustentável e respeita todas as espécies, e também por importância política, porque a diversidade requer um controle descentralizado, enquanto a uniformidade é útil para o controle central.

A problemática ambiental trouxe para o debate social diferentes maneiras de pensar soluções para estes problemas, expressas em discursos ambientalistas distintos, que refletem diferentes interesses, ideologias e construções sociais. Em comum, defendem a necessidade de mudanças institucionais e sociais para conter os efeitos destrutivos do modelo de desenvolvimento dominante. As perspectivas teóricas e ideológicas que fundamentam as soluções propostas são, algumas vezes, focadas em reformas no estado, normas, valores éticos, técnicas para controlar os efeitos da poluição e para “dissolver as externalidades sociais e ecológicas geradas pela racionalidade do capital” (LEFF, 2007, p. 124). A racionalidade ambiental é compreendida por este autor como mais ampla, visto que questiona a possibilidade e os benefícios de se manter uma racionalidade baseada no cálculo econômico, controle e uniformização dos comportamentos sociais.

A questão ambiental é uma problemática social e ecológica de alcance planetário e “[...] atinge todos os âmbitos da organização social, os aparelhos do Estado e a todos os grupos e classes sociais [...]” (LEFF, 2007, p. 138). Neste contexto, o autor defende um amplo e complexo processo de mudança social, envolvendo transformações do

conhecimento e do saber, das ideologias, dos paradigmas científicos e das práticas de pesquisa. Estes processos não se limitam às políticas científicas e tecnológicas de aplicação do conhecimento existente aos fins do desenvolvimento sustentável.

Segundo o autor:

Através do conflito social colocado em jogo pela crise ambiental, problematiza-se os interesses disciplinares e os paradigmas estabelecidos do conhecimento, sobretudo no terreno das ciências sociais, que são as formações teóricas e ideológicas que legitimam uma racionalidade social determinada (por exemplo, o direito privado e a racionalidade econômica que legitimaram e institucionalizaram as formas de acesso, propriedades e exploração dos recursos naturais e que surgem como causa da degradação socioambiental) (p. 139).

Nesta perspectiva, a construção da uma racionalidade ambiental envolve transformações dos conceitos e métodos de diversas ciências e saberes, além de mudanças no sistema de valores e crenças de diversos grupos sociais. Segundo Leff (2007, p. 140), a racionalidade ambiental é entendida como:

[...] conjunto de valores, processos materiais e finalidades que orientam a produção de uma racionalidade produtiva alternativa, propõe-se um processo de transformações teóricas que problematiza toda uma constelação de conhecimentos.

Neste contexto, o autor questiona as inovações, classificadas como ecotécnicas, que podem resolver alguns problemas ambientais, mas não transformam os princípios teóricos e metodológicos. A ênfase dada pela Agroecologia nos princípios converge com a racionalidade ambiental proposta por Leff (2007), bem como as transformações propostas na percepção ambiental e no sistema de valores e crenças, entre outros aspectos que justificam a identificação da racionalidade ambiental como importante aporte teórico para a Agroecologia social.

Leff (2007) enfatiza a distinção entre a racionalidade ambiental e a racionalidade capitalista, sendo que esta última está associada à vertente científica que incrementa a possibilidade de controle e dominação e uma capacidade tecnológica focada no aprimoramento da eficácia entre meios e fins. Enquanto que, na racionalidade ambiental, o conceito de adaptação substitui a ideia de dominação da natureza.

Nesta perspectiva, percebe-se a crise ambiental como uma crise da racionalidade dominante, responsável pela conformação das atuais instituições, paradigmas, leis e mecanismos de legitimação do acesso e manejo das riquezas naturais. A racionalidade hegemônica não apresenta soluções reais para os problemas

ambientais que criou, segundo Leff (2007, p. 194), “[...] a solução da crise ambiental – crise global e planetária – não poderá surgir apenas através de uma gestão racional da natureza e dos riscos da mudança global”.

Em texto apresentado no II Seminário Internacional sobre Agroecologia, ocorrido em Porto Alegre, em 2001, Leff (2002, p. 48) contextualiza a difusão capitalista representada pela revolução verde, que não respeitou as riquezas naturais, sociais e culturais do meio rural. A racionalidade neoliberal chega, no máximo, a defender soluções que venham gerar novos empregos “[...] para a população rural que será expulsa de um agro modernizado [...]”.

Segundo Leff (2007, p. 126), a racionalidade ambiental não é a expressão da lógica do mercado ou da natureza, nem a expressão de leis ecológicas ou econômica, mas se fundamenta em um conjunto de normas, valores, significações, interesses e ações. “[...] que não se dão fora das leis da natureza e da sociedade, mas que não as imitam, simplesmente. Trata-se de uma racionalidade conformada por processos sociais que ultrapassam suas atuais estruturas”.

A percepção dos problemas ambientais depende também “[...] das perspectivas de análises e das aproximações teóricas e ideológicas a partir de onde se busca explicá-las e resolvê-las [...]” (LEFF, 2007, p. 145) Perspectivas teóricas ou ideológicas distintas propõem soluções diferentes para os problemas ambientais, citando apenas algumas vertentes do pensamento ambientalista, tem-se o neomalthusianismo, o desenvolvimento sustentável, o ecomarxismo, o ecossocialismo, as análises sistêmicas, entre muitas outras.

A partir de uma perspectiva foucaultiana sobre o saber e o conhecimento, Leff (2007, p. 137) percebe o saber ambiental como um processo de mudança social, segundo o autor: “[...] Este saber inscreve-se nas formações ideológicas do ambientalismo e nas práticas discursivas do desenvolvimento sustentável [...]”. Neste contexto, o autor percebe “[...] o surgimento das formações discursivas do saber ambiental como um efeito do ‘poder’ no conhecimento [...]”. Além de definir o saber ambiental como “[...] um campo em construção de formas ideológicas e teóricas heterogêneas [...] constituídas por uma multiplicidade de práticas sociais [...]”.

A possível transição de uma racionalidade capitalista para uma racionalidade ambiental se daria através de uma série de processos políticos, com confrontação de interesses opostos e tentativa de ajuste de objetivos comuns de diversos setores da sociedade, que configuram o campo conflituoso das questões ambientais. A partir desta perspectiva, Leff (2007) questiona o discurso ambiental do 'futuro comum' e 'uma só terra', por dissolver, numa retórica de consenso mundial, os conflitos ambientais.

O autor se refere ao discurso do desenvolvimento sustentável, que a partir do Relatório de Brundtland (1987) e da Rio 92, passou a orientar as políticas ambientais mundiais e a lógica ambientalista dominante a partir do pressuposto de que é possível conciliar desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Para compreender as distintas perspectivas que fundamentam as diferentes vertentes teóricas e ambientalistas, faz-se necessário perceber o contexto, os pressupostos e os agentes envolvidos na construção dos princípios e ideologias que fundamentam a lógica dos discursos socioambientais mais observados e a partir daí analisar convergências e divergências entre as principais correntes ambientalistas com o discurso e a percepção ambiental da Agroecologia.

A professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Selene Herculano (1992), pesquisadora e autora de livros e artigos sobre ambiente e sociedade, traça um panorama do pensamento ambientalista a partir do século XVIII, quando se delineava a sociedade industrial e também surgia a crítica ao utilitarismo desta nova sociedade, os críticos do industrialismo valorizavam a simplicidade e a vida no campo.

Rodrigo Constante Martins (2015), professor do departamento de sociologia da Universidade Federal de São Carlos, (UFSCar), com foco em sociologia ambiental e rural, cita publicações científicas, na área de botânica e engenharia florestal, realizadas em 1935 e 1949, como as primeiras obras de impacto relacionadas às transformações do ambiente natural devido a urbanização e a industrialização.

Outro importante marco, citado por Herculano (1992), foi a explosão das primeiras bombas atômicas, em 1945, quando se percebeu que o conhecimento humano já

tinha atingido uma etapa que o tornava capaz de destruir o mundo todo. Segundo, a autora:

[...] A sensação de estar-se confinado em uma nau de insensatos – a nave terra – tripulada por lunáticos destruidores causou intenso desconforto e o início de movimentos pacifistas e antinucleares que viriam a se transformar nos primeiros movimentos ambientalistas. (HERCULANO, 1992, p. 12)

Em 1962, Rachel Carson lança o livro 'Primavera Silenciosa', importante referência para o movimento ambientalista, que trata diretamente dos problemas ambientais causados pelos agrotóxicos. Na avaliação de Herculano (1992, p. 12), essa publicação “[...] soou como um alarme sobre os rumos e as consequências inesperadas da tecnologia científica e veio engrossar o caudal daqueles que criticavam a irracionalidade da ciência moderna, até então enaltecida”.

Neste contexto de crítica à modernidade, ao consumismo e ao produtivismo, podem ser inseridos o movimento *hippie* e a contracultura. Segundo Herculano (1992, p. 13), estes movimentos críticos à modernidade e ao industrialismo, seriam “[...] a vertente arcadiana e antiprogressista do movimento ambientalista. Seriam os alternativos”.

Outra vertente, bastante distinta, é o neomalthusianismo, que tem como elemento central a preocupação em limitar a população humana na terra, para se evitar a degradação da qualidade de vida. O neo-malthusianismo tem, entre suas principais preocupações, o crescimento populacional. Herculano (1992) apresenta duas alegorias utilizadas para ilustrar o raciocínio, uma delas é a dos pastos medievais comunais, que por terem tamanhos limitados, limitavam o rebanho de cada pastor às limitações física da área. A segunda alegoria é a do bote salva-vidas com capacidade para dez pessoas, a décima-primeira pessoa pode fazer com que todos afundem. Nesta concepção, “[...] o décimo primeiro passageiro do bote Terra eram os prolíficos habitantes do Terceiro Mundo [...]” (p. 13).

Esta lógica é compatível com o relatório, ‘Os Limites do Crescimento’<sup>33</sup>, ou ‘Relatório *Meadows*’, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), universidade privada, localizada em Cambridge, a pedido do Clube de Roma, no mesmo ano da Conferência Internacional para o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, que orientou o crescimento zero.

---

<sup>33</sup> Título original, *The limits to growth*.

Martins (2015) contextualiza os recursos analíticos e discursivos que perpassam a produção do relatório do Clube de Roma, bem como suas condições de produção, envolvendo agentes e racionalidades envolvidos em sua concepção. O autor também observa que o relatório foi financiado por um grupo de empreendedores e cita o então presidente do Clube, Aurélio Peccei, sócio da Fiat, da Olivetti e “[...] administrador de uma das maiores firmas de consultoria na área de desenvolvimento econômico na Europa, chamada Italconsult” (p. 99), além de executivos e pesquisadores do Japão, Reino Unido e Suíça.

A visão de mundo desta pesquisa é apresentada por Martins (2015) ao observar como os temas são nomeados, os indicadores escolhidos, enfim, a maneira como o estudo foi idealizado. Segundo este autor, as análises tiveram como base o “modelo mundial de desenvolvimento”, feito a partir da análise quantitativa do uso de recursos econômicos e naturais para projetar cenários de variáveis como consumo de aço e cobre, índice de natalidade, PIB, entre outras, numa tentativa de prever tendências de modificações na poluição, população, consumo, etc.

Com base nas projeções realizadas pelo Relatório *Meadows*, na Conferência de Estocolmo defendeu-se o zerismo, a tese da necessidade de se estabelecer um crescimento econômico zero. O Brasil liderou uma reação a esta proposta, conforme analisa Herculano (1992, p. 14):

Zerar o crescimento econômico naquele momento era visto como uma injustiça e uma iniquidade, pois os países ricos [...] só se lembravam da natureza depois de a terem degradado, assegurando um patamar de produção e de tecnologia que agora queriam negar aos ‘em desenvolvimento’.

Ainda em 1972, no campo marxista, foi publicado o ‘Manifesto pela Sobrevivência’, que apontava o consumismo, de interesse do industrialismo capitalista, como responsável pela degradação ambiental, sendo assim, o capitalismo deveria ser combatido, para resolver o problema, e não campanhas anticonsumismo dirigidas ao público (HERCULANO, 1992).

A partir da ‘Conferência de Estocolmo’, a polarização entre a defesa do crescimento zero ou do direito ao crescimento, resultou na tese-síntese da terceira via, orientada para a defesa da suposição de que o crescimento econômico e a preservação ambiental não são incompatíveis (MARTINS, 2015). Esta tese deu origem à

proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, que orientou o relatório 'Nosso Futuro Comum'<sup>34</sup>, ou 'Relatório *Brundtland*', de 1987. Este relatório serviu de fundamentação para a elaboração de propostas a serem debatidas na Rio 92<sup>35</sup> (HERCULANO, 1992).

Martins (2015, p. 99) observa que os recursos analíticos e discursivos destes relatórios revelam a base econômica da interpretação social dos problemas ambientais, visto que o relatório destacava o papel das ações econômicas no gerenciamento dos "recursos comuns". A leitura econômica observada por Martins (2015, p. 100) neste relatório é do "marginalismo neoclássico", o que, na percepção deste autor, "[...] indica a preponderância de certa argumentação concorrente na luta simbólica pela nomeação legítima da moderna crise socioambiental [...]".

Fairclough (2012) fala da colonização dos discursos, como processo em que discursos dominantes colonizam outra formação discursiva, e cita a colonização do discurso da educação pelo discurso administrativo. Embora não utilize este conceito, a análise feita por Martins (2015) da construção argumentativa e da utilização de conceitos e vocabulários da economia neoclássica na formatação do discurso ambientalista se encaixa na concepção de colonização do discurso.

Desta colonização surge a economia ambiental, combatida por Leff (2006; 2007) na defesa da racionalidade ambiental e da economia ecológica. Dentro dos parâmetros neoclássicos, os recursos naturais são bens (algumas vezes, comuns) que não podem ser fabricados e que também se transformam em ativos ambientais. A partir destes conceitos, Martins (2015, p. 100) observa que é possível pensar a natureza dentro da "[...] 'modelagem neoclássica de alocação eficiente', a qual entende a escassez relativa de qualquer bem ou serviço seria refletida de forma eficaz no sistema de preços de mercado".

A criação de instrumentos econômicos de gestão ambiental, é percebida por Martins (2015) como mecanismos fundamentados no neoclassicismo e inseridos nas políticas

---

<sup>34</sup> Título original, *Our Common Future*.

<sup>35</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992.



ambientais. A política ambiental internacional é voltada para a construção de mecanismos econômicos de gestão ambiental. Os chamados ‘créditos de carbono’ são o exemplo mais conhecido e consiste em um comércio dos direitos de emissão de gases.

Os termos mais utilizados em documentos oficiais e também por movimentos sociais para descrever os problemas ambientais se relacionam com a racionalidade econômica, tais como: alocação/uso racional dos recursos, patrimônio ambiental, produtividade ambiental, serviços ambientais, PIB verde, entre outras expressões do léxico econômico, que passam a ser utilizadas em debates sobre ética, cidadania e desenvolvimento sustentável (MARTINS, 2015).

A utilização coletiva deste tipo de nomenclatura supõe estruturas e tendências para “[...] perceber o mundo social como consequência do mundo econômico e este como resultado de ajustamentos de cálculos de custo-benefício entre interesses individuais [...]” (LEBARON, 2000 apud MARTINS, 2015, p. 103).

Os agentes envolvidos nos debates internacionais sobre a questão hídrica e as mudanças climáticas são apresentados por Martins (2015), para mostrar que os postos-chaves foram ocupados por técnicos, economistas e administradores, com currículo em empresas de energia, instituições financeiras, entre outras. O perfil destes agentes é coerente com o trabalho realizado, de entrelaçamento da questão ambiental com a questão econômica. As relações entre saber e poder envolvidas neste processo discursivo são assim apresentadas pelo autor:

Se considerarmos que, quando se produz um determinado discurso, a antecipação de seu impacto influencia em sua forma e em seu conteúdo, a atuação desses agentes em face do debate ambiental supõe menos o exercício mecânico da reprodução de disposições estruturadas do que a inventividade dos agentes em face da avaliação antecipada do recebimento de seu discurso. É justamente nessa inventividade que os agentes combinam a eficácia simbólica da retórica econômica com o saber técnico acumulado para assegurar competências e empreender novos signos de comunicação, quase sempre condicionados ao fazer-se reconhecer através dos enunciados econômicos (a exemplo dos mercados de carbono, do imposto verde, dos prejuízos ambientais, do capital natural etc.) (MARTINS, 2015, p. 106).

Segundo Martins (2015), a teoria neoclássica, base da economia ambiental, entrelaçada com a física, as engenharias e a ecologia, propiciaram o ajuste disciplinar necessário para a proposição da aplicação das funções de utilidade econômica na promoção do equilíbrio nas relações entre sociedade e natureza. Esta construção

colabora com a dominação simbólica que se fundamenta na justificação da supremacia do discurso perito diante de quaisquer discursos concorrentes, visto que estes últimos são, frequentemente, classificados como ‘políticos’ ou de senso comum.

Uma reação popular à lógica do economicismo neoliberal é fortemente expressa pelas palavras de ordem que sintetizam as disputas discursivas (e não discursivas) do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>36</sup> com a lógica da economia ambiental, o *slogan* deste movimento social resume, ‘água e energia, não são mercadorias’, defendendo outra perspectiva para as questões socioambientais.

Martins (2015, p. 110) classifica como um “jogo de retroalimentação” a ideia de que, ao serem capazes de identificar os “níveis de pilhagem ambiental da economia moderna” os instrumentos científicos utilizados neste cálculo e os atores envolvidos são legitimados como autoridades para a “[...] previsão legítima dos rumos de tal pilhagem e formulação de políticas de mitigação dos prejuízos então conhecidos [...]”.

O economista ecológico Clóvis Cavalcanti (2004) alerta sobre o perigo de se atribuir valor monetário aos bens e serviços ecológicos. Este pesquisador utiliza o mesmo jargão econômico, porém defende uma lógica oposta à da economia ambiental:

O perigo de atribuir-se valor monetário a bens e serviços ecológicos é tanto de levar, por um lado, a que se acredite que eles valem aquilo que os cálculos mostram, quanto de fazer, por outro, pensar que ativos naturais possam ser assim somados a ativos construídos pelos humanos (ambos referidos à mesma base em dinheiro), tornando-os substituíveis. Na essência do conceito, porém, a sustentabilidade ecológica deve ser vista como manutenção de estoques físicos de capital natural, não a de seus correspondentes valores monetários (DALY, 2002). É aqui que entra a necessidade de uma visão ecológica da economia, missão exatamente da economia ecológica, a qual não se confunde, pois, com a economia ambiental.

Como racionalidade diferente para lidar com o mesmo objeto, as necessidades materiais das sociedades humanas, a economia ecológica inverte a lógica da valoração e percebe o sistema econômico como subsistema aberto do ecossistema, dentro do sistema biofísico do qual depende (CAVALCANTI, 2004). A economia ecológica considera os limites ecológicos e biofísicos à contínua expansão das atividades econômicas.

---

<sup>36</sup> <http://www.mabnacional.org.br>

Dentro do campo da Agroecologia, Caporal (2009) defende o desenvolvimento de uma nova perspectiva econômica que não pense apenas no aumento da produção e da produtividade de cultivos isolados, mas que considere a produtividade total dos sistemas. Visto que, se forem considerados os custos ambientais e sociais da produção e utilização de agrotóxicos, adubos químicos e todo processo de produção fundamentado na agricultura convencional, percebe-se que este tipo de produção é economicamente insustentável.

Um conceito importante para a compreensão da interface entre os sistemas econômicos e socioambientais é a externalidade, definida por Martins (2015, p. 100) como “[...] efeito gerado pela atividade de um agente econômico sobre outrem, afetando, assim, sua função de utilidade [...]”. No contexto ambiental, a externalidade negativa é entendida como os prejuízos ambientais gerados por alguma atividade econômica. Um exemplo comum é a poluição, mas existem várias externalidades ambientais e sociais.

A percepção de que o custo ambiental das atividades econômicas deve ser considerado, é defendida tanto da pela economia ambiental como pela economia ecológica, na primeira, porém, prevalece a valoração financeira dos bens ambientais para que a gestão destes recursos ocorra dentro dos mecanismos do mercado. Para a economia ecológica, porém, a vida não pode ser considerada uma externalidade.

Para a economia ecológica, “[...] o caminho para a sustentabilidade está na lógica econômica cíclica, com novos estilos de vida, produção e consumo [...] (ROMEIRO, 2001 apud MANGABEIRA, 2016, p. 1). Estes autores defendem que a ciência e a tecnologia devem promover estudos para compreender as escalas locais sustentáveis de utilização dos recursos naturais, sendo que as decisões devem ser tomadas em processos coletivos. Esta vertente do ambientalismo considera também que a racionalidade econômica envolve valores culturais e sociais.

A compreensão da lógica econômica neoclássica nos discursos ambientais é importante porque esta ideologia coloniza importantes teorias, políticas e ações de governança ambiental. A crítica desta racionalidade, por parte da Agroecologia, inserida na convergência com os pressupostos da economia ecológica, envolve os

princípios ambientais e sociais desta ciência e se refletem em suas práticas discursivas.

Para pensar os conflitos socioambientais em que se inserem as relações econômicas e culturais, a economia ecológica é complementada pela ecologia política. Joan Martínez Alier (2007), economista catalão, membro fundador da Sociedade Internacional de Economia Ecológica, autor de diversos livros no campo socioambiental, explica esta relação de complementaridade afirmando que a economia ecológica estuda o metabolismo social para explicar o conflito entre a economia e o meio ambiente e põe em dúvida se estes conflitos poderiam ser solucionados com medidas que apenas fazem a gestão dos problemas ambientais, enquanto a ecologia política:

[...] estuda os conflitos ambientais e mostra que, nestes conflitos, atores distintos tem graus distintos de poder, e usam, ou podem usar, diferentes linguagens de valoração. Vemos, na prática, como existem valores incomensuráveis e que o reducionismo econômico é meramente uma forma de exercício de poder (ALIER, 2007, p. 149, tradução da autora)

O pensamento socioambiental tem ainda outras vertentes como verdes, ecologia profunda, ecologistas sociais, entre muitos outros. Não se pretende, aqui, listar e conceituar a todos, mas compreender as principais vertentes discursivas e os principais focos de convergência e divergência entre tendências ambientais distintas, que se refletem no discurso agroecológico e nos discursos ambientais percebidos na mídia.

John Dryzek (2005), cientista social australiano, autor de considerável bibliografia em teoria política, políticas públicas e relações internacionais, escreve também, sobre discursos ambientais. Ele estabelece alguns eixos de análise em torno de focos frequentemente presentes na questão ambiental e esclarece que estes eixos de análise não devem simplificar a percepção dos discursos ambientais, mas contribuir para a observação das convergências.

Dryzek (2005) observa que o discurso ambientalista começou na sociedade industrial e, por este motivo, reflete um posicionamento em relação à dominação discursiva do industrialismo, classificado pelo autor como um compromisso com o crescimento da quantidade de bens e serviços produzidos e a defesa deste tipo de bem-estar material. Observa, ainda, que as sociedades industriais comportam ideologias diferentes, tais

como liberalismo, conservadorismo, socialismo, marxismo, fascismo, entre outros, que, mesmo antagônicas, têm em comum o compromisso com o industrialismo. Sendo assim, o primeiro eixo traçado por Dryzek (2005) para análise do discurso ambiental é em relação à sua proximidade ou afastamento da ideologia industrial.

Os principais discursos ambientais são apresentados por Dryzek (2005) em uma análise das diferentes maneiras como avaliam o problema do limite do crescimento econômico; tendência a perceber possibilidades de se conciliar crescimento econômico com conservação ambiental; e como percebem o ‘tabuleiro de xadrez’ político-econômico, visto por alguns como algo dado, dentro do qual são propostas soluções para os problemas ambientais, e por outros como relações que podem ser modificadas.

“Discursos permitem que histórias sejam contadas” (DRYZEK, 2005, p. 17, tradução da autora) O discurso do neo-malthusianismo e do zerismo, por exemplo, apresentam uma narrativa sobre a necessidade de conter as demandas humanas sobre a capacidade de suporte da terra. As soluções encontradas podem, ainda, pressupor várias histórias diferentes. Dryzek (2005) analisa a maneira como essas narrativas são construídas a partir dos seguintes elementos: entidades básicas cuja existência é reconhecida ou construída; suposições sobre as relações naturais; agentes e seus motivos; metáforas-chaves e outros dispositivos retóricos.

Diferentes discursos percebem diferentes aspectos da realidade, assim, Dryzek (2005, p. 17) analisa as entidades básicas cuja existência é reconhecida ou construída no discurso ambiental, “[...] é o que se entende como ontologia do discurso [...]”. Segundo este autor, enquanto alguns discursos reconhecem a existência de ecossistemas, por exemplo, outros não falam de sistemas naturais e percebem a natureza como matéria bruta; alguns discursos constroem suas análises a partir da ideia de que os seres humanos são egoístas e racionais, outros lidam com diferentes motivações humanas; outros valorizam ações dos governos; entre diversos exemplos possíveis.

Outro aspecto a ser percebido na construção dos discursos ambientais são as suposições sobre as relações naturais, as noções que os discursos percebem como naturais na relação entre diferentes entidades. Como exemplo, Dryzek (2005, p. 17)

observa que alguns veem a competição como natural, seja entre humanos, na economia, seja “[...] entre criaturas trancadas na luta darwiniana [...]”. Outros discursos ambientais percebem a cooperação como algo inerente aos sistemas naturais e sociais. Pressupostos em relação ao gênero, poder político, expertise, sensibilidade, intelecto, raça, riqueza, entre outros, costumam ser assumidos de maneira diferentes pelos diferentes discursos.

Os agentes e suas motivações, são o terceiro aspecto analisado por Dryzek (2005) na configuração dos discursos. Estes, podem ser indivíduos ou coletividades, geralmente, são humanos, mas podem ser não-humanos. “[...] Em um discurso podemos encontrar administradores e peritos benignos e de espírito público. Outro discurso pode retratar as mesmas pessoas como burocratas egoístas [...]”. Outros discursos desconsideram os governos. Diferentes tipos de agentes poderiam ser citados, entre os quais, elites esclarecidas, consumidores racionais, populações ignorantes, cidadãos virtuosos, mãe natureza ou natureza vingativa e muitos mais.

A maioria dos discursos depende fortemente das metáforas-chaves. Entre as metáforas percebidas no discurso ambiental, Dryzek (2005) cita: a ideia da terra como nave espacial; a ideia do pasto comunal; a natureza como máquina; a natureza como organismo; inteligência atribuída a entidades não-humanas, como ecossistemas, entre outros.

Estes elementos são analisados por Dryzek (2005) na construção dos principais discursos ambientalistas, mas são aplicáveis aos princípios teóricos e ambientais da Agroecologia. Esta ciência é fortemente fundamentada na percepção das relações ecológicas e na visão sistêmica das interações sociais e ambientais, entidades como solo, florestas e natureza são frequentemente percebidas no discurso agroecológico; a natureza é vista como organismo vivo; o capitalismo e o neoliberalismo são vistos como entraves à real implementação da agricultura ecológica.

Entre os pressupostos referentes às relações naturais, a Agroecologia percebe relações colaborativas entre as plantas e entre os diferentes elementos do ecossistema e também considera possível as relações colaborativas entre as sociedades humanas e o ambiente natural, dependendo de mudanças sociais para serem realizadas; o expertise científico é reconhecido, desde que esteja em

consonância com seus princípios fundamentais e que seja construído a partir da abertura ao diálogo com outros saberes.

Entre os agentes, a coletividade é de fundamental importância, e se apresenta no contexto dos movimentos sociais, das cooperativas, entre outras ações coletivas, mas agricultoras e agricultores individuais também são visibilizados como sujeitos sociais; a terra, as relações ecológicas, plantas e animais são percebidos como agentes não-humanos; e os consumidores são vistos como agentes políticos.

As categorias de análise acima descritas serão observadas nos discursos jornalísticos relacionados à Agroecologia e analisados no 'Capítulo 3' deste estudo. Estas categorias, porém, se referem a pressupostos socioambientais que nem sempre se fazem presentes em uma notícia ou reportagem, que comumente foca um assunto específico dentro da temática analisada. Sendo assim, estas categorias serão utilizadas como complementares às categorias utilizadas na Análise Crítica do Discurso (ACD), com o objetivo de enfatizar a dimensão ambiental da análise.

A escolha dos autores que fundamentaram a crítica à fragmentação do pensamento ocidental e a problematização das vertentes ambientalistas seguiu os caminhos indicados pelos autores da Agroecologia, como a identificação com o pensamento complexo e a racionalidade ambiental, teorizada por Leff (2002; 2007), que é um autor que também escreve sobre Agroecologia.

Outras conexões são possíveis e algumas se mostram bastante presentes na racionalidade agroecológica. O estudo das redes, percebidas a partir de diferentes abordagens por Marilyn Strathern, Bruno Latour ou Manuel Castells, citando apenas alguns, se apresenta como trajetória teórica bastante instigante para pensar as redes agroecológicas.

A partir da teoria do 'ator-rede', de Latour (2012), percebe-se conexões com as diversas maneiras da Agroecologia compreender e interagir com não-humanos, presentes na percepção da terra e do ecossistema como agentes com os quais o agricultor deve interagir, entre outras participações não-humanas mais específicas como os animais, vegetais, maquinários, entre outros, com os quais se estabelecem vínculos sociais, relações afetivas e de poder.

A desconstrução do conceito de modernidade, realizada por Latour (1994), também oferece possibilidades de releitura do processo de modernização da agricultura, porém, convém esclarecer que a modernidade agrícola é pensada, nesta dissertação, a partir da ruptura provocada pela revolução industrial e pela revolução verde nos modos de vida e de produção agrícolas. Compreendendo, como apresentado no 'Tópico 1.2', que se tratou de uma modernização conservadora.



## **2. RELAÇÕES DISCURSIVAS E NÃO DISCURSIVAS ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS**

Este capítulo tem por objetivo apresentar o referencial teórico utilizado nesta dissertação com relação ao discurso, expor os encadeamentos percebidos pelos autores na relação do discurso com a ideologia e a hegemonia; discorrer sobre o contexto de produção das notícias, que envolvem reflexões sobre a hegemonia na mídia; apresentar as características gerais da mídia hegemônica no Brasil e do perfil dos veículos analisados

No primeiro tópico, a partir da reflexão sobre como os discursos participam da construção social da realidade, serão apresentados os referenciais da Teoria Social do Discurso (TSD), desenvolvida por Norman Fairclough (2001) para delinear a Análise Crítica do Discurso (ACD) e que se ocupa do papel das semioses no processo de mudança social. Na TSD, o discurso é percebido como elemento que participa da construção de entidades, sujeitos e relações sociais.

O segundo tópico discute ideologia, embora a ACD siga o referencial teórico de Michel Foucault sobre discurso e poder, deixa de seguir o direcionamento deste autor em sua recusa à análise da ideologia. Percebida como os significados gerados em relações de poder, inserida nas formas e nos conteúdos dos textos, a ideologia participa também das práticas e das estruturas sociais (FAICLOUGH, 2001).

A hegemonia, que será abordada no terceiro tópico, é percebida como liderança ideológica e político-cultural de uma classe ou grupo social, obtida e consolidada a partir da estrutura econômica, das relações políticas e culturais, dos saberes e dos modelos de autoridade (MORAES, 2010). Diante da hegemonia cultural, práticas opositoras ou alternativas se desenvolvem em paralelo; em um processo que envolve disputas e assimilações, a contra-hegemonia desafia as hegemonias existentes.

O quarto tópico se ocupa da hegemonia na imprensa, que como aparelho privado de hegemonia participa ativamente da formação da opinião pública e exerce o quarto poder. Desvirtuada de sua função de mediadora do direito à informação, a mídia exerce o quarto poder não como um contrapoder a fornecer informações para o

exercício da cidadania, mas como mais um poder, percebido por Serrano (2013) como apêndice dos grupos empresariais.

O quinto tópico apresenta informações relativas à concentração de propriedade e de audiência da mídia no Brasil e os interesses econômicos representados por estes conglomerados. O sexto e último tópico apresenta um breve perfil de cada um dos veículos analisados.

## 2.1 DISCURSO

A representação discursiva é uma atividade social capaz de formatar nossa percepção da realidade e é por intermédio da comunicação que os grupos sociais são capazes de compartilhar significados, cooperar, moldar a realidade social e recriar a realidade ambiental.

Serge Moscovici (2007, p. 35) afirma que “nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura”. E acrescenta que, entendemos como real aquilo que foi socialmente definido como realidade.

John Dryzek (2005, p. 12) esclarece que, ao dizer que algo é socialmente construído não afirmamos, necessariamente, que o mesmo seja irreal ou que os problemas não existam. “[...] Como argumenta Litfin (1994: 26-7, 50), é possível subscrever uma epistemologia hermenêutica (ie, uma filosofia interpretativa de investigação) e uma ontologia realista (ie, um compromisso com a existência real de problemas)”.

As representações discursivas re-apresentam<sup>37</sup> o mundo, corporificam ideias, participam da construção de relações e identidades sociais, afetam e formatam instituições, ações cotidianas, políticas, enfim, toda atividade social é permeada pelo discurso.

---

<sup>37</sup> Moscovici (2007, p. 56), utiliza a expressão re-apresentar no sentido de uma segunda apresentação da realidade, que aproxima conceitos incomuns, incluindo o desconhecido em categorias conhecidas.

Para os autores citados nesta dissertação, a representação não é pensada como um mero reflexo de uma realidade exterior, pelo contrário, o discurso é percebido como um modo de ação sobre o mundo e sobre os outros. Fairclough (2001), defende que a relação entre o discurso e a realidade social deve ser analisada de forma dialética, por compreender que o discurso é moldado e restringido pelas estruturas sociais que, por sua vez, são construídas pelo discurso.

[...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes (FAIRCLOUGH, 2001 p. 91).

As estruturas sociais restringem o discurso em diversos níveis, convenções e normas estabelecem quem tem direito à voz e o que pode ser dito por determinadas classes e funções sociais. As instituições, como o direito, a educação e o sistema de classificação estabelecem regras e padrões que definem até o que pode ser pensado, visto que o raciocínio parte de paradigmas e visões de mundo que o antecedem.

Fairclough (2012) define a Análise Crítica do Discurso (ACD) como perspectiva teórica sobre a língua e sobre a semiose, que considera os elementos ou momentos discursivos como processo social material. A ACD entende a vida social como uma rede interconectada de práticas sociais e percebe todas estas práticas como elementos semióticos, por participarem na construção de sentidos. Esta teoria se ocupa do papel das semioses no processo de mudança social, segundo este autor:

ACD é a análise das relações dialéticas entre semioses (inclusive a língua) e outros elementos das práticas sociais. Essa disciplina preocupa-se particularmente com as mudanças radicais na vida social contemporânea, no papel que a semiose tem dentro dos processos de mudança e nas relações entre semiose e outros elementos sociais dentro da rede de práticas (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

A semiose, como processo de significação, abrange diversas formas de construção do sentido, como imagens, linguagem corporal e a própria língua. Segundo Fairclough (2012, p. 310): “[...] A semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui os discursos, que são as várias representações da vida social”. Atores sociais distintos, reproduzem a vida social de modo distinto, com discursos distintos.

A metodologia da Análise Crítica do Discurso é desenvolvida por Fairclough (2001) na Teoria Social do Discurso (TSD), que reúne a abordagem linguística da análise do discurso com o pensamento social e político sobre linguagem e discurso. Na TSD, o

discurso é visto como elemento que participa da construção de entidades, sujeitos e relações sociais. O discurso é um modo de ação sobre o mundo e sobre os outros e também um modo de representação. O discurso participa do processo de significação do mundo “[...] constituindo e construindo o mundo em significado [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Fairclough (2001, p. 92) compreende que o discurso participa da construção das identidades sociais, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crenças. Estes três efeitos do discurso correspondem a três funções da linguagem: função identitária, se relaciona aos modos pelos quais as identidades sociais, as posições de sujeito ou sujeitos sociais são estabelecidos no discurso; a função relacional se refere à maneira como as relações sociais são representadas e negociadas; a função ideacional se relaciona aos “[...] modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações [...]”.

Os sujeitos sociais, na concepção de Foucault, apresentada por Fairclough, são posicionados pelos próprios enunciados, tanto na posição de produtores do discurso como na posição de leitores. Fairclough (2001, p. 113) concorda com Foucault, também, em relação à interpelação dos sujeitos, ou seja, “[...] os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências necessárias para gerar leituras coerentes [...]”.

Estas conexões e inferências podem envolver pressupostos ideológicos. Como exemplo, o autor cita a ligação entre estas duas frases: “[...] Ela pede demissão do emprego na próxima quarta-feira. Está grávida [...]” (p. 113). Esta sequência pode reafirmar o pressuposto de que as mulheres deixam o emprego quando têm filhos. Quando os intérpretes assumem a posição sugerida pelo texto e fazem a conexão entre as ideias, segundo Fairclough (2001, p. 113), são assujeitados pelo texto. Esta é uma importante parte da ação ideológica dos textos e do discurso, interpelar os sujeitos, que, entretanto, podem realizar outras leituras e resistir às posições estabelecidas nos textos.

Neste sentido, Fairclough (2001) alerta para que se evite uma ênfase estruturalista na construção dos sujeitos sociais. Embora considere que os textos ofereçam posições

de sujeito, estes podem ser interpretados de maneiras distintas, visto que os sujeitos sociais “[...] não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem” (p. 87).

Considerar a capacidade de releitura e de agência por parte dos diversos receptores de um texto é fundamental para perceber as possibilidades de mudança social. As disputas que ocorrem neste processo de mudança, porém, são fundamentais para se definir os rumos de qualquer projeto social. Um elemento importante nesta disputa é a construção das identidades sociais, que, segundo Fairclough (2012) são, em parte, semióticas, e em parte determinadas pela prática em si.

A identidade social do agricultor familiar foi percebida, no decorrer desta pesquisa, como foco de disputas discursivas e não discursivas. Do ponto de vista das práticas sociais, a adesão do mesmo aos distintos modos de produção, interessa tanto ao agronegócio como à Agroecologia. A relação dos agricultores familiares com a produção de fumo, por exemplo, tem sido amplamente documentada por meio de produção científica (CASTRO; MONTEIRO, 2015), cobertura dos veículos de comunicação especializados e contra-hegemônicos, produção de vídeos e também recebeu atenção de políticas públicas.

Estes agricultores se tornam dependentes da relação comercial com os compradores de fumo e vivem problemas graves e diversos de saúde, que levam até o suicídio, em alguns casos. Por este motivo, esses sujeitos já foram identificados pelos movimentos sociais e por algumas políticas públicas como alvo de ações de conversão à Agroecologia, esta transição é proposta como uma saída para os problemas socioambientais que vivem. Este segmento tem sido visibilizado, dentro do universo restrito de pesquisadores e de pessoas envolvidas com o tema, pela gravidade dos problemas enfrentados; porém, relações e disputas semelhantes ocorrem com outras *commodities* que se utilizam do território e do trabalho dos agricultores familiares para se reproduzirem.

É neste contexto que o agricultor familiar interessa tanto ao agronegócio como à Agroecologia, visto que a complexidade das relações envolve percepções,

informações, poder, territórios e acesso a importantes patrimônios naturais da humanidade, como a água, os solos e as florestas.

Do ponto de vista das práticas discursivas, é positivo para o agronegócio identificar sua imagem com a identidade social do agricultor familiar, por emprestar uma imagem de empreendedores-trabalhadores à categoria e afastar o conceito de seus significados negativos, construídos a partir dos fatos relacionados à violência no campo, trabalho escravo e concentração fundiária.

A Agroecologia se construiu como prática e realizou suas mais importantes pesquisas científicas a partir do trabalho de agricultores familiares. Este processo envolveu pesquisa, ação e diálogo de saberes. Os agentes sociais da Agroecologia são estes agricultores, por terem participado ativamente de sua construção o por fazerem parte de uma estrutura social em que a posse da terra está nas mãos de muitos, o que colabora com o fortalecimento de um projeto social de autonomia e soberania alimentar.

Por outro lado, apesar de quase 90% dos agricultores orgânicos do Brasil serem da agricultura familiar (AZEVEDO; SHIMIDT; KARAN, 2011) a maior parte dos agricultores familiares não são agroecológicos e as disputas por esta identidade social é fortemente percebida nas práticas discursivas e não discursivas relacionadas à agricultura.

A perspectiva dialética da ACD, ao enfatizar tanto as estruturas como a construção destas mesmas estruturas pelo discurso, considera também que o discurso é capaz de reproduzir as relações sociais, identidades, sistemas de conhecimento e crenças, assim como é capaz de participar da transformação da sociedade. Sendo assim, são percebidas tensões e inter-relações constantes entre as práticas sociais e discursivas: “[...] a perspectiva dialética, considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

A TSD se interessa especialmente pelo discurso como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso “[...] estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as

quais existem relações de poder [...]” e como prática ideológica “[...] constitui, naturaliza mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). No tópico 2.2 será explorado o contexto da ideologia com maior atenção.

A Teoria Social do Discurso se fundamenta, em importantes aspectos, no aporte teórico do trabalho de Foucault. A relação entre discurso e poder, a construção discursiva dos sujeitos e objetos sociais, a formação de conceitos e estratégias discursivas, são fundamentos relevantes para a ACD, referenciados a partir da trajetória teórica do filósofo francês.

Fairclough (2001), dedicou um capítulo do seu livro ‘Discurso e mudança social’ para esclarecer os pontos de convergência e divergência entre a TSD e as teorias de Michel Foucault relacionadas à análise do discurso. Este autor propõe para as metodologias da TSD uma abordagem menos abstrata que a de Foucault. Outra diferenciação apontada pelo autor, é que Foucault se preocupava mais especificamente com o discurso da ciência, enquanto a ACD se ocupa de qualquer tipo de discurso, tais como conversação, discurso da mídia, consulta médica, discurso político, entre outros. O texto enumera outras diferenciações e enfatiza a divergência em relação à importância dada por Foucault às estruturas. Embora compreenda que o mesmo reconheça a resistência como intrínseca ao poder, Fairclough questiona a ênfase de Foucault sobre as estruturas e a força da dominação:

Mas na totalidade de seu trabalho e nas análises principais, a impressão dominante é a das pessoas desamparadamente assujeitadas a sistemas imóveis de poder. Foucault certamente insiste que o poder necessariamente acarreta resistência, mas ele dá a impressão de que a resistência é geralmente contida pelo poder e não representa ameaça. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 83)

A TSD desloca o foco das estruturas em si para os mecanismos de mudança: “[...] Como as estruturas se tornaram o que são? Como fazer para as estruturas serem diferentes? [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 84). Na concepção deste autor, a relação entre linguagem e ação é circular. As estruturas da ação e da língua são renovadas constantemente na ação/fala, e é dentro desta circularidade da ação/fala que as estruturas são alteradas. Fairclough (2001, p. 85) defende o foco nos fatores que possibilitam a mudança ou a reprodução das estruturas e sugere que as mesmas são transformadas ou reproduzidas, “[...] dependendo do estado das relações, do

equilíbrio de poder [...]”.

Foucault (1999) enfatiza a relação dos sujeitos da fala com os sentidos e as instituições que os precedem e argumenta que o discurso precede o sujeito. O sujeito discursivo é apresentado como um agente que se deixa levar pela ação discursiva, um sujeito que não é o verdadeiro autor da fala. Em sua aula inaugural, no *Collège de France*, em 1970, Foucault expressa a relatividade do sujeito como verdadeiro produtor de sentidos:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a fala, me alojasse sem ser percebido em seus interstícios, como se ela houvesse me dado um sinal, mantendo-se, por um instante suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 1999, p. 5-6).

A reflexão sobre o sujeito como o verdadeiro autor ou mero repetidor da fala, é uma questão enfatizada por importantes autores. Eni Puccinelli Orlandi<sup>38</sup>, professora aposentada da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), autora de diversos livros sobre discurso e precursora da Análise do Discurso no Brasil, em palestra na Fundação Oswaldo Cruz, explica que a memória discursiva e o saber discursivo precedem o nascimento de cada pessoa, que não inventa as palavras e os sentidos de sua fala. A professora cita Pêcheux para ilustrar seu raciocínio: “[...] alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente [...]”, esta perspectiva limita as pretensões do sujeito a autor absoluto de qualquer fala.

Orlandi usa como exemplo a palavra colonização para argumentar que a memória da significação das palavras é irrepresentável, visto que não é possível saber quantas pessoas falaram colonização, desde que começou a história da colonização. Esta memória discursiva, que constitui a significação do conceito em cada falante, se estrutura pelo esquecimento. O falante não lembra quando ouviu a palavra colonização na primeira vez e nas diversas vezes em que formou o conceito, sendo assim, a pessoa passa a significar os conceitos como se partisse de si mesmo.

---

<sup>38</sup> Palestra ‘Os sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0Y2KGVkm9U>. Acessado em 17/09/17.



Segundo Orlandi<sup>39</sup> esta relação é conceituada como “[...] ilusão discursiva do sujeito, de que os sentidos nascem nele, mas é verdade também que ele retoma estes sentidos existentes de uma maneira que é a maneira dele [...]”.

Este sujeito, que não chega a ser autor da própria fala, vive, frequentemente, a angústia de querer dizer e de não querer dizer, de conseguir dizer. Nestas situações, as instituições e o campo de enunciados compartilhados por uma sociedade oferecem discursos prontos e adequados para cada situação, palavras muitas vezes significadas a serem encaixadas em cada desejo de abstração. As instituições, estruturas e relações sociais conseguem domesticar o discurso, mas não conseguem calar suas inquietações.

Foucault (1999, p. 8) enumera inquietações derivadas das relações emaranhadas entre desejos e instituições diante do discurso. A realidade material do discurso, pronunciado ou escrito, inquieta tanto quanto sua existência transitória; os poderes e perigos, percebidos na atividade cotidiana da prática discursiva também determinam inquietações; que ainda se soma à inquietação de perceber as lutas, dominações, servidões “[...] através de tantas palavras cujo o uso há tanto tempo reduziu as asperidades”.

Foucault (1999) toca nos mais profundos processos de significação e na relação cotidiana entre estruturas, desejos e poder. A produção dos discursos é permeada por procedimentos de controle, organização e distribuição, entre outros, que o autor classifica como sistemas de exclusão, que são subdivididos em: exclusão por interdição; exclusão por separação e rejeição; exclusão por oposição entre verdadeiro e falso.

A exclusão por interdição se refere às regras que estabelecem o que pode ser dito, em que circunstâncias, quem pode falar o quê e ainda inclui o tabu do objeto, delimitando temas ‘proibidos’ socialmente, envolve ainda o direito privilegiado ou exclusivo de alguns sujeitos de fala. Este jogo de interdições é percebido pelo autor como evidência da ligação do discurso com as forças do desejo e o do poder. É neste contexto que Foucault (1999, p. 10) afirma: “[...] O discurso não é simplesmente aquilo

---

<sup>39</sup> Palestra ‘Os sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0Y2KGVkm9U>. Acessado em 17/09/17.

que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar [...]”.

A exclusão por separação e rejeição é exemplificada pelo autor pelo discurso do louco, percebido historicamente, na tradição europeia, sobre a qual Foucault se debruçou, como um discurso desconsiderado, anulado pela sua pré-concebida insignificância, desqualificado para testemunhar na justiça ou para firmar contratos. Sendo que, em algumas circunstâncias, contraditoriamente, a voz do louco é percebida como fonte de estranhos poderes e investida da capacidade de revelar uma verdade que a sabedoria dos ‘não loucos’ não consegue enxergar.

O processo de exclusão do discurso do louco, como uma fala permitida, talvez por não ser possível proibir, mas desqualificada e rejeitada de antemão pela sociedade ‘racional’, se assemelha ao processo de exclusão dos diversos discursos dos ‘loucos’ que não se encontram na iminência de serem confinados em hospícios, mas que defendem posições divergentes da razão dominante e que recebem, portanto, uma atenção restrita e uma rejeição disfarçada. Foucault (1999) fala especificamente dos loucos *strictu sensu*, mas é possível perceber uma relação de rejeição semelhante, embora com intensidade e mecanismos distintos, na relação dos discursos dominantes com os discursos marginalizados ou alternativos.

O terceiro procedimento de exclusão apresentado por Foucault (1999) se apresenta na oposição entre o verdadeiro e o falso. Ele faz uma análise histórica para contextualizar o deslocamento na legitimação do discurso como verdadeiro. Segundo o autor, na Grécia do século VI, o discurso verdadeiro era aquele ao qual era preciso se submeter, pronunciado por quem de direito e circunscrito aos rituais de legitimação. Os discursos da justiça ou dos profetas, dotados da força da verdade pelo poder atribuído ao sujeito da fala e pela eficácia, visto que “[...] não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para sua realização, suscitava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino [...]” (p. 15).

Um século depois, com Platão, a verdade não residia mais no que o discurso é ou no que o discurso faz, mas no que o discurso diz, se deslocando do ato ritualizado da enunciação para o próprio enunciado, “[...] para seu sentido, sua forma, seu objeto,

sua relação e sua referência [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 15). O discurso verdadeiro deixou de ser legitimado, primordialmente, pelo poder do falante.

A vontade de verdade perpassa a legitimação do saber e do poder na sociedade ocidental nos últimos séculos. Foucault (1999, p. 14) pondera que a vontade de verdade é distinta das exclusões por interdição ou por rejeição, reconhecendo que o caráter destas é mais diretamente dependente de instituições que as exercem ou impõem por meio da pressão ou violência. E afirma que, ao analisar o interior do discurso, “[...] a separação entre o verdadeiro e o falso, não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta [...]”. Mas se voltarmos nosso olhar para a maneira como esta vontade de verdade atravessou tantos séculos de nossa história, percebe-se um sistema histórico institucionalmente constrangedor.

Como os outros sistemas de exclusão, a vontade de verdade também se apoia nos sistemas institucionais, neste caso, pedagogia, livros, bibliotecas, laboratórios e todo aparato científico e educacional. Porém, Foucault (1999, p. 17) acrescenta que: “[...] ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo em que o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído [...]”.

Foucault (1999) enfatiza a centralidade e a ambiguidade da vontade de verdade na cultura ocidental. Este autor percebe que o discurso verdadeiro deslocou sua legitimação da fonte de poder, para buscar uma verdade que justifica o poder. Ou melhor uma vontade de verdade, que em sua trajetória, passa a ser percebida como a própria verdade e que assume a tarefa de justificar a interdição e de definir a loucura, dentre outras formas de poder. Neste contexto, no jogo do discurso verdadeiro, se revela o desejo do poder.

A verdade, ou a vontade de verdade, é a categoria utilizada por Foucault (2009) para analisar as relações entre o saber e o poder. Este conceito é utilizado, em detrimento ao conceito de ideologia, recusado veementemente pelo autor, que afirmou, no curso realizado no *Collège de France*, em 1980, que não cessaria de praticar e repetir sua recusa em analisar em termos de ideologia o pensamento, o comportamento e o saber das pessoas.

Foucault (2009, p. 32), direciona seu foco para as relações mais abstratas e reafirma que não pretende traçar edifícios teóricos, “[...] mas deslocamentos pelos quais as posições teóricas não cessam de se transformar [...]”. Nas palavras do autor, pode-se perceber alguns dos seus objetivos de análise envolvendo verdade e poder:

Esperando um outro deslocamento e uma nova forma de inteligibilidade, portanto, o que significa essa recusa da análise em termos de ideologia? Eu poderia dizer nesse ano o seguinte: existe uma maneira, eu creio, tradicional, antiga, perfeitamente nobre, de colocar a questão filosófica ou política dizendo que no momento em que o sujeito se submete voluntariamente a uma ligação de verdade numa relação de conhecimento; quer dizer, no momento em que ele pretende, após lhe serem dados os fundamentos, os instrumentos, as justificações com as quais ele pretende sustentar um discurso de verdade, a partir daí, o que é que ele pode dizer sobre, ou para, ou contra o poder que o assujeita? Dito de outro modo, a ligação voluntária com a verdade, o que ela pode dizer sobre a ligação involuntária que nos prende e nos dobra ao poder? Essa, eu creio, é a maneira tradicional, maior, de colocar a questão filosófico-política (p. 33).

## 2.2 IDEOLOGIA

Sem pretender um grande aprofundamento em relação ao tema ideologia, que em si ultrapassa, em muito, os limites de uma dissertação, serão apresentadas algumas concepções, para problematizar a análise. A "ideologia" é onipresente no discurso político moderno e é usada de maneiras diversas e geralmente ambíguas que limitam seu valor como um conceito analítico. A principal ambiguidade relacionada à ideologia, no campo político, decorre do fato de que o conceito de ideologia mais comumente utilizado não fornece critérios para distinguir o pensamento ideológico do pensamento não-ideológico. Para Willard (1974), na ausência desse poder para fazer discriminações concretas, o conceito não consegue uma relevância empírica.

Stuart Hall (2003) analisa o conceito marxista de ideologia a partir da percepção de que Marx usou o conceito com concepções diferentes. Segundo Hall (2003, p. 270), Marx usou frequentemente o termo para se referir às manifestações do pensamento burguês e às distorções efetuadas por este, além de afirmar a premissa materialista de que “[...] as ideias surgem das condições materiais e refletem as circunstâncias nas quais foram geradas [...]”, entre outros aspectos problematizados por este autor.

Hall (2003, p. 167) compreende ideologia como referências mentais, que incluem linguagens, conceitos, sistemas de representação, entre outras ideias que “[...] as

diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona”.

Ao discorrer acerca dos diversos pontos-de-vista relacionados ao conceito de ideologia, Fairclough (2016, p. 20) observa uma divisão entre os conceitos “críticos” e os conceitos “descritivos”, que se distinguem pelo foco nas relações de poder:

[...] o que caracteriza essencialmente os conceitos críticos é que as ideologias são vistas como uma modalidade de poder, uma modalidade que constitui e sustenta relações de poder por meio da produção de consenso ou, pelo menos, aquiescência, poder mais por meio da hegemonia que da violência e da força (FAIRCLOUGH, 2016, p. 20).

Orlandi<sup>40</sup> sintetiza o conceito como “[...] o imaginário que nos relaciona com a nossa condição de existência [...]” e associa a ideologia à interpretação, ao sujeito que interpreta um objeto simbólico. Como exemplo, cita a diferença de sentidos da palavra terra, quando interpretada por um índio ou quando interpretada por um proprietário de terras, e acrescenta que esta diferença não se deve à própria terra, que, empiricamente, é a mesma, no entanto, “[...] simbolicamente, politicamente, historicamente, socialmente, são sentidos muitos diferentes, porque a ideologia é diferente, ou seja, a relação imaginária desses sujeitos com as condições de existência deles é muito diferente [...]”.

Na concepção de Fairclough (2001, p.94), ideologia são “[...] os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder [...]”, percebe-se, portanto, que o consenso em relação ao conceito de ideologia é inexistente nas ciências sociais, na linguística e até no senso comum. E o imbróglio relacionado ao assunto se torna ainda mais intrincado devido ao posicionamento avesso e crítico, de Michel Foucault (2009) em relação a este conceito, lembrando que o mesmo enfatizou sua recusa em analisar o comportamento, o pensamento e o saber a partir da ideologia.

Fairclough (2001, p. 87), ao delinear a fundamentação teórica da ACD, discorda de Foucault em relação à ideologia e defende este conceito como importante para uma ciência social crítica. Porém, ele reconhece que tal recusa deve ser levada em consideração, para se evitar algumas das “concepções incipientes” de ideologia.

---

<sup>40</sup> Palestra ‘Os sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio’. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u0Y2KGVkm9U>. Acessado em 17/09/17.

Embora participem dos processos abstratos de significação da realidade, as ideologias têm existência concreta nas práticas das instituições sociais. Fairclough (2001) compreende que as construções sociais relacionadas ao mundo físico, relações sociais e identidades sociais são elaboradas nas práticas discursivas e contribuem para a reprodução ou transformação das relações de dominação. As ideologias tornam-se ainda mais eficazes quando são naturalizadas e passam a fazer parte do senso-comum. Este autor, porém, enfatiza o papel da luta ideológica e das disputas discursivas como um esforço para reestruturar e transformar as relações de dominação.

A ideologia perpassa a linguagem em vários níveis e diversas dimensões e pertence tanto às estruturas como aos eventos. Como estrutura, está inserida nas convenções subjacentes às práticas linguísticas. A partir deste ângulo, enfatiza-se as restrições sociais que envolvem os eventos discursivos e contribuem para a reprodução ideológica. Por outro lado, ao localizar a ideologia nos eventos, evidencia-se que a ideologia é um processo que envolve transformação e fluidez; neste caso, o risco é cair na ilusão de que o discurso é um processo livre. Segundo Fairclough (2001, p. 119), a ideologia “[...] é uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também no trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos”.

Em relação ao texto, a ACD parte da compreensão de que a ideologia está fortemente inserida no sentido das palavras, no conteúdo, mas aspectos como as pressuposições, metáforas, coerência, escolhas verbais, entre outros, também devem ser considerados. Fairclough (2001, p. 120) defende que uma oposição rígida entre forma e conteúdo é equivocada, porque os sentidos dos textos são interligados com as formas e os aspectos formais do texto também podem ser investidos ideologicamente. Como exemplo, este autor cita uma tendência comum no jornalismo, de noticiar os efeitos econômicos de desastres socioambientais por meio de estruturas intransitivas, sendo comuns afirmações como: “a moeda perdeu o valor”, deixando vago a presença dos agentes econômicos e induzindo a interpretação do problema como ‘natural’; quando a mesma notícia poderia ser dada afirmando-se que, após tais eventos, “os investidores estão comprando ouro; as firmas sacaram milhões”.

As identidades sociais podem envolver pressupostos ideológicos, observados, por exemplo, nas relações de polidez entre secretária e gerente, ou professores e alunos. As ideologias construídas nas convenções sociais, nem sempre são percebidas e tendem a ser naturalizadas e automatizadas nas práticas cotidianas. Fairclough (2001, p. 120) observa, ainda que: “[...] Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica”.

Ao incorporarem significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder, Fairclough (2001) percebe que, até mesmo os discursos científicos ou teóricos podem ser ideológicos, discordando, assim, dos autores que defendem uma oposição categórica entre ciência e ideologia. Porém, reconhece diferenças de intensidade no teor ideológico dos discursos e, como exemplo, observa que a publicidade, em termos gerais, é investida de um teor ideológico muito maior que as ciências físicas. Neste contexto de imersão dos sujeitos e discursos na trama ideológica, porém, Fairclough (2001, p. 121), consegue perceber saídas menos deterministas e possibilidades de perceber e desconstruir as ilusões ideológicas:

Mas daí, nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia.

A ideologia, em sua concepção crítica, é um conceito diretamente relacionado à hegemonia, entendida como liderança e dominação nos campos econômicos, políticos, culturais e ideológicos de uma sociedade. Segundo Fairclough (2001, p. 122), é “[...] muito mais que dominação das classes subalternas mediante concessão ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento [...]”. Mas envolve, também, uma disputa constante para construir, manter ou romper relações de dominação/subordinação.

### 2.3 HEGEMONIA

Dênis de Moraes (2010, p. 54), professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autor de diversos livros e artigos relacionados à hegemonia na mídia, utiliza o

conceito de hegemonia estabelecido por Gramsci<sup>41</sup>, quando afirma que esta “[...] pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”.

Nesta concepção, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que envolvem a estrutura econômica, a organização política e também, no plano ético cultural, os saberes, as práticas, as representações e os modelos de autoridade. A hegemonia inclui a direção cultural e o “[...] consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (GRAMSCI, apud MORAES, 2010, p. 55).

Raymond Williams (2011), teórico dos estudos culturais, de orientação marxista, que viveu no Reino Unido entre 1921 e 1988, enfatiza a noção de hegemonia como algo vivido em profundidade, que satura a consciência de uma sociedade e chega a constituir o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência. Porém, esclarece também que a hegemonia não é única, “[...] ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua [...]” (p. 52). Por estar inserida em processos de mudança, a hegemonia é constantemente desafiada e negociada.

Muito mais que mera opinião e manipulação, a hegemonia envolve práticas e expectativas vivenciadas. A hegemonia é ainda definida por Williams (2011, p. 53) como “[...] sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos [...]”.

O processo de construção e manutenção da hegemonia cultural inclui a disputa pelo monopólio dos aparelhos privados de hegemonia, que são a imprensa, os partidos políticos, as igrejas, as escolas, os sindicatos, entre outros. Estes aparelhos atuam como agentes da hegemonia, tanto para manter a dominação como para criticar seus pressupostos, participando do processo e da disputa pelo consenso ou consentimento social (MORAES, 2009).

---

<sup>41</sup> Filósofo e jornalista italiano que viveu entre 1891 e 1937 e teorizou a ideia de hegemonia cultural que está sendo utilizada nesta dissertação pelos autores citados na fundamentação do conceito: Norman Fairclough, Raymond Williams e Dênis de Moraes.



Moraes (2009) esclarece que os aparelhos privados de hegemonia não se confundem com o conceito criado por Louis Althusser de aparelhos ideológicos de Estado, visto que este implica uma ligação imediata com o Estado; enquanto os aparelhos privados de hegemonia podem ter autonomia em relação a este, embora muitas vezes orbitem em torno do Estado, além de atuarem como difusores do senso comum delineado pela classe dirigente.

Por mais abrangentes que sejam os tentáculos da hegemonia, porém, as opiniões, significados e valores alternativos e opositores se desenvolvem em paralelo à cultura dominante. A tolerância com as atitudes alternativas é uma característica da cultura hegemônica que a torna eficaz. Para manter a hegemonia, é necessário conviver com valores residuais (remanescentes ao passado) e emergentes (novos significados, valores e práticas) (WILLIAMS, 2011).

Fazem parte das disputas pela manutenção da hegemonia, os processos de incorporação dos valores residuais e emergentes. Paralelo ao processo de enfatizar e promover certos significados e práticas e de excluir ou negligenciar outros, ocorre um processo de reinterpretar e diluir alguns significados alternativos “[...] colocados em formas que dão suporte ou, ao menos, não contradizem os outros elementos da cultura dominante eficaz” (WILLIAMS, 2011, p. 54).

Williams (2011, p. 58) estabelece uma distinção teórica entre práticas alternativas e opositoras, exemplificando tais diferenças como “[...] alguém que encontra um jeito diferente de viver e quer ser deixado só [alternativos] e alguém que encontra uma maneira diferente de viver e quer mudar a sociedade [opositores]”. Na concepção deste autor, os alternativos criam soluções individuais ou em pequenos grupos para lidar com a crise social, enquanto as práticas opositoras se ocupam de iniciativas políticas e revolucionárias.

A Agroecologia e a mídia contra-hegemônica compartilham a classificação de alternativas, que, embora indesejada ou evitada, por ambas, está sempre latente no delineamento da identidade destes conceitos. Conforme panorama histórico apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, os movimentos de agricultura alternativa, após reflexão teórica, dentro de um processo de construção coletiva da identidade deste movimento social, passaram a se identificar como agroecológicos.

Autores e militantes concordam em recusar o rótulo de alternativos. Luciana Jacob, agrônoma e cientista social, pesquisadora, autora de livros e artigos relacionados à Agroecologia e membro da ABA, em palestra proferida no Congresso Brasileiro e Latino-americano de Agroecologia<sup>42</sup>, realizado em 2017, enfatiza a percepção de alternativo como minoria e, ao se pensar como minoria, o agente social é isolado e se sente solitário e, conseqüentemente, enfraquecido. Segundo a palestrante, esta é uma forma de desmobilização causada pelo paradigma dominante.

O jornalismo que se propõe a fazer um contraponto ao poder hegemônico das classes dominantes também é classificado como alternativo. Os teóricos e jornalistas envolvidos com o tema também utilizam o conceito de contra-hegemonia para definir a identidade destes veículos, categoria mais utilizada que mídia alternativa. Mas este conceito também é utilizado, talvez numa tentativa de deixar a linguagem menos acadêmica.

Percebe-se, porém, que a visibilidade alcançada pelos interesses hegemônicos é desproporcional aos esforços contra-hegemônicos ou alternativos. Lembrando que a hegemonia envolve também práticas não discursivas, ao se apoiar na estrutura econômica, organização política, saberes, representações e modelos de autoridade, a hegemonia se mantém e reproduz em correlação com as forças que representam estes poderes. Estas disputas são fortemente percebidas nas práticas que envolvem os aparelhos privados de hegemonia, entre os quais a imprensa.

#### 2.4 IDEOLOGIA, HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NA COMUNICAÇÃO

Dênis de Moraes (2009, p. 42), contextualiza a posição ocupada pela mídia no jogo de forças para construir, transformar ou manter a hegemonia cultural: “[...] Gramsci considera a imprensa (o principal meio de comunicação de sua época) como ‘a parte mais dinâmica’ da superestrutura ideológica das classes dominantes”. Como aparelhos privados de hegemonia, os meios de comunicação divulgam e unificam

---

<sup>42</sup> Relatoria da palestra disponível no *site* do congresso: <https://relatosagroecologia2017.itbio3.org/atividades/category/tema4-educacao-em-agroecologia/>

visões de mundo, difundindo determinados tipos de cultura. A mídia é muito eficaz para fixar sentidos e ideologias, além de interferir no imaginário social.

Moraes (2013) observa que as palavras são (re)significadas pela mídia, dentro da visão de mundo que prevalece nestes veículos. Segundo este autor, o sistema midiático “[...] demonstra desembaraço na apropriação de diferentes léxicos [...] a serviço de suas conveniências particulares [...]” (p. 16). Como exemplo, ele cita a apropriação e (re)significação do vocabulário de esquerda pelo discurso midiático, nos anos 80 e 90, difundindo palavras como ‘inclusão’ e ‘reforma’ dentro de uma visão de mundo neoliberal, com significado distinto da concepção anterior, utilizada pela esquerda.

Significados, valores e padrões são fortemente fixados pela presença no universo midiático, porém, na mídia hegemônica, a interpretação dos fatos não representa uma real diversidade de leituras, interesses e pontos de vista. Segundo Moraes (2009, p 46):

“[...] é no domínio da comunicação que se esculpem os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo o espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras – por mais que estas continuem se manifestando e resistindo [...].”

Moraes (2010, p. 68) percebe que as óticas alternativas, que se opõem à supremacia do mercado, tendem a ser neutralizadas, e denuncia o esvaziamento das interpretações críticas, quando afirma que: “[...] o controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos [...]”.

Quando se fala do controle ideológico da mídia, não se pressupõe que toda audiência esteja imersa em passividade, pronta para ser manipulada. Ao contrário, segundo Moraes (2010), existem respostas, interações, assimilações distintas por parte do público. A mídia também, consegue manter a audiência ao conservar seus radares ativados para captar sinalizações, insatisfações e tendências e assim antecipar modismos e atenuar variações, sempre se deslocando dentro das margens de controle estabelecidas pelos estrategistas e gestores corporativos. Como mediadora dos desejos, configura-se como importante ferramenta para transformar cada tendência em identidade de consumo.

O discurso midiático desenvolve óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por amplos segmentos sociais. Dênis de Moraes (2010, p.67) cita Gramsci ao afirmar que: [...] formar a opinião é uma operação ideológica estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força”.

É bem conhecida a identificação da imprensa como quarto poder. Esta classificação deriva da percepção de que a opinião pública está diretamente vinculada com a comunicação social, sendo a imprensa importante fornecedora de informações sobre o que acontece nos três poderes constituídos; ao oferecer suporte para o exercício da cidadania atua como importante ferramenta no jogo democrático (RAMONET, 2013; SERRANO, 2013).

Ignacio Ramonet (2013), jornalista e sociólogo galego, diretor da edição espanhola do *Le Monde Diplomatique*<sup>43</sup> e um dos idealizadores do Fórum Social Mundial, afirma que a democracia moderna não pode funcionar sem os meios de comunicação e que a imprensa se consolidou como quarto poder a partir de meados do século XIX, quando a comunicação de massa criou o que conhecemos hoje como opinião pública. Como base necessária para a criação e manutenção da opinião pública, o quarto poder se configura, potencialmente, como um contrapoder, que para ser exercido como tal, deveria fornecer informações que refletissem leituras e interesses distintos.

A configuração dos meios de comunicação no mundo capitalista, porém, remodelou o valor democrático da liberdade de imprensa em “[...] liberdade de empresa, liberdade do empresariado operar em determinado setor, não é um direito de cidadania” (SERRANO, 2013, p. 61). Mesmo sem cumprir sua função social, a informação continua sendo legitimada pela sua função intrínseca de utilidade pública, mas é tratada, embalada e negociada como *commoditie*. Neste cenário, a opinião pública é exposta à visão de mundo que interessa ao poder econômico.

Pierre Bourdieu (1973) problematiza a fidelidade das pesquisas de opinião dentro do objetivo de revelar a chamada opinião pública. Segundo o sociólogo francês, as pesquisas de opinião são instrumentos de ação política que contribuem com o objetivo

---

<sup>43</sup> <http://www.monde-diplomatique.es>. Acesso em 23/11/2017.

de construir a ilusão “[...] de que existe uma opinião pública que é a soma puramente aditiva de opiniões individuais; em impor a ideia de que existe algo que seria uma coisa assim como a média das opiniões ou a opinião média” (p. 3).

As pesquisas de opinião, na análise de Bourdieu (1973), deixam de considerar as não-respostas e, frequentemente, apresentam ao entrevistado questões que estes não se perguntariam ou seriam formuladas de maneira diferente pelos diversos segmentos da sociedade. Em sua análise da parcialidade intrínseca às condições de produção deste tipo de pesquisa, Bourdieu enfatiza que o contexto em que as opiniões são delineadas é completamente artificial.

Bourdieu (2012) alerta que a opinião pública é invocada pelos criadores de direito, nas sociedades onde existem direitos, para legitimar ações de poder. Segundo este autor, aceita-se, tacitamente que a opinião pública é a opinião de todos, sendo que permanece implícito que “[...] é a opinião daqueles que contam, daqueles que são dignos de ter opinião” (BOURDIEU, 2012, p.1, tradução da autora).

A partir da reflexão sobre os vieses que conformam a opinião pública, o conceito se torna ainda mais útil para perceber como se dá a ação da mídia no exercício do quarto poder. Como aparelhos privados de hegemonia, os meios de comunicação se constituem em ferramenta central na criação e manutenção da opinião pública. À compreensão de que esta não representa a média das opiniões, acrescenta-se a influência dos meios de comunicação sobre o público, legitimando como dominante a opinião que pertence a uma minoria, esta opinião ganhará adeptos.

A análise sobre os mecanismos que atuam no delineamento da opinião pública por meio das pesquisas de opinião, tornou-se útil aqui pela complementaridade que esta tem com a mídia na formação da opinião pública como poder social que legitima leis, políticas e ações diversas, além de eleger representantes por meio do voto. Mas os vieses produzidos pela artificialidade do método e limitações das estatísticas ainda são enormemente multiplicados pelo controle direto exercido pelo poder econômico sobre estes meios.

Embora ocupem a função democrática de difusores da comunicação social, por meio da qual a sociedade civil tem acesso às informações importantes para o exercício da

cidadania, Ramonet (2013, p. 56) constata que, os meios de comunicação foram confiscados pelo poder econômico e financeiro, e não exercem sua função de contrapoder, mas, ao contrário, exercem a função de “[...] poder complementar para oprimir ou manter a sociedade no estado atual de coisas [...]”.

Pascual Serrano (2013), jornalista e diretor de redação do jornal *‘Rebellion’*<sup>44</sup>, de Madri, e autor de vários livros, afirma que a liberdade de imprensa é um valor democrático que deveria consistir em garantias para que os cidadãos pudessem criar meios de comunicação sem que seus conteúdos fossem controlados ou censurados pelo Estado. Porém, no sistema de economia de mercado, os meios de comunicação dependem de grandes investimentos, sendo assim, a liberdade de imprensa pode ser desfrutada por um pequeno segmento social.

É neste contexto que a liberdade de imprensa, significa menos a liberdade de informar e ser informado. Assim, segundo Serrano (2013, p. 61), se configura um quarto poder como “[...] mero apêndice dos grupos empresariais, mas não hesitaríamos em considera-lo mais poderoso do que os outros três [poderes]”. A liberdade de imprensa é reivindicada por grupos empresariais que se apresentam como defensores da democracia, mas representam conglomerados com ações e interesses em diversos setores da economia e que, por sua vez, dependem dos grandes anunciantes e dos seus interesses econômicos.

Em uma análise direta da relação da mídia com o poder econômico, Serrano (2013) não usa meias palavras para descrever como se dá as relações comerciais que envolvem a mercadoria informação:

Eles [os grupos de comunicação] ficarão do lado dos bancos que despejam quem não paga hipoteca; das empresas que fazem demissões para melhorar seus lucros; das corporações que destroem o planeta, desde que continuem contratando publicidade. Assim como defenderão os hospitais e as universidades privadas, que com certeza colocarão mais anúncios do que os serviços públicos. Um jornalista estadunidense comentou que, em seu país, era permitido escrever contra o presidente democrata ou republicano; o que nunca poderia ser publicado é a notícia da descoberta de uma mosca numa garrafa de Coca Cola (p. 63)

Moraes (2013) cita dados relativos à concentração do controle sobre a mídia e o entretenimento no mundo e informa também que megaempresas, fundos de

---

<sup>44</sup> <https://www.rebellion.org>. Acesso em 23/11/2017.

investimentos, magnatas do petróleo, bancos, entre outros, têm participação acionária nas empresas de comunicação e enfatiza que a ‘financeirização’ da indústria cultural, acarretou uma interseção cada vez maior entre o capital financeiro e o capital midiático. E esclarece que “[...] acentua-se a participação de corporações financeiras na estrutura de propriedade, inclusive indicando representantes nos conselhos de administração de empresas de comunicação” (MORAES, 2013, p. 19).

Para que os cidadãos recebam as informações a que têm direito é necessário que se garanta o direito de transmiti-las, argumenta este mesmo autor. Porém, como este direito é acessado apenas por poucos conglomerados de comunicação, que decidem o que será ou não divulgado, a mídia corporativa não exerce a liberdade de expressão, mas a liberdade de censura, quando decide quais atores sociais serão visibilizados, com qual intensidade e com qual enquadramento (MORAES, 2013).

Embora as tecnologias contemporâneas utilizadas para comunicação, incluindo a internet e os dispositivos de captação e transmissão de dados, tenham aumentado, em muito, a participação do cidadão comum na função de emissor, a diferença assimétrica do poder econômico define o exercício da hegemonia, que deixa de fora a diversidade e o direito à informação. Moraes (2013, p. 37-38) proclama a importância da diversidade na comunicação, em consonância com os defensores da Agroecologia percebe a diversidade como princípio fundamental para a implementação de mudanças reais, em outras palavras, brada contra a monocultura da mídia:

Diversidade pressupõe revitalizar manifestações do contraditório, confrontar pontos de vista e estimular trocas horizontais entre as culturas de povos, cidades e países. Diversidade se assegura, principalmente, com políticas públicas que valorizem a comunicação como direito humano e contribuam para deter a oligopolização da produção simbólica [...] Diversidade não se esgota nos acréscimos de opções de consumo que, via de regra, impõem ambições mercantis sobre as aspirações sociais por livre expressão e pluralidade.

John Hannigan (1995, p. 83) descreve o palco midiático como um “concurso em relação ao significado” onde os “formuladores de exigências” (ambientais) competem com opositores para promover suas imagens, enquanto “[...] jornalistas e editores preferem, frequentemente, manter e reproduzir a corrente principal de imagens e códigos culturais [...]”. Em outras palavras, a indústria jornalística segue uma forte tendência de repetir os padrões hegemônicos da sociedade.

As iniciativas contra-hegemônicas, que sempre existiram e se reinventam em cada contexto histórico e tecnológico, alcançaram reconhecido poder de disseminação com o advento e a popularização da internet. Segundo Moraes (2010, p. 73), contra-hegemonia significa “[...] reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater as racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes”.

Deve-se compreender as diferenças de poder entre os grupos contra-hegemônicos e a grande mídia também na internet, mas deve-se reconhecer também que as publicações alternativas se espalharam nas últimas décadas. Manuel Castells (apud, MORAES, 2009) entende que estas modalidades de produção já colocam em xeque a legitimidade política dos meios de comunicação de massa. Moraes (2013) contextualiza também a crise de legitimidade pela qual passa a grande mídia, enumerada pelo autor como crise de mediação, credibilidade, autoridade, distribuição, entre outras. Este autor ainda apresenta uma análise relativizando as potencialidades e as limitações deste meio:

A Internet não tem o condão de reduzir o fosso entre os inforricos e os infopobres, embora possa se converter em instrumento de democratização da informação – à condição de se saber como utilizá-la à luta mais ampla por uma comunicação antimonopólica e por uma cultura não mercantilizada. (MORAES, 2009, p. 253)

Este autor alerta também para a bolha social que se intensifica no ambiente virtual e que limita a circulação dos conteúdos produzidos entre pessoas que já possuem um ponto de vista semelhante; cita exemplos bem-sucedidos de cooperação entre produtores de conteúdo; e alerta para necessidade de se utilizar uma linguagem mais coloquial e popular, evitando o estilo panfletário ou pedagógico para se atingir um público mais amplo (MORAES, 2009; 2013).

As organizações sociais de Agroecologia são um ótimo exemplo de produção de conteúdo segmentado. Responsáveis por mobilizações, disseminação de informações e conceitos e construção coletiva de representações relacionadas ao tema, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) são instituições atuantes, responsáveis por uma farta produção de publicações e atividades. A realização de congressos nacionais e internacionais também cumprem a função de congregar cientistas, agricultores e ativistas em um processo vivo de significação do conceito de Agroecologia.



Em 2016, pessoas que já trabalhavam na comunicação do movimento agroecológico, criaram um coletivo de comunicação popular que chamaram de 'Mídia Crioula', definida pelos mesmos na citação abaixo:

A comunicação crioula guarda as sementes do conhecimento ancestral da humanidade. Saber sagrado que carrega a força da adaptação, multiplicação, resistência e informação. Nossa comunicação é bem comum enraizado na saúde, no feminino e nos povos. É saber anti hegemônico [...]⁴⁵.

Pensando em uma comunicação menos segmentada, destacam-se também importantes atuações, como os veículos pesquisados nesta dissertação, selecionados pelo critério da relevância dada à pauta agroecológica. Outras iniciativas, porém, se destacam. A lista seria grande para enumerar os diversos *sites* que podem ser classificados como contra-hegemônicos pelo conteúdo. Alguns, porém, serão citados porque, além da independência editorial, representam iniciativas coletivas que se apresentam como estratégias inovadoras para a sobrevivência e manutenção da independência destes produtores de conteúdo: Jornalistas Livres<sup>46</sup>, Mídia Ninja<sup>47</sup>, Agência Pública<sup>48</sup> e a Carta Maior (analisada nesta dissertação), entre outros, são coletivos que reinventam também as formas de organização do jornalismo.

Compreendendo a mídia como aparelho privado de hegemonia, o próximo tópico contextualiza a propriedade e o monopólio da comunicação no Brasil. Nas mãos de grupos econômicos com interesses em diversos segmentos da economia, faz parte da sobrevivência desses conglomerados a defesa do patrimônio dessas empresas e de seus anunciantes.

## 2.5 CONCENTRAÇÃO DE PROPRIEDADE DA MÍDIA NO BRASIL

A propriedade e a audiência da mídia no Brasil são extremamente concentradas nas mãos de poucos grupos. Informações atualizadas sobre a propriedade dos meios de comunicação no Brasil foram publicadas no *site* da pesquisa *Media Ownership Monitor*

---

<sup>45</sup> Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/o-que-e-uma-semente-crioula-na-comunicacao/>. Acesso em 20/02/2018.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://jornalistaslivres.org>. Acesso em 20/02/2018.

<sup>47</sup> Disponível em: <http://midianinja.org>. Acesso em 20/02/2018.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://apublica.org>. Acesso em 20/02/2018.

*Brasil*<sup>49</sup> (MOM-Brasil, 2017), uma iniciativa da organização Repórteres Sem Fronteiras<sup>50</sup>; o estudo de caso brasileiro foi realizado pelo Coletivo Intervezes<sup>51</sup>. O levantamento apontou que 70% da audiência está concentrada nos quatro maiores grupos de mídia, no caso da TV aberta. Sendo que o Grupo Globo alcança uma audiência maior que a soma do 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos brasileiros.

A propriedade cruzada de diferentes tipos de meios de comunicação, como TV, rádio, impresso e online é outro importante fator indicativo da concentração da propriedade. Neste item, A Rede Globo também se apresenta como líder em concentração, com TV aberta, TV paga, o maior portal de notícias brasileiro, o 'Globo.com', rádios, mídia impressa, além de atuar no mercado fonográfico, cinematográfico e editorial. Esta tendência a cumular diversos veículos também se percebe em outros grupos, a pesquisa destaca, o Grupo *Record*, que além de possuir diferentes meios é controlado por uma igreja; e o Grupo RBS, que conta com uma afiliada da TV Globo e concentra a propriedade de veículos como rádios e jornais impressos, entre outros .

O relatório contextualiza como histórica a concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil, beneficiada por uma legislação tímida para barrar o monopólio; e argumenta que esta concentração coloca em risco os fundamentos da democracia. O *site* lembra que o golpe de 1964 foi apoiado pelos principais veículos de comunicação e que os sucessivos governos militares fomentaram, com recursos públicos, a formação de grandes redes nacionais de comunicação. A televisão, de grande interesse dos governos militares para execução do projeto de integração nacional, ainda não era um veículo de massa no Brasil dos anos 1960 e os governos militares instalaram ampla estrutura de comunicação em todo território nacional, ampliando o alcance das redes nacionais de televisão.

Esta estrutura serviu para dar visibilidade à narrativa do 'milagre econômico' nos anos 1960 e 1970, período de maior repressão por parte do regime e quando o governo contraiu elevada dívida externa. O modelo de concentração não foi alterado após o regime militar, pelo contrário, foi fortalecido pelo contexto do neoliberalismo

---

<sup>49</sup> Em português: Monitor de Propriedade de Mídia. Relatório disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 26/01/2018.

<sup>50</sup> Disponível em: <https://rsf.org>. Acesso em 26/01/2018.

<sup>51</sup> Disponível em: <http://intervezes.org.br>. Acesso em 26/01/2018.

econômico e pela privatização de várias estatais nos governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

Atualmente, cinco grupos de mídia concentram mais da metade dos cinquenta veículos de maior audiência analisados pela pesquisa. O relatório afirma, ainda, que grande parte desses grupos pertencem a famílias, que transmitem os negócios e as concessões públicas, no caso de TV e rádio, para as gerações seguintes. Entre os políticos do poder legislativo federal, trinta e dois deputados federais e oito senadores da atual legislatura são donos de emissoras<sup>52</sup>. A participação religiosa na mídia brasileira também tem sido crescente desde os anos 1980. Nove dos cinquenta veículos pesquisados pertencem a lideranças religiosas.

A publicidade estatal representa importante parcela do faturamento dos veículos de comunicação e, logicamente, é alvo de disputas. A verba publicitária do governo federal foi reduzida em 24%, em 2015, no governo Dilma Rousseff<sup>53</sup>. Com a chegada ao poder do atual presidente Michel Temer, várias denúncias relatam casos de negociação das verbas publicitárias federais em troca de apoio às reformas planejadas.

O relatório MOM-Brasil denuncia que, em maio de 2016, foi fechado o Instituto para Acompanhamento de Publicidade (IAP), entidade ligada à Secretaria de Comunicação (Secom), que dava acesso público às informações referentes à destinação das verbas publicitárias do governo federal.

Logo após chegar ao poder, o governo Temer cortou a verba de publicidade dos veículos classificados por este governo como petistas. Matéria publicada no 'Estado de São Paulo'<sup>54</sup> informa que o governo bloqueou R\$ 8 milhões, dos R\$ 11 milhões previstos para estes *sites* em 2016. Paulo Nogueira, criador do 'Diário do Centro do Mundo', um dos veículos atingidos pelo corte, defende que a soma da verba

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29753>, acessado em 28/01/18.

<sup>53</sup> Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/09/verba-de-midia-do-governo-federal-diminui-24-em-2015.html> . Acessado em 28/01/18.

<sup>54</sup> Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,planalto-corta-pelo-menos-r-8-milhoes-de-sites-simpaticos-ao-pt,10000055655>. Acessado em 28/01/2018.

publicitária de todos as mídias classificadas como petistas representa 0,5% do orçamento publicitário da Secom, enquanto que a TV Globo, recebe anualmente R\$ 600 milhões da Secom, ou seja, 60 vezes mais que todos os sites classificados por ele como progressistas e que tiveram as verbas cortadas<sup>55</sup>.

Grande parte dos grupos de mídia analisados na pesquisa MOM-Brasil possuem negócios em outros setores da economia, principalmente, educação, saúde, mercado financeiro, mercado imobiliário e agronegócio. O *site* cita várias empresas e suas ligações com os grupos de mídia. No agronegócio, apresenta a ligação de vários grupos com os negócios rurais, entre eles o Grupo Mix de Comunicação / Grupo Objetivo, classificado pelo *site* como um dos maiores conglomerados de educação privada do país, tem fazendas de gado Nelore entre seus negócios. São citados também os donos de TVs em Uberlândia-MG e Goiânia-GO e o Grupo Alfa, dono da Agropalma, empresa de extração de óleo de palma. A família Marinho, proprietária da Rede Globo, possui fazendas e empresas de produção agrícola. Em um contexto histórico, o grupo Folha da Manhã, que deu origem ao atual Grupo Folha, teve entre seus proprietários membros da oligarquia rural paulista.

Utilizou-se neste tópico informações predominantemente provenientes do *site Media Ownership Monitor Brasil* pelo seu foco na propriedade destes meios, informação que esclarece alguns dos interesses comerciais e políticos envolvidos na formatação dessas empresas. A atualidade da pesquisa e o perfil profissional e democrático da equipe e do conselho de especialistas justificou a escolha deste relatório como suporte informativo para apresentar este breve panorama dos grandes conglomerados de mídia no Brasil. Não se pretende aqui esgotar um assunto rico em informações atuais e históricas, mas apenas apresentar informações eloquentes sobre o monopólio da mídia no Brasil e os interesses econômicos que estes representam.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/temer-corta-publicidade-de-veiculos-considerados-petistas/>. Acessado em 28/01/2018.

## 2.6 PERFIL DOS VEÍCULOS ANALISADOS

Dos quatro veículos hegemônicos analisados, três deles pertencem aos vinte e seis maiores grupos analisados na pesquisa *Media Ownership Monitor* Brasil. O Grupo Globo, acima citado; o Grupo Folha, da 'Folha de São Paulo' e o Grupo Diários Associados, dono do 'Estado de Minas'. O 'Gazeta Online', pertence à Rede Gazeta, que não se encontra entre os vinte e seis maiores grupos, mas são repetidores da TV Globo e da Rádio CBN no Espírito Santo.

O maior conglomerado de mídia do Brasil e 19º do mundo, o Grupo Globo, atinge uma audiência de 100 milhões de brasileiros todos os dias (MOM-Brasil, 2017)<sup>56</sup>, percebida por muitos como o símbolo da mídia hegemônica no Brasil, a Rede Globo acumula histórias e controvérsias sobre as quais não cabe aqui se alongar e que envolvem o grupo como um todo. O site 'O Globo' está inserido neste contexto, mas é feito no Rio de Janeiro, com conteúdo e *layout* similar ao jornal impresso.

A 'Folha de São Paulo', do Grupo Folha, pertence a Família Frias. Também fazem parte do grupo o 'Universo Uol', maior empresa brasileira de conteúdo e serviços da internet; o jornal impresso, que com a tiragem de 309 mil exemplares diários é o jornal de maior circulação no Brasil; entre outros negócios. O *site*, assim como o jornal impresso, apresenta uma produção muito ampla de conteúdos.

O 'Gazeta Online', pertence à Rede Gazeta de Comunicação, empresa da família Lindenberg, cujo o patriarca, Carlos Lindenberg, foi governador do Espírito Santo no final dos anos 1940 e em 1959. O primeiro veículo do grupo, o Jornal A Gazeta, começou a circular em 1928. A Rede Gazeta é repetidora da TV Globo e da rádio CBN, conforme citado anteriormente, e publica também o jornal impresso Notícia Agora<sup>57</sup>.

O 'Estado de Minas' pertence ao Grupo Diários Associados, que também são donos do 'Correio Brasiliense', entre outros meios, como TV, portais de internet e revistas. Fundado por Assis Chateaubriand, em 1924, o grupo também foi proprietário de

---

<sup>56</sup> Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>, acesso em 28/01/2018.

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/> Acesso em 28/01/18.

veículos como TV Tupi e a revista de circulação nacional 'O Cruzeiro'. Em 2015, sete empresas do Grupo Diários Associados foram adquiridas pelo Grupo Hapvida, ligado à área da saúde<sup>58</sup>.

O *site* 'Carta Maior' foi criado no Fórum Social Mundial, de 2001 e os princípios editoriais da publicação estão afinados com os ideais que mobilizam este movimento internacional. A publicação reúne colunistas e colaboradores, entre eles, grandes intelectuais e personalidades públicas. O *slogan* do *site* é "O portal da esquerda" e o logo é um globo 'invertido', com a América do Sul representada na parte de cima.

Em 2017 este *site* ficou fora do ar, por atraso no pagamento do serviço de hospedagem dos seus servidores, e retornou meses depois, após uma campanha de arrecadação. Grande parte dos textos publicados são artigos autorais, com análise da conjuntura brasileira e mundial. Nas matérias sobre Agroecologia, foram frequentes os artigos de autores da ABA, ANA, AS-PTA, entre outras instituições<sup>59</sup>.

O *site* 'Brasil de Fato' foi lançado em 2003 e faz parte de uma rede, que inclui jornais impressos no Ceará, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da 'Radioagência Brasil de Fato'. Em sua página de apresentação no Facebook<sup>60</sup>, o texto afirma que o veículo foi criado a partir de uma iniciativa de movimentos sociais como MST, Via Campesina, Consulta Popular e pastorais sociais, por entenderem que a luta por uma sociedade justa e fraterna depende da democratização dos meios de comunicação.

O 'Século Diário'<sup>61</sup> é produzido no Espírito Santo e foi fundado por Rogério Medeiros, Stenka do Amaral Calado e José Maria Batista. O primeiro, na direção do *site* até hoje, trabalhou no 'Jornal do Brasil' e no 'Estado de São Paulo', depois seguiu uma carreira política, no PT, ao lado de Vítor Buaiz, ocupando cargo de vice-prefeito e secretário

---

<sup>58</sup> Disponível em: [http://www.diariosassociados.com.br/home/conteudo.php?co\\_pagina=44;](http://www.diariosassociados.com.br/home/conteudo.php?co_pagina=44;) <http://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-diarios-associados/>. Acesso em 28/01/18.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/CartaMaior/Quem-Somos/14/>. Acesso em 30/01/18.

<sup>60</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/brasildefato/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/brasildefato/about/?ref=page_internal). Acesso em 30/01/18.

<sup>61</sup> Disponível em: <http://seculodiario.com.br/expediente;> <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/um-caso-raro-de-sobrevivencia-virtual/>. Acesso em 30/01/18.

da fazenda, no governo do estado. Voltou para o jornalismo editando a Revista Século e o Século Diário; a revista impressa não se sustentou por muito tempo; o *site*, fundado em março de 2000, mantém atividade jornalística diária nestes dezoito anos.

Este *site*, porém, também convive com o bloqueio econômico e judicial. Em dezembro de 2017<sup>62</sup>, sofreu uma drástica redução na equipe, dentro de um contexto de dificuldades econômicas e tem sido alvo de frequentes processos judiciais, percebido pelos jornalistas como assédio processual, segundo moção de repúdio aprovada no 37º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em 2016<sup>63</sup>.

A 'Rede Brasil Atual (RBA)' foi criada em 2009, como resultado de uma parceria entre sindicatos de trabalhadores, liderados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Fazem parte da rede, a 'Revista do Brasil', a 'TVT' e a 'Rádio Brasil Atual'. Responsável por ampla produção de conteúdo, a rede também compartilha matérias com outros sites, como o 'Brasil de Fato'. No levantamento da produção sobre Agroecologia, foi possível observar este compartilhamento recíproco.

Neste capítulo, buscou-se apresentar o referencial teórico sobre discurso e ideologia, além de compreender como se fundamenta o conceito de hegemonia para perceber como a mídia atua como aparelho privado de hegemonia, para a partir daí observar a estrutura do poder midiático no Brasil. Esta compreensão fundamenta a divisão do *corpus* desta pesquisa entre hegemônicos e contra-hegemônicos e colabora para a percepção do contexto discursivo e não discursivo que envolve estas notícias.

A partir deste referencial teórico, buscou-se aqui dar suporte para a análise do discurso, compreendendo, porém, que o texto deve ser analisado a partir do contexto que envolve práticas discursivas e sociais, o material será apresentado, primeiro, em seus aspectos mais gerais, que envolve a visibilidade concedida ao tema e aos atores sociais, para em seguida se debruçar sobre o discurso.

---

<sup>62</sup>Disponível em: <http://www.leia-se.com/noticia/2018/01/19/seculo-diario-o-alto-preco-de-fazer-jornalismo-independente-no-es.html>. Acesso em 30/01/18.

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.sindijornalistases.org.br/jornalistas-aprovam-mocao-de-repudio-em-apoio-ao-seculo-diario/>. Acesso em 30/01/18.

### 3. ANÁLISE

Este capítulo será dedicado à análise do *corpus* composto por 149 matérias jornalísticas, coletadas nos oito *sites* de notícias, citados na 'Introdução', e aqui repetidos em nota de rodapé<sup>64</sup>. A análise se divide em três etapas, na primeira, foi analisado o agendamento, a importância quantitativa dada ao assunto em cada veículo.

Todos os textos que compõem o *corpus* desta pesquisa foram utilizados na segunda etapa da análise, na qual foram observadas as vozes, fontes e instituições visibilizadas nas matérias. Esta etapa apresentou-se importante tanto pelos aspectos observados como pela sua função no processo de pesquisa, visto que a leitura de todo material produzido por cada veículo, no período de um ano, colaborou para uma percepção abrangente da maneira como o tema tem sido abordado por estes veículos e possibilitou uma seleção não aleatória dos textos a serem analisados do ponto de vista discursivo.

Na terceira etapa, foi feita a análise discursiva de oito textos, um de cada *site*, utilizando-se dos parâmetros oferecidos pela Análise Crítica do Discurso (ACD), foram observados os agentes e as ações valorizados nos títulos; as vozes e fontes de informações; estrutura do texto; modalização; além de elementos relacionados ao discurso Agroecológico, tanto do ponto de vista de princípios e racionalidades, como em relação ao vocabulário e informações veiculadas; o discurso ambiental, implícito ou explícito no texto, foi analisado a partir dos elementos que participam da construção dos discursos ambientais, como entidades básicas, concepção de natureza, entre outros.

A análise do contexto em que o discurso é produzido abrange as práticas sociais, discursivas e não discursivas, envolvidas na sua produção. A ACD organiza a análise com base na concepção tridimensional do discurso, reproduzida abaixo, que considera o texto dentro da prática discursiva, que envolve o contexto de produção,

---

<sup>64</sup> Brasil de Fato; Carta Maior; Reda Brasil Atual; Século Diário; Folha de São Paulo; O Globo; Gazeta Online; Estado de Minas.



distribuição e consumo. As práticas discursivas, por sua vez, são compreendidas dentro das práticas sociais em que estão inseridas (FAIRCLOUGH, 2001).



Figura 3: concepção tridimensional do discurso, segundo Norman Fairclough (2001, p. 101).

Segundo Fairclough (2001) esta concepção tenta reunir três tradições analíticas: tradição de análise textual e linguística; tradição macrossociológica, pela análise da prática social com base nas estruturas sociais; tradição microssociológica, ou interpretativa, que considera a prática social como produzida ativamente, pelas pessoas, com base em procedimentos compartilhados.

Fairclough (2001) declara que aceita a concepção interpretativa de tentar compreender como os membros das comunidades sociais produzem seus mundos 'ordenáveis' ou 'explicáveis'. Mas argumenta também que, ao produzirem seus mundos, as práticas são moldadas pelas estruturas sociais, relações de poder e todo contexto da prática social, que ultrapassam a produção de sentido. E compreende também que as práticas dos sujeitos sociais têm efeito sobre as estruturas sociais, relações sociais e lutas sociais, enfatizando, assim, uma relação dialética entre agência e estrutura.

A prática social que envolve a produção de notícias sobre Agroecologia nos *sites* analisados, envolve o contexto de produção das notícias e as práticas sociais relacionadas à agricultura e à Agroecologia, inseridos nas relações de poder que envolvem os agentes e instituições envolvidos neste processo de produção de significados, representações, identidades sociais e relações sociais.

O contexto de produção, distribuição e consumo dos textos analisados nesta pesquisa envolvem as condições, os agentes e os interesses envolvidos na configuração de cada instituição e nas redes de produção e interpretação das notícias, que se tecem entre veículos, órgãos governamentais, movimentos sociais, entre outros atores. Também fazem parte do contexto de produção, o agendamento e a visibilidade percebida em relação ao tema estudado.

### 3.1 AGENDAMENTO E (IN)VISIBILIDADE

Como estratégia de aproximação do objeto de estudo, o discurso agroecológico na mídia jornalística, foi feito um levantamento da quantidade de matérias indexadas com a palavra Agroecologia e com a palavra agronegócio, nos veículos pesquisados. O levantamento da palavra agronegócio foi estabelecido porque as disputas discursivas que envolvem a temática agroecológica situam o agronegócio como antagônico aos pressupostos e objetivos sociais e ambientais da Agroecologia.

Este levantamento teve como objetivo observar a visibilidade do tema no contexto em que os discursos a serem analisados foram apresentados para o público. Em outras palavras, observar o agendamento mostrou-se útil para ter uma noção da visibilidade dada pelos *sítes* estudados ao tema abordado em comparação com outro tema (agronegócio), que representa uma visão diferente da mesma atividade (agricultura).

A visibilidade promovida pela mídia jornalística começa pela definição da pauta ou assunto a ser abordado. A teoria da *agenda setting*, é sintetizada por Mauro Wolf (1999) como o processo em que os meios de comunicação influenciam os assuntos a serem realçados ou negligenciados pela audiência, refletindo, também, a ênfase atribuída pelo público aos problemas, pessoas ou acontecimentos expostos.

A análise do agendamento não pressupõe nenhuma hipótese de persuasão ou análise da abordagem do tema, mas parte da concepção de que a mídia fornece ao público uma lista dos assuntos relevantes, definindo sobre o que é necessário falar ou ter opinião. Segundo Shaw, citado por Wolf (1999, p. 144) “[...] O pressuposto fundamental da agenda-setting é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*”.

Este mesmo autor esclarece que a hipótese da agenda *setting*, considera que a imprensa nem sempre consegue influenciar o leitor sobre como pensar, mas que a mídia tem uma grande capacidade de definir quais temas devem ser pensados ou discutidos. As pesquisas empíricas da agenda *setting*, porém, são apresentadas por este autor como um campo bastante heterogêneo, com amplas possibilidades de pesquisa (COEN, 1963 apud WOLF, 1999).

O presente estudo, porém, não é uma pesquisa de agenda *setting*, mas analisa a posição da Agroecologia dentro dos veículos estudados, para apresentar uma pequena amostra da relevância atribuída ao assunto. O estudo constatou que, além da baixa visibilidade obtida pela temática agrícola, de pouco interesse para o público urbano, quando se fala de agricultura, fala-se muito mais de agronegócio que de Agroecologia.

A invisibilidade será o primeiro obstáculo à construção de uma imagem sobre Agroecologia pelo público destes veículos. A 'Figura 4' compara a quantidade de matérias que foram indexadas a partir das palavras 'Agroecologia' e 'agronegócio', em cada veículo pesquisado. Na mídia hegemônica, foram aferidos percentuais inferiores a 5% para a palavra Agroecologia.

Veículos	Agroecologia	Agronegócio	Total	% Agroecologia
<b>Jornalismo hegemônico</b>				
Folha de São Paulo	19	442	461	4,2%
O Globo	6	174	180	3,3%
Gazeta Online	5	130	135	3,8%
Estado de Minas	5	160	165	3,6%
<b>Jornalismo contra-hegemônico</b>				
Carta Maior	37	130	167	22%
Brasil de Fato	68	170	238	29%
Século diário	19	21	40	48%
Rede Brasil Atual	25	180	205	12,2%

Figura 4: quantidade de matérias jornalísticas que utilizaram a palavra 'Agroecologia' entre 01/01/2016 e 31/12/2016. Elaboração própria.

A desproporção entre o 'território jornalístico' que contribui de alguma maneira para visibilizar o agronegócio ou a Agroecologia é maior que a desproporção observada na ocupação de terras no Brasil. A ocupação, pelo agronegócio, de mais de 95% do território jornalístico dedicado aos temas agrícolas reflete uma perspectiva homogênea, semelhante à monocultura, a monocultura da mídia.

A partir da metáfora de monocultura da mente, desenvolvida por Shiva (2003), que se refere ao pensamento que não se abre à diversidade e opera dentro de padronizações e controles semelhantes aos da agricultura industrial, pode-se pensar nos conteúdos veiculados pela mídia como uma grande monocultura.

Nos veículos contra-hegemônicos, pôde-se aferir uma média de 31,75% das pautas agrícolas direcionadas à Agroecologia. Porém, embora este percentual seja razoavelmente maior que o dos veículos hegemônicos, é importante lembrar que os *sites* contra-hegemônicos foram selecionados com base no agendamento do assunto, sendo assim, vários veículos alternativos ficaram de fora deste estudo justamente por não apresentarem matérias sobre Agroecologia ou por apresentá-las em uma quantidade bastante reduzida.

Sabe-se também, por meio de observação empírica, que as matérias publicadas no jornalismo contra-hegemônico sobre agronegócio, geralmente, contêm denúncias e críticas relacionadas aos agentes, pressupostos e ações. Observando-se os números, porém, percebe-se que, mesmos estes, oferecem visibilidade para o agronegócio, mesmo que seja por meio da veiculação de informações negativas.

Em relação ao tema Agroecologia, como foi feita também a análise qualitativa, foi possível perceber que o percentual de matérias que realmente abordam o tema variou bastante entre os veículos, mas no 'Gazeta Online' e no 'Estado de Minas' a incidência de temas realmente distintos foi muito alta, o que justifica, aqui, o registro do perfil das matérias indexadas pela palavra Agroecologia, para assim perceber que a invisibilidade do tema é ainda maior que a apresentada pelos números.

Estes dois veículos foram os que menos abordaram o tema, tanto em termos absolutos de quantidade de matérias, cinco por ano, em cada veículo; como nos percentuais entre 3,6 e 3,8% em comparação ao agronegócio. No 'Gazeta Online', das cinco matérias que utilizaram a palavra Agroecologia, quatro não abordam o assunto nem de passagem. A palavra foi incluída nos quatro textos apenas porque foi entrevistado o 'gerente de agroecologia e produção vegetal' da Secretaria de Estado da Agricultura (Seag), o agrônomo Aureliano Nogueira da Costa. Nas quatro matérias, o entrevistado está falando da agricultura convencional. A única matéria que usa a palavra Agroecologia realmente se referindo ao tema é a que foi analisada nos

aspectos discursivos e, como será observado no tópico referente a esta análise, este não é o tema central da matéria.

No Estado de Minas, das cinco matérias publicadas, três se referem ao assassinato do estudante mineiro de Agroecologia, ocorrido no Pará. Duas matérias são sobre o Mercado Distrital e percebe-se que, em ambas, a pauta foi conquistada devido a organização de eventos.

Este levantamento quantitativo mostrou que o tema agronegócio recebe uma visibilidade muito maior que o tema Agroecologia, este levantamento, porém não considera a abordagem dada ao tema nem os atores envolvidos na notícia, no próximo tópico, a análise do perfil das fontes irá aproximar a análise do contexto social que envolve a produção das notícias.

### 3.2 VOZES, FONTES E AGENTES DAS NOTÍCIAS

A rotina jornalística envolve o diálogo constante com atores distintos, aos quais se atribui autoridade em relação aos assuntos abordados, pela sua atuação como peritos, representantes governamentais, agentes econômicos, representantes de movimentos sociais, entre outros.

John Hannigan (1995, p.81), sociólogo e professor da Universidade de Toronto, reconhecido autor de sociologia ambiental e que pesquisa também sociologia da mídia, observa que a criação de notícias é um processo de colaboração entre jornalistas e suas fontes, que “negociam histórias”. O talento para conquistar e estabelecer uma relação de acesso e confiança com as fontes é uma parte importante do trabalho do jornalista, mas, dependendo do assunto, as fontes governamentais e empresariais, estabelecem uma estrutura de produção organizada por meio de assessorias de imprensa e ainda fornecem uma “[...] interpretação social formulada, pré-embalada e pronta para os jornalistas se servirem [...]” (p.82).

No processo de construção dos problemas sociais, Hannigan (1995) percebe os formuladores de exigências como organizações, movimentos sociais, profissões ou grupo de interesses que promovem algum problema social. Cientistas e peritos

costumam ser porta-vozes de exigências, com base em informações técnicas. Este autor identifica também os ‘empresários de questões’, como políticos, militantes, funcionários públicos, entre outros, que se engajam na formulação de exigências sociais e/ou ambientais; os jornalistas também são identificados como formuladores de exigências que atuam diretamente nos meios de comunicação.

Na construção de um problema ambiental, Hannigan (1995) identifica seis fatores necessários ao êxito do processo: alguma autoridade científica deve participar de sua formulação; os propagadores científicos são necessários para a reestruturação da linguagem e manutenção da pauta; o problema ambiental deve receber atenção dos meios de comunicação, onde a exigência é estruturada como real e importante; o problema deve ser dramatizado em termos simbólicos e visuais; deverão existir incentivos econômicos à sua resolução; são necessários patrocinadores institucionais para assegurar a continuidade e a legitimidade do problema a ser solucionado.

Aguiar e Cerqueira (2012, p.16, apud COX 2010) argumentam que a cobertura jornalística agrega diferentes vozes: “[...] a diversidade de vozes e pontos de vista veiculados por essa mídia ilustra uma ampla variedade de abordagens de questões ambientais, com diferentes enquadramentos (frames)”.

Pode-se observar, nas matérias relacionadas à Agroecologia que compõem o recorte desta pesquisa, que as vozes presentes na ‘grande mídia’ são provenientes de atores diversos e dispersos, muitas vezes legitimados pela organização de eventos, iniciativas originais, prêmios, entre outros. Atores institucionais, provenientes de universidades e governos são frequentemente ouvidos como fontes.

O perfil destes agentes será apresentado, a seguir, numa análise de cada veículo, porém buscou-se traçar um panorama que apresente as características gerais dos entrevistados. Sendo assim, profissionais legitimados por algum conhecimento científico, como médicos, agrônomos, nutricionistas, entre outros, serão agrupados como peritos. Funcionários que falam em nome de instituições governamentais foram classificados como funcionários públicos, porém, professores não foram incluídos nesta classificação, mas como peritos, por falarem mais em nome da ciência que das instituições. Como políticos, foram classificados apenas aqueles que ocupam cargos

eletivos, os secretários de governo estão sendo apresentados como funcionários públicos ou representantes governamentais.

Na 'Folha de São Paulo', pôde-se observar que os peritos e políticos estiveram mais presentes como fontes, seguidos dos estudantes, funcionários públicos, empresários e ativistas. Os atores sociais identificados como ativistas foram os voluntários da horta comunitária, da matéria 'Nebulização contra *aedes* atinge cultivo orgânico da Horta das Corujas', analisada no 'Tópico 3.3'; e o presidente da ONG *Slow Food*. Nenhum deles pertencentes aos movimentos sociais da Agroecologia.

Este veículo foi o único, entre os hegemônicos, que citou organizações agroecológicas, em uma única matéria sobre o 'Comboio Agroecológico', organizado pela Articulação Paulista de Agroecologia, publicada na coluna Mara Gama, espaço que mais deu cobertura ao assunto neste *site*. Nesta matéria, as entidades foram citadas, mas nenhuma liderança de movimentos sociais ou agricultor foi entrevistado.

Em todas as matérias analisadas da 'Folha de São Paulo', nenhum agricultor foi citado como fonte. Na matéria acima mencionada, a fonte apresentada foi o ex-bolsista do CNPq, que apoiava a organização dos Núcleos de Agroecologia que participaram da caravana. Este bolsista, se apresentou também como gestor ambiental e agricultor urbano. Porém, como a agricultura não é sua atividade principal e nem foi a atividade que justificou sua presença como fonte, pode-se considerar que os agricultores não foram ouvidos nas matérias que utilizaram a palavra Agroecologia.

Em 'O Globo' também houve uma predominância de peritos, seguidos de agricultores e funcionários públicos. Políticos, representantes de organizações sociais, público em geral (como frequentadores de feiras) e pessoas que participaram de ações originais (como os tripulantes internacionais de um barco que tem hortas e fazem parte de um projeto de sustentabilidade) estão entre os agentes visibilizados nas seis matérias publicadas.

Neste veículo também é marcante a ausência dos movimentos sociais da Agroecologia. Embora tenha dado relativa visibilidade aos agricultores, ouvidos como fontes em três matérias, o perfil apresentado foi de pessoas responsáveis por cultivos

sem agrotóxicos, inseridas em contextos onde não se fala de políticas públicas ou movimentos sociais.

Em uma das matérias de 'O Globo', que não tem a Agroecologia como tema central, mas fala sobre as disputas relacionada à posição que o Brasil deveria adotar na Sétima Conferência das Partes (COP 7), são citadas organizações coletivas. Esta matéria, porém, se diferencia das outras por ser bem mais longa e discutir mais profundamente o tema da conferência sobre tabaco. As organizações sociais citadas são a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), que defende os interesses da monocultura do fumo e a Aliança de Controle do Tabagismo (ATC), que apresenta uma posição crítica em relação à fumicultura.

No 'Gazeta Online', conforme mencionado acima, quatro, das cinco matérias que constam a palavra Agroecologia, são sobre a agricultura convencional. Considera-se, portanto, que os agentes presentes nesta matéria não estão participando de disputas discursivas relacionadas à Agroecologia, diferente, por exemplo, da matéria sobre fumicultura, que não foca o tema, mas na única vez em que a palavra é citada é para dizer que a Agroecologia é a solução para os problemas apresentados. Sendo assim, as fontes observadas na única matéria que fala de Agroecologia são peritos, duas nutricionistas.

No *site* 'Estado de Minas' também houve incidência de matérias sobre assunto completamente diverso, no caso, o assassinato do estudante de Agroecologia. Nas duas matérias sobre o tema, foram ouvidas muitas fontes ligadas ao movimento pela abertura do Mercado Distrital, várias entidades como associação de moradores, grupos de agricultura urbana, entre outros, que formaram a Rede Mercado Vivo Verde; vários representantes destas organizações foram ouvidos nestas duas matérias, falando, especificamente, das propostas para o mercado e do evento organizado.

No jornalismo contra-hegemônico, as vozes mais presentes nos depoimentos, argumentações, denúncias, como organizadores de eventos, manifestos e também como autores foram os movimentos sociais. O 'Brasil de Fato' e a 'Carta Maior' publicaram, no período estudado, matérias assinadas por autores de entidades agroecológicas como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), entre outros.



A 'Carta Maior' caracteriza-se por veicular textos escritos por colunistas e colaboradores diversos, como escritores, especialistas, militantes, entre outros. Neste *site*, foram publicadas 37 matérias com a palavra Agroecologia, em 2016, muitas delas escritas por especialistas que fazem parte do movimento agroecológico. Muitos dos textos são artigos, cujas argumentações e informações são fornecidas pelo autor e não apresentam depoimentos ou falas de outros agentes.

Nas matérias produzidas por jornalistas, foram ouvidos, principalmente, agricultores, políticos, lideranças de movimentos sociais, peritos e funcionários públicos. Parte significativa das matérias, porém, não foi feita por jornalistas, nestes artigos, em que os próprios autores são as fontes de informação, o perfil predominante é de peritos e militantes de movimentos sociais e instituições diversas.

No 'Brasil de Fato', as fontes ligadas aos movimentos sociais foram maioria entre os entrevistados, seguidos por peritos, agricultores, funcionários públicos e políticos. Este foi o veículo que apresentou mais matérias sobre Agroecologia em 2016, com 64 matérias publicadas. Alguns textos foram escritos por especialistas e participantes de organizações sociais, mas a maior parte das matérias foi feita por jornalistas.

No 'Século Diário', as fontes ligadas a organizações sociais também foram maioria entre os entrevistados, em seguida vieram os agricultores, peritos, políticos e funcionário público. Com dezoito matérias publicadas em 2016, este veículo deu voz às demandas e desafios dos agricultores agroecológicos do Espírito Santo. Na 'Rede Brasil Atual', as vozes ligadas aos movimentos sociais foram um pouco mais numerosas que a dos peritos, seguidos de agricultores, funcionários públicos, políticos e do público geral. Este veículo apresentou 21 matérias sobre Agroecologia em 2016.

A principal diferença no perfil das fontes ouvidas pelo jornalismo hegemônico e contra-hegemônico foi a presença dos movimentos sociais. Praticamente ausentes na grande mídia, eles são os agentes mais frequentemente percebidos na mídia alternativa. Percebe-se que no jornalismo empresarial os atores sociais são apresentados como agentes dispersos de pautas eventuais e a Agroecologia é apresentada em abordagens desvinculadas de políticas públicas ou bandeiras sociais. A mídia contra-hegemônica, por sua vez, empresta visibilidade aos movimentos sociais e às pautas mobilizadas, além de contextualizar politicamente a Agroecologia.

A invisibilidade dos movimentos sociais, do tema e dos agentes sociais da Agroecologia, entre os quais, profissionais diversos, com currículos científicos consideráveis, remete à análise feita por Serrano (2013), que classifica como “direito à censura” a ação da mídia de decidir o que os cidadãos irão conhecer ou não, sendo que a mesma, sistematicamente, omite às vozes críticas ao *establishment*. E resume, afirmando que, no atual sistema de mercado, são os meios de comunicação, e não os governos, que atuam como censores.

Maria da Glória Gohn (2011, p. 333), socióloga, professora da Unicamp que pesquisa movimentos sociais e educação, entre outros temas, percebe os movimentos sociais “[...] como fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes [...]”. Segundo esta autora, os movimentos estabelecem redes, onde são construídos conhecimentos e que fazem parte de um processo de caráter político-social, dentro dos quais são estabelecidos “[...] os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo” (p. 334).

Os movimentos sociais aglutinam as pessoas como força social organizada em um campo de atividades e experimentações sociais que são fontes de criatividade e de inovações socioculturais. Gohn (2011, p. 336) cita Touraine (2005) ao afirmar que os movimentos sociais são “[...] o coração, o pulsar da sociedade [...] energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em ‘fazeres propositivos’”.

Os movimentos sociais da Agroecologia se organizam como locais, regionais, nacionais e internacionais, além de congregar diversas entidades com objetivos similares ou complementares. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) se define, na apresentação do próprio *site*<sup>65</sup>, como espaço de convergência, que articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional.

Ainda segundo o *site* do movimento, a ANA tem estabelecido relações de parceria com outras redes e fóruns com afinidade temática, como saúde, Soberania e

---

<sup>65</sup> Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/> Acesso em 26/01/2018.

Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), economia solidária, justiça ambiental e feminismo. O núcleo executivo da ANA é composto por oito pessoas e atualmente conta com representantes de cinco organizações sociais: AS-PTA, FASE, CTA-ZM, Centro Sabiá e Sasop. Entidades com rico histórico de atuação, que frequentemente forneceram informações para as matérias sobre Agroecologia veiculadas nos *sites* contra-hegemônicos. A FASE foi fundada em 1961 e atua em seis estados brasileiros, a AS-PTA foi fundada em 1983 defendendo, na época, a agricultura alternativa e sempre atuou com objetivo de fortalecer a agricultura familiar e a Agroecologia.

A Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)<sup>66</sup> se ocupa mais especificamente da construção do conhecimento agroecológico e atua na organização de eventos para socialização de conhecimentos, mantém publicações científicas e técnicas, entre diversos objetivos socioambientais e de cidadania. A ABA também se articula com diversas entidades, entre elas a Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA)<sup>67</sup>.

Entre as centenas de entidades que fazem parte destas redes, algumas se apresentam como fortes produtoras de conteúdos, entre elas a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida<sup>68</sup>, que atua no debate e na produção e divulgação de informações sobre os riscos relacionados a estes produtos e promoção da Agroecologia. Também apresenta uma forte atuação comunicativa o observatório do agronegócio 'De Olho nos Ruralistas'<sup>69</sup>, que veicula informações neste *site*, mais focado nos problemas relativos ao agronegócio, e também no 'Outras Palavras'<sup>70</sup>, de conteúdo mais abrangente.

Segundo Gohn (2011, p. 336) os movimentos sociais “[...] possuem identidade, têmpositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade [...]”. Esta autora observa também que, nas últimas décadas, se deu uma importante articulação entre os movimentos sociais rurais e urbanos, e cita as mobilizações do MST, que tratam de problemas rurais em manifestações que ocorrem no meio urbano.

---

<sup>66</sup> Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/> Acesso em 26/01/2018.

<sup>67</sup> Disponível em: <https://www.socla.co> Acesso em 26/01/2018.

<sup>68</sup> Disponível em: <http://contraosagrototoxicos.org> Acesso em 26/01/2018.

<sup>69</sup> Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br> Acesso em 26/01/2018.

<sup>70</sup> Disponível em: <http://outraspalavras.net> Acesso em 26/01/2018.

Os movimentos de luta pela reforma agrária também fazem parte das redes de defesa da Agroecologia, conforme citado no 'Capítulo 1', o MST, nos últimos anos, alia a bandeira da reforma agrária à defesa de uma agricultura agroecológica, que priorize o mercado interno e respeite o meio ambiente. A transição agroecológica do MST chega a ser vista com desconfiança devido aos impactos ambientais que também costumam ser atribuídos a este movimento social. Sabe-se, também, que a adesão programática do movimento aos princípios agroecológicos não representa a adesão de todos assentados, mas importantes resultados de produção agroecológica têm sido apresentados pelo movimento.

Vários membros do MST foram ouvidos nas matérias publicadas pelos *sites* contra-hegemônicos e apresentaram justificativas diversas para a adesão ao movimento agroecológico, entre elas, a certeza de que sem Agroecologia a reforma agrária não conduz o agricultor a um processo de autonomia, visto que o modelo produtivo do agronegócio leva à exaustão dos recursos naturais e dependência da indústria química. Esta justificativa se insere em um discurso ambiental distinto da racionalidade percebida em correntes ainda dominantes da conservação ambiental e da racionalidade fortemente percebida na legislação ambiental brasileira, que coloca em compartimentos e territórios separados as ações de produção e de conservação. O MST, com um discurso mais social que ambiental defende a conservação do ambiente agrário como estratégia de autonomia para a população rural e urbana.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) também é um movimento social rural fortemente inserido nas redes agroecológicas. A Via Campesina congrega organizações camponesas de todo o mundo, construindo uma rede internacional de movimentos de luta pela reforma agrária, sendo que este objetivo se complementa com a defesa da soberania alimentar, o que também leva este movimento à defesa da Agroecologia.

Segundo Miranda e Fiúza (2016), os movimentos sociais rurais têm um forte histórico de atuação na América Latina e no Brasil, as ligas camponesas tiveram grande proeminência na década de 1950; estes autores contextualizam os movimentos camponeses no Brasil e citam Martins (1989), para afirmar a amplitude dos movimentos sociais camponeses:

[...] a resistência camponesa significa mais do que uma luta pela terra, uma luta pela preservação de um modo de vida, baseado no trabalho coletivo do mutirão, na preservação da agricultura familiar e na sociabilidade entre parentes, compadres e vizinhos, uma alternativa real à degradação e à miséria (p. 125).

Os movimentos sociais atuam em rede, realizam diagnósticos e constroem propostas para a realidade social. Realizam ações coletivas de resistência e criam sujeitos sociais para atuação nessas redes, além de construir “[...] representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados [...]” (GOHN, 2011, p. 336).

A invisibilidade sistemática dos movimentos agroecológicos na grande mídia remete à nova censura, percebida por Serrano (2013) como o impedimento de que ideias e vozes críticas se manifestem:

[...] A liberdade de expressão – que eles chamam de liberdade de imprensa – também devem nos assegurar conhecer reclamações e contribuições das associações de ecologistas, sindicatos, advogados de direitos humanos, em suma, vozes críticas que têm algo a dizer [...] são os meios de comunicação que tem poder para levar essas vozes até os cidadãos. Dessa forma, a mídia não exerce o direito à liberdade de expressão, mas o direito à censura, na medida em que decide o que nós, cidadãos, vamos conhecer ou não. Numa democracia de verdade, o cidadão não pode ficar nas mãos de empresas de comunicação privadas, sem participação democrática, como acontece habitualmente [...] (p. 66).

A nova censura é caracterizada por Serrano (2013) como mecanismos que não impedem a publicação de uma notícia, mas constroem um estado de desinformação onde prevalecem “[...] os silêncios, a frivolidade, o desvio da atenção para assuntos menores, a marginalização dos intelectuais dissidentes e, inclusive, as mentiras [...]”.

Serrano denuncia as formas de censura que se escondem nos Estados democráticos, mas, no atual contexto brasileiro deve-se registrar também a censura frequentemente exercida por meio de ações judiciais<sup>71</sup>, que em alguns casos são classificadas como assédio judicial ou censura judicial. As ações chegam a proibir os veículos de divulgarem alguns conteúdos, além de enfraquecerem as equipes e empresas de jornalismo. As ações mais frequentes são voltadas para o jornalismo alternativo, mas grandes empresas jornalísticas também sofreram restrições. Entre os casos mais

<sup>71</sup> Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/liberdade-de-imprensa-sob-assedio-judicial/>. Acesso em 31/01/18.

conhecidos, a 'Globo' e a 'Folha de São Paulo' foram proibidas de divulgar notícias relacionadas ao *hacker* que chantageou Marcela Temer<sup>72</sup>.

Voltando a pensar nos agentes excluídos da grande mídia e fortemente articulados com o jornalismo contra-hegemônico, fica claro que cada 'lado' possui seus próprios interlocutores. Os veículos contra-hegemônicos, em alguns casos, consideram dispensável ouvir as fontes oficiais e empresariais que já têm espaço na grande mídia, e assumem como objetivo fazer uma análise crítica, ou uma leitura de esquerda, entre outras possibilidades. Mas vários veículos e jornalistas contra-hegemônicos tentam ouvir e questionar agentes institucionais, mas sistematicamente não são respondidos.

Entre os *sites* analisados, o 'Brasil de Fato' e a 'RBA' apresentaram matérias que envolveram questionamento a autoridades e instituições que não responderam à equipe de jornalismo e, portanto, foi publicada na própria matéria, como de praxe, informações sobre a tentativa de contato não respondida. Quem trabalha nesses veículos sabe que não será recebido por políticos e demais agentes sociais do *establishment*, esta é uma maneira eficaz de se evitar perguntas inoportunas.

Aconteceu um caso emblemático durante a execução desta pesquisa. O jornalista Alceu Castilho, do *site* 'De olho nos ruralistas', foi no almoço semanal da Frente Parlamentar Agropecuária e foi expulso após fazer questionamentos sobre o apoio à venda de terras para estrangeiros e sobre o cumprimento do acordo de mudanças climáticas

As entrevistas foram com os deputados Alceu Moreira (PMDB-RS) e Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Os dois ficaram muito agressivos com as perguntas do repórter e o segundo falou que o produtor brasileiro não pode ficar com esta carga (ações de conservação devido às mudanças climáticas) nas costas; além de afirmar que não acredita em mudanças climáticas. Após as entrevistas o jornalista declara ter sido puxado pelo braço pelo dono da casa, que ordenou que ele saísse do local. Logo em seguida, seu colega consegue gravar imagens de um senhor realmente agressivo e

---

<sup>72</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/entidades-criticam-censura-judicial-a-reportagens-sobre-hacker-que-chantageou-marcela-temer.ghtml>. Acesso em 31/01/18.

do Castilho questionando a atitude, visto que a reunião é de uma entidade pública, mas o dono da casa ameaça chamar a polícia<sup>73</sup>.

Esta polarização afirma a percepção de Ramonet (2013, p. 84) que entende que a informação não é neutra porque é construída a partir de um ponto de vista. E defende que “[...] revelar a quem pertence esta informação, quem ela está ajudando, em que medida ela é a expressão dos grupos privados que são seus proprietários já é uma maneira de se dizer para quem os meios de comunicação estão trabalhando [...]”.

Os agentes e as vozes presentes nas matérias analisadas são elementos decisivos na definição do perfil das publicações, visto que as fontes atuam diretamente na definição do que é dito. Na análise do discurso, que se segue, chega-se ao texto, busca-se observar a forma e o conteúdo do discurso jornalístico para perceber racionalidades, valores e nuances presentes nos textos.

### 3.3 ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO

A Agroecologia é uma prática social que parte de princípios e paradigmas distintos da agricultura industrial. Se diferencia do agronegócio não apenas pelos manejos, insumos e técnicas agrícolas, mas pela visão de mundo que inspira suas relações sociais e naturais. A Agroecologia é contra-hegemônica como ciência, como prática agrícola e como movimento social. Sua lógica e seu discurso se distinguem da racionalidade dominante, sendo assim, a compreensão de suas práticas e significados depende da compreensão de seus princípios.

A afirmação dos princípios agroecológicos envolve disputas discursivas. Uma das primeiras contestações críticas ao sistema agroalimentar dominante, costuma ser a afirmação da palavra veneno ou mesmo a defesa da manutenção da expressão técnica agrotóxico, enquanto os interesses corporativos, defendidos no âmbito estatal das regras legislativas, pressionam pela normatização da singela nomenclatura ‘defensivos fitossanitários’, para designar tais produtos.

---

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/almoco-da-bancada-ruralista-tem-ira-de-deputados-e-expulsao-de-reporteres> Acessado em 08/03/2017.

O vocabulário é uma categoria de análise, utilizada por Fairclough (2001) para observar as disputas discursivas, percebidas nos significados sobrepostos ou em competição em diferentes domínios, práticas, instituições e perspectivas. Fairclough (2001, p. 105), porém, enfatiza o processo de significação:

[...] Os termos *wording* [criação de palavras], 'lexicalização' e 'significação' [...] captam isso [a competição pelos significados] melhor do que 'vocabulário', porque implicam processos de lexicalização (significação) do mundo que ocorrem diferentemente em tempos e épocas diferentes e para grupos de pessoas diferentes.

A partir desta concepção, o foco da análise recai, por um lado, sobre a lexicalização alternativa de palavras e experiências, como parte de lutas sociais e políticas. Fairclough (2001) cita como exemplo a relexicalização de 'terroristas' como 'lutadores da liberdade', por alguns grupos sociais. Outro foco relacionado é sobre como os sentidos das palavras entram em disputa dentro de lutas mais amplas, em que as relações entre as palavras e os sentidos são formas de hegemonia.

O discurso agroecológico se estrutura a partir de pressupostos de cooperação e complementaridade entre o ambiente natural, os seres humanos e os outros seres que participam do agroecossistema. Neste contexto, a ressignificação de práticas discursivas faz parte da ressignificação de práticas sociais, visto que, na difusão da Agroecologia, uma das primeiras orientações ao agricultor habituado à agricultura convencional é que não se deve 'limpar' o mato, e este, deixa ser incriminado como 'erva daninha' e passa a ser ressignificado como planta companheira, vegetação nativa e várias outras designações que enfatizam a relação de cooperação e complementaridade entre a diversidade de espécies que naturalmente povoam o ambiente natural e as plantas que interessam ao agricultor.

A valorização da diversidade é um processo com forte ressignificação discursiva e não discursiva, visto que o olhar sobre a plantação irá mudar, a prática agrícola será diferente e as relações sociais são diferentes. Os princípios da Agroecologia estão fundamentados na compreensão ecológica de que a diversidade é um dos princípios da vida e as intervenções são construídas por meio de um processo de imitação das relações naturais.

Sendo assim, as práticas sociais e discursivas são ressignificadas a partir de uma visão de mundo específica, que fundamenta a Formação Discursiva (FD) da



Agroecologia. Lembrando que, segundo Fairclough (2001), estas se referem aos domínios do pensamento dentro de uma determinada formação social. As FDs participam da construção de percepções, conhecimentos, ações, etc, que se tornam comuns aos grupos que partilham uma mesma FD.

Para Dryzek (2005), os discursos específicos são maneiras de compartilhar a compreensão do mundo, construindo significados e conhecimentos, os discursos participam na formação do senso comum. Segundo este autor, “[...] cada discurso baseia-se em suposições, julgamentos e contenções que fornecem os termos básicos para análises, debates, acordos e discordâncias [...]” (p. 9). Sendo assim, a forma como um discurso vê o mundo nem sempre é compreendida por pessoas que não pertencem à mesma formação discursiva, mas podem ocorrer intercâmbios entre os limites dos discursos.

Dryzek (2005) alerta que os críticos e os adeptos de um discurso apresentam uma relação bastante diferente em relação aos mesmos. É bastante comum que os adeptos de um discurso venham a ignorar ou recusar os outros, diminuindo as possibilidades de intercâmbio ou diálogo. No jornalismo, a escolha por um determinado veículo de comunicação, geralmente, representa adesão a uma determinada maneira de ver o mundo, mas deve-se considerar, também, que a formação discursiva presente em um título, por exemplo, pode atrair ou afastar os possíveis leitores, nas diversas plataformas onde o texto pode se apresentar.

Segundo Fairclough (2001, p. 53), Pêcheux tomou emprestado o termo “Formação Discursiva” de Foucault. Estes autores percebem que a FD estabelece o que pode e deve ser dito dentro de uma formação ideológica e também definem a FD como “[...] faces linguísticas de ‘domínios do pensamento’ [...]”, uma FD estabelece sentidos específicos para as palavras. Embora duas FDs possam ter palavras e expressões em comum, o sentido poderá ser diferente. Como exemplo, o autor cita a palavra ‘militante’ que pode assumir o sentido de ativista, no discurso sindical, e o sentido de subversivo, no discurso conservador.

A relação entre as diferentes FDs é definida como interdiscursividade. Fairclough (2001, p. 53) afirma que as FDs se posicionam em complexos de FDs relacionadas no interdiscurso e acrescenta que “[...] os sentido específicos de uma FD são

determinados 'de fora' por sua relação com outras no interdiscurso [...]". A delimitação de uma FD é instável, não existe um limite permanente entre o interior e o exterior de uma FD, mas limites entre diferentes FDs, que mudam no desenrolar da luta ideológica.

A Agroecologia, como ciência e movimento social, se delinea como uma FD específica, que mantém correlações com o discurso ambientalista, com o discurso político de esquerda e com o discurso de diversos movimentos sociais. Também está inserida no discurso da agronomia, com relações de complementaridade, por utilizar parte do referencial teórico desta ciência e por trabalhar em cima do mesmo objeto; mas principalmente de oposição, devido à racionalidade antagônica aos princípios e práticas da agricultura industrial.

Fairclough (2001), cita Foucault ao afirmar que o interdiscurso define as regras das formações discursivas e as relações interdiscursivas podem pertencer aos campos da presença, concomitância ou memória. O campo da presença é definido como todos "[...] enunciados formulados noutra lugar e aceitos no discurso, reconhecidos como verdadeiros, envolvendo uma descrição exata, um raciocínio bem fundamentado, ou uma pressuposição necessária [...]" (FOUCAULT, apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 71). Os enunciados criticados, discutidos e rejeitados, explícita ou implicitamente, também pertencem ao campo da presença.

O campo da concomitância se refere aos enunciados originados em diferentes formações discursivas. O campo da memória se refere aos enunciados que não são mais aceitos ou mesmo discutidos, mas, por meio dos quais podem ser estabelecidas "[...] relações de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica [...]" (FOUCAULT, 1972 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 71).

Fairclough (2001) continua referenciando Foucault para estabelecer a compreensão da ACD em relação à formação de conceitos. Segundo estes autores, os conceitos incluem as categorias, elementos e tipos que uma disciplina usa para abordar seu campo de interesses. Porém, as formações discursivas não definem "[...] um conjunto unitário de conceitos estáveis com relações bem definidas entre si. Ao contrário, o quadro é de configurações mutáveis de conceitos em transformação [...]" (p. 70-71).

Esta perspectiva é útil para se pensar a formação do conceito de Agroecologia, definido e contextualizado no 'Capítulo 1', com base na concepção apresentada pela ciência, e a aplicação deste conceito no contexto jornalístico, como parte da relação interdiscursiva entre a FD da Agroecologia e a FD do jornalismo. Considerando-se, ainda, os objetos facilitadores (ou não) deste interdiscurso (entre ciência e mídia) provenientes das formações discursivas que apresentam relações de presença, concomitância ou memória com a Agroecologia.

Conforme citado acima, os discursos ambientalistas, políticos, sociais e da agronomia estão fortemente correlacionados ao discurso agroecológico. Cada uma dessas formações discursivas se subdivide em tendências e realiza seus processos de significação, que envolvem tensões e limites, que configuram as disputas envolvidas na delimitação das formações discursivas.

O discurso ambientalista, por exemplo, pode se subdividir em tendências distintas, que refletem concepções diversas da natureza e dos objetivos de conservação ou preservação ambiental. A Agroecologia participa de relações interdiscursivas com concepções ambientalistas específicas. Os conceitos destas formações discursivas podem colaborar com o entendimento dos princípios agroecológico, caso o jornalista e o leitor compreendam esta racionalidade.

A partir da observação dos contextos sociais e discursivos onde estão inseridos os textos que participam da construção do tema e da significação da Agroecologia, e compreendendo que este processo de significação envolve construções sociais que se dão dentro ou fora das formações discursivas, serão analisados os oitos textos selecionados a partir dos critérios expostos na metodologia e enumerados no quadro a seguir.

<b>Veículos</b>	<b>Título</b>	<b>link</b>
Carta Maior	Solos saudáveis geram autonomia, resiliência e produtividade no longo prazo	<a href="https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Solos-saudaveis-geram-autonomia-resiliencia-e-productividade-no-longo-prazo/3/36208">https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Solos-saudaveis-geram-autonomia-resiliencia-e-productividade-no-longo-prazo/3/36208</a>
Brasil de Fato	Movimentos repudiam recomendação da Anvisa sobre como tirar agrotóxicos dos alimentos	<a href="https://www.brasildefato.com.br/2016/12/02/movimentos-repudiam-recomendacao-da-anvisa-sobre-como-tirar-agrotoxicos-dos-alimentos/">https://www.brasildefato.com.br/2016/12/02/movimentos-repudiam-recomendacao-da-anvisa-sobre-como-tirar-agrotoxicos-dos-alimentos/</a>
Século diário	Intoxicações por agrotóxicos mais que quadruplicam no Espírito Santo	<a href="http://seculodiario.com.br/31363/10/intoxicacoes-por-agrotoxicos-mais-que-quadruplicam-no-espirito-santo-1">http://seculodiario.com.br/31363/10/intoxicacoes-por-agrotoxicos-mais-que-quadruplicam-no-espirito-santo-1</a>

Rede Brasil Atual	A terra e seus sábios. Caravana tenta integrar cidade e campo	<a href="http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/119/a-terra-e-seus-sabios-caravana-tenta-integrar-cidade-e-campo-9485.html">http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/119/a-terra-e-seus-sabios-caravana-tenta-integrar-cidade-e-campo-9485.html</a>
Folha de São Paulo	Nebulização contra aedes atinge cultivo orgânico da Horta das Corujas	<a href="http://www1.folha.uol.com.br/colunas/maragama/2016/04/1758853-nebulizacao-contr-aedes-atinge-cultivo-organico-da-horta-das-corujas.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/colunas/maragama/2016/04/1758853-nebulizacao-contr-aedes-atinge-cultivo-organico-da-horta-das-corujas.shtml</a>
O Globo	Pequenos produtores da Região dos Lagos se unem para vender	<a href="https://oglobo.globo.com/rio/bairros/pequenos-produtores-da-regiao-dos-lagos-se-unem-para-vender-produtos-20167301">https://oglobo.globo.com/rio/bairros/pequenos-produtores-da-regiao-dos-lagos-se-unem-para-vender-produtos-20167301</a>
Gazeta Online	Inclua cascas de melão e maracujá no cardápio	<a href="https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/2016/11/inclua-cascas-de-melao-e-maracuja-no-cardapio-1013994615.html">https://www.gazetaonline.com.br/bem_estar_e_saude/2016/11/inclua-cascas-de-melao-e-maracuja-no-cardapio-1013994615.html</a>
Estado de Minas	Moradores se unem para fazer horta comunitária no Mercado de Santa Tereza	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/12/09/interna_gerais,831379/moradores-se-unem-para-fazer-horta-comunitaria-no-mercado-de-santa-ter.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/12/09/interna_gerais,831379/moradores-se-unem-para-fazer-horta-comunitaria-no-mercado-de-santa-ter.shtml</a>

Figura 5: títulos e *links* das matérias em que foram analisados os aspectos discursivos.

A matéria analisada, do *site* Carta Maior, é uma entrevista com Irene Cardoso, presidente da ABA, agrônoma, doutora em ciências ambientais e professora de solos da Universidade Federal de Viçosa (UFV). A entrevista é apresentada em texto único, sem perguntas e respostas, e está disponível, na íntegra, no ‘Anexo 2’. Na análise que se segue, todos os textos entre aspas duplas que não estiverem acompanhados da indicação de autoria, se referem à matéria analisada.

Este primeiro texto reproduz o discurso da própria Irene Cardoso, que como representante de entidade e cientista, é portadora do discurso agroecológico da ciência e dos movimentos sociais. Sendo assim, nesta primeira matéria, não existe transição discursiva entre a ciência e o jornalismo. O texto foi produzido pela jornalista Janneke Bruil, mas preserva as palavras da entrevistada, reproduzindo o discurso agroecológico por meio da apresentação dos princípios, vocabulário, metáforas e valores da Agroecologia.

A matéria é de fácil compreensão, embora o título seja técnico: “Solos saudáveis geram autonomia, resiliência e produtividade no longo prazo”. A ação evocada no título é realizada pelo solo, o que estabelece, sutilmente, mas logo no início, o pressuposto de que o solo, na Agroecologia, não é visto como uma coisa ou objeto, mas é dotado de vida e de agência, no caso, agem como geradores de autonomia, resiliência e produtividade.

O texto, em sua frase de abertura enfatiza esta interdependência entre as pessoas e a terra: “Um solo vivo e saudável é necessário para que as plantas e as pessoas sejam

saudáveis [...]”. Em seguida estabelece a distinção com os pressupostos da agricultura industrial e afirma sem relativismo ou dúvida: “[...] Essa agricultura não é apropriada aos agricultores familiares”. Logo depois, volta a falar dos solos. Esta narrativa paralela entre os fatores que afetam a vida dos solos e dos agricultores enfatiza a concepção sistêmica, que interliga os aspectos naturais e sociais no discurso agroecológico.

Irene Cardoso fala em nome da Agroecologia. Como cientista, apresenta os princípios da racionalidade agroecológica e desenvolve análise sobre os processos naturais e sociais da atividade agrícola. Como militante, ela não se furta a provocar o interlocutor: “Todos querem solos saudáveis, mas poucos se preocupam com o que degrada o solo [...]”, e também contextualiza o processo de resistência à revolução verde e a participação do movimento agroecológico nas políticas públicas estabelecidas nos últimos governos.

Os princípios agroecológicos são apresentados em suas dimensões técnicas e epistemológicas. Ela recorre a metáforas e apresenta uma sequência argumentativa de fácil compreensão, mas que rompe completamente com a racionalidade que percebe a terra como algo inerte, visto que, além de enfatizar que o solo é vivo, o mesmo é apresentado em um *status* semelhante aos seres humanos:

Devemos entender que o solo tem de ser mantido vivo, para isto precisamos entender que a vida do solo precisa do mesmo que um ser humano: uma casa (uma boa estrutura do solo, para que os organismos possam viver lá), com uma boa cobertura (a cobertura do solo), um ambiente limpo (sem o uso de agrotóxicos), água (mas não muita), ar e alimentos.

O texto segue uma linha argumentativa em que a explicação técnica não se apresenta como pertencente a uma dimensão distinta e separada das práticas sociais, ao contrário, entrelaça o conhecimento sobre o solo com a ação defendida: “Para garantir um solo saudável, os agricultores precisam trabalhar com a biodiversidade, não há outro caminho [...]”. É uma palavra de ordem, que afirma o que deve ser feito, a ação proposta, porém, é a defesa de um princípio bastante amplo: “trabalhar com a biodiversidade”. A escolha da expressão “trabalhar com”, para se referir à relação com a biodiversidade, ainda denota uma ideia de companheirismo entre os humanos e um princípio natural, a biodiversidade.

Por meio de metáforas, Cardoso aproxima as relações que envolvem micro-organismos e ciclo de nutrientes da linguagem cotidiana. Ao explicar a função das micorrizas, grupo de fungos importante para a dinâmica do fósforo, a agrônoma chama as micorrizas de “*Facebook* do solo”, porque as mesmas contêm informações sobre os solos e estão envolvidas nas trocas de nutrientes, que se dão nas redes entre as raízes das plantas e os organismos do solo.

Após mergulhar nas microrrelações que se dão no interior do solo, o texto volta para o agricultor e afirma, novamente, a visão sistêmica entre os processos naturais e sociais: “Solo com vida, com boa qualidade, dá autonomia ao agricultor [...]”. E complementa inserindo a Agroecologia dentro de uma concepção conservacionista que não pensa os seres humanos como irremediavelmente prejudiciais ao meio ambiente: “[...] as famílias agricultoras também são importantes para o solo, porque a formação e a manutenção de solos saudáveis exigem dedicação e trabalho – exatamente o que os agricultores familiares fazem”.

Cardoso analisa o discurso dos agricultores para enfatizar a relação destes com a terra: “[...] poucos agricultores utilizam a palavra solo, eles utilizam a palavra terra [...]”. E observa que esta palavra abrange o debate político e social, que envolve questões como o acesso à terra. Também observa que “[...] você pode ouvir agricultores de todo mundo dizendo que a terra é nossa mãe [...]”, enfatizando, assim, tanto a relação do agricultor com a natureza como o significado feminino atribuído à terra.

A presidente da ABA relata pesquisa realizada com agricultores de Minas Gerais, e assim fundamenta e contextualiza suas argumentações. O Diagnóstico Rural Participativo foi realizado pela ONG Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), em parceria com a UFV e com o sindicato de agricultura familiar local, com o objetivo de identificar os principais problemas percebidos pelos agricultores em relação à agricultura do município. O resultado apontou a percepção de que o solo perdia qualidade e “[...] a terra estava enfraquecida [...]”.

As ações que se seguiram a esta pesquisa e a metodologia participativa utilizada para definir as práticas a serem adotadas, são relatadas, evidenciando-se a participação dos agricultores na elaboração de soluções e explicando como se dá o processo de

cooperação entre espécies vegetais diferentes, e acrescenta, ressignificando as relações naturais e sociais:

[...] a biodiversidade presta inúmeros serviços (ou melhor dizendo bondades) à agricultura, entretanto, preferimos, inúmeras vezes, realizar parceria com as empresas produtoras de insumos e não com a natureza. Daí, já sabemos, em um caso e outro, quem sai ganhando.

A arquitetura do texto se iniciou a partir dos fundamentos da Agroecologia, em meio a uma explicação sobre os micro-organismos dos solos e sua importância para a vida do agricultor. Seguiu apresentando experiência prática, envolvendo pesquisa e recuperação de solos enfraquecidos, para em seguida apresentar o contexto histórico em que se deu a perda da qualidade dos solos e inserir todo este contexto na conjuntura político-econômica atual.

As práticas agrícolas modernas, trazidas pela revolução verde são apontadas pela agrônoma como responsáveis pela degradação dos solos. Seu pacote tecnológico trouxe insumos químicos, mecanização, irrigação e sementes híbridas ou modificadas geneticamente. O contexto histórico desta revolução é apresentado pela professora:

Este pacote foi introduzido no Brasil durante o período da ditadura militar, entre 1964 e 1984. O governo militar apoiou a adoção dessas tecnologias com a criação de novas políticas, mudando currículos universitários, reorganizando os serviços de pesquisa e extensão [...] Tudo isso serviu de apoio à produção em monoculturas incentivadas pelos bancos que ofereceram aos agricultores crédito a juros baixos para investir nessas tecnologias.

Irene Cardoso apresenta o contexto social, histórico e atual, em que se dá a expansão da monocultura, que foi paralela à resistência e manutenção de práticas tradicionais. As relações entre o solo, o agricultor e as políticas públicas são explicitadas pela abordagem que não estabelece fronteiras entre o técnico e o político, ou entre o social e o natural.

Esta entrevista foi publicada em 31/05/2016, durante o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e este contexto é exposto no texto. Fazendo um apelo ao retorno “da presidenta”, Cardoso apresenta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica como resultado de uma reivindicação das mulheres agricultoras à presidente Dilma, na Marcha das Margaridas, realizada em 2012.

Nesta entrevista, Irene Cardoso apresenta a Agroecologia a partir do solo e da relação do agricultor com a terra. John Dryzek (2005) utiliza como elemento de análise dos

discursos ambientais as entidades básicas reconhecidas ou construídas no texto, que ele explica como ontologia do discurso, ou seja, aquilo que um discurso percebe do mundo.

Na entrevista analisada, o solo é a entidade básica central do texto, percebido como organismo vivo, com necessidades semelhantes aos humanos e capaz de retribuir os cuidados, gerando autonomia para o agricultor. A biodiversidade também é uma entidade apresentada no discurso como necessária para a saúde do solo. As relações de cooperação entre os organismos biodiversos são detalhadas na explicação sobre a função das micorrizas.

Os micro-organismos são apresentados como parceiros de uma agricultura limpa e sem veneno e a relação entre a biodiversidade o solo e os agricultores delinea outra entidade presente no texto: as redes. Percebidas como redes de pessoas e redes de nutrientes, Cardoso integra todas as redes quando defende que “[...] temos que cuidar não só de nossas redes acima do solo, mas das redes do solo”.

A entrevistada apresentou os princípios da Agroecologia e o contexto histórico e social em que está inserida. O discurso é argumentativo quando convoca para atitudes defendidas como benéficas para manter o solo vivo. A argumentação é fundamentada nas relações naturais apresentadas e o jogo de poder envolvido nas práticas sociais é explicitado pelo contexto histórico e político revelado.

A segunda matéria analisada é do ‘Brasil de Fato’ e, ao contrário do texto anterior, dialoga com diversas fontes, todas unânimes em questionar o relatório do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), publicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A matéria foi publicada na editoria ‘Direitos Humanos’. Este *site* tem por padrão apresentar, logo abaixo da editoria, uma palavra ou expressão associada ao assunto abordado, nesta matéria, usou-se a expressão “Segurança Alimentar”.

O título destaca um dos itens abordados na notícia: “Movimentos repudiam recomendação da Anvisa sobre como tirar agrotóxico dos alimentos”. A função de agente, neste título, é ocupada por “movimentos”, no caso, dispensou-se a



complementação 'sociais'. Nesta matéria, os movimentos citados no título se referem a várias entidades, representadas por peritos, como agrônomo e nutricionista.

A matéria mostra a argumentação crítica apresentada por estes profissionais em relação a vários itens do relatório do Para, começando pela nota de repúdio, publicada pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, que é composta por várias entidades.

O texto foi redigido por Rute Pina, jornalista do 'Brasil de Fato', que ouviu o agrônomo, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro da ABA, Leonardo Melgarejo; a nutricionista do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Mariana Garcia, além de divulgar o conteúdo publicado nas notas de repúdio do Idec e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos.

A matéria é informativa, a repórter não emite opiniões, mas apresenta a análise e as críticas fornecidas pelos entrevistados e pelas notas de repúdio. O texto não recorre nem mesmo a modalizações de ênfase ou de questionamento, recurso muito utilizado no jornalismo. As modalizações, utilizadas para expressar adesão do autor ao que está sendo dito, envolvem diversos mecanismos lógicos e linguísticos. Para análise do texto jornalístico serão observadas as modalizações típicas deste meio, são expressões utilizadas para introduzir ou concluir um depoimento e estabelece a adesão (ou não) do texto à fonte. Estas podem ser quase neutras como 'segundo fulano'; estabelecer um certo distanciamento, como 'na opinião de fulano'; concordar e valorizar a fala da fonte, como 'fulano ensina'; entre várias possibilidades. No texto em questão, a repórter utilizou expressões bastante neutras como: disse, afirmou, declarou.

O contexto de produção do texto, porém, pressupõe o posicionamento estabelecido pelas fontes que se fazem presentes na narrativa. O 'Brasil de Fato', assim como outros veículos contra-hegemônicos, dá voz aos movimentos sociais, por outro lado, estes veículos costumam ser rejeitados pelas fontes que estão sendo questionadas pelos jornalistas. Foi o caso desta matéria, que trouxe as críticas dos movimentos sociais e apresentou, no texto, a tentativa de conversar com a Anvisa para questionar a metodologia da pesquisa, porém recebeu apenas uma resposta da assessoria de imprensa do órgão, dizendo que "[...] a metodologia utilizada pela Anvisa é compatível

com a de países de todo mundo e segue referências internacionais”. Nenhum perito ou autoridade da Anvisa conversou com o ‘Brasil de Fato’.

A recomendação de lavar a casca dos alimentos, para diminuir os resíduos de agrotóxicos, é questionada por Leonardo Melgarejo, que explica que a maior parte dos venenos agrícolas são “[...] produtos sistêmicos, que matam através de circulação interna. Nestes casos, não se pode tirar estes produtos lavando a casca”.

O relatório da Anvisa é também questionado por afirmar que há “[...] segurança alimentar aceitável [...]” no Brasil e que “[...] apenas 1% dos alimentos analisados representa risco agudo à saúde [...]”. Melgarejo critica o critério da Anvisa, “[...] de supervalorizar os problemas agudos quando a maioria dos problemas acarretados pelos agrotóxicos são crônicos [...]”.

A pesquisa como um todo é questionada pelas fontes. O Idec destacou que a mudança na sistematização dos dados dificulta a comparação com as informações dos anos anteriores e apontou inconsistência nas análises. Segundo a matéria, as intoxicações por agrotóxicos notificadas aumentaram 17% entre 2010 e 2014, chegando a 4.423 registros em 2014.

Leonardo Melgarejo lamenta que a Anvisa esteja perdendo a “[...] credibilidade porque apresenta dados contraditórios [...]”, e acrescenta:

‘Se não mudaram os métodos, a realidade não mudou, se o volume aplicado [de agrotóxicos] cresceu, como entender essa redução nos resultados identificados?’, questiona o professor. ‘Se isso fosse um teste em uma universidade, um estudo de campo, nós pediríamos que os testes fossem repetidos’, adicionou.

Este estudo da Anvisa foi questionado, ainda, por não incluir os herbicidas glifosato e 2,4-D. O primeiro, conhecido comercialmente como *Roundup*, da Monsanto, e o 2,4D é o princípio ativo do Agente Laranja, arma química fornecida, também pela Monsanto, para o exército dos Estados Unidos, na Guerra do Vietnã. Na matéria, esta ausência é questionada pela Campanha Permanente Contra o Agrotóxico, que informa ainda que estes herbicidas “[...] correspondem a mais da metade das substâncias usadas nas lavouras brasileiras, de acordo com dados do Ibama de 2014”.

Melgarejo questiona também as motivações do relatório, apresentado em sincronia com a tramitação do Projeto de Lei (PL) 3200/2015 que propõe substituir a palavra

“agrotóxico” por “produtos fitossanitários” e com a campanha publicitária de valorização do agronegócio, que “[...] exclui negócio da palavra agronegócio [...]”. Segundo a matéria, o agrônomo alerta para os interesses envolvidos no assunto e para as consequências deste relatório:

O docente da UFSC disse que o relatório parece mais ‘marketing do agronegócio’ do que um estudo de uma ‘equipe responsável por proteger a sociedade contra danos à saúde’, e teme que episódios como este contribuam para a falta de confiança nas instituições públicas.

A estrutura do texto segue os questionamentos das fontes, alternadas na análise do relatório. Fala sobre a tentativa de contato com a Anvisa e reproduz a resposta da assessoria de imprensa do órgão. Em seguida, o texto toma outros rumos, embora dentro do contexto dos riscos relacionados aos agrotóxicos. Informa sobre as atividades previstas para o ‘Dia Internacional de Luta Contra os Agrotóxicos’, em 03/12, dois dias após a publicação desta matéria e conta a história do desastre industrial que motivou a data.

A tragédia de Bhopal, na Índia, ocorrida em 03/12/1984, foi consequência do vazamento de gás tóxico, utilizado na elaboração de um praguicida da Corporación Union Carbide. Segundo a matéria, a principal causa do vazamento foi negligência com a segurança. 30 mil pessoas morreram no desastre, 8 mil nos três primeiros dias e 560 mil pessoas continuam com sequelas da contaminação.

A Agroecologia é citada, nesta matéria, como contraponto ao problema apresentado: “O Idec propõe estimular os modelos alternativos, como a agroecologia e a produção orgânica, como é proposto no Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos [...]”. Percebe-se que a Agroecologia continua sendo classificada entre os modelos ‘alternativos’ de produção. Embora o adjetivo seja recusado pelo movimento agroecológico na atualidade, este significado não se dissipou.

A centralidade desta notícia em relação à Agroecologia não se dá pela conceituação do tema, mas pelas informações disponíveis sobre os jogos de poder envolvendo pesquisas científicas, instituições governamentais e segurança alimentar. O foco da notícia são os mecanismos utilizados para classificar como seguros os produtos químicos que a Agroecologia, por princípio, afirma que não são seguros. A discussão

apresentada na matéria envolve disputas discursivas e não discursivas relacionadas à utilização dos venenos agrícolas.

As entidades básicas presentes no discurso, entendidas como reveladoras da visão de mundo que perpassa o discurso, são pouco associadas à concepção de natureza ou relação com o ambiente, como no texto anterior. O assunto, relacionado aos problemas causados pelos agrotóxicos, delinea o texto a partir do conceito de Segurança Alimentar e inclui, de forma implícita e explícita, governos, peritos e a própria ciência.

Como a importância desta matéria se deve, principalmente, à leitura das informações apresentadas por uma pesquisa científica, realizada por um órgão público com a importância que tem a Anvisa, considerou-se útil a análise de como foi feita a abordagem desta notícia nos outros veículos que fazem parte do *corpus* deste estudo. O objetivo é ampliar a compreensão das possibilidades de interpretação de informações técnicas e dados estatísticos, além de observar como as fontes podem contextualizar um assunto.

Para realizar o levantamento desta notícia nos outros *sites* analisados, foi utilizada a mesma metodologia de filtragem usada no início para a palavra Agroecologia. Sendo que, neste levantamento, utilizou-se a palavra ‘Anvisa’, para pesquisar as matérias delimitadas entre 25/11/2016, data da publicação do relatório, e 05/12/16. O resultado foi que ‘O Globo’ e a ‘Folha de São Paulo’ noticiaram o relatório, o primeiro com duas matérias e a segunda com uma<sup>74</sup>.

Ambos apresentaram a notícia sem questionamentos. ‘O Globo’ publicou que “[...] apenas 1,1% do material estudado apresentou venenos em níveis perigosos para o consumidor”. A ‘Folha de São Paulo’ afirmou que “[...] a notícia é positiva [...]”. Também utiliza a palavra ‘apenas’ para adjetivar o percentual da amostra que representa risco agudo à saúde. Observe-se, porém, que risco agudo, é definido pela

---

<sup>74</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/laranja-abacaxi-estao-no-topo-da-contaminacao-por-agrotoxicos-20542450>;  
<https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/laranja-o-alimento-com-maior-risco-de-intoxicacao-por-agrotoxicos-segundo-anvisa-20554101>;  
<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/11/1835565-laranja-e-abacaxi-sao-os-alimentos-de-maior-risco-por-agrotoxico-diz-anvisa.shtml>

própria Anvisa, como intoxicações que podem ocorrer dentro de 24 horas após o consumo do alimento, ou seja, em ‘apenas’ 1,1% dos alimentos oferecidos no mercado, o consumidor corre o risco de apresentar sintomas de envenenamento logo após comer o alimento. Este percentual é maior ao se considerar as lavouras mais contaminadas, 12% das laranjas e 5% dos abacaxis oferecem riscos de envenenamento, para o consumidor final, em menos de 24 horas. Esta informação é dada como normal e classificada como “notícia positiva” pela ‘Folha de São Paulo’.

Nem ‘O Globo’ nem a ‘Folha’ questionaram a metodologia. Nas três matérias publicadas, a Anvisa foi a única fonte citada. Nenhuma outra informação relacionada ao assunto, ou qualquer outra pesquisa disponível foi apresentada. Ambos os *sites* publicaram um depoimento do diretor-presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, recomendando que o consumidor não abra mão de determinados cuidados, como lavar os alimentos.

A terceira matéria analisada também aborda as intoxicações por agrotóxicos e traz, entre as questões de fundo, o questionamento sobre a coerência de se estabelecer uma dose segura de veneno na alimentação e como linha argumentativa, a defesa da Agroecologia como solução para a produção de alimentos sem a contaminação do ambiente e das pessoas. O ‘Século Diário’ publicou, em 06/11/2016, matéria intitulada: “Intoxicações por agrotóxicos mais que quadruplicam no Espírito Santo”, expondo no título a gravidade das proporções.

A matéria é sobre o estudo divulgado pelo Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, do Ministério da Saúde (MS), que analisou dados entre 2007 e 2014, em todo país, e informa que as intoxicações registradas no Espírito Santo aumentaram de 111 casos, em 2007, para 497 casos, em 2014, ou seja, quatro vezes mais, como resume o título. O mesmo estudo constata, também, que o número de intoxicações *per capita*, no Espírito Santo (15,8 casos para cada 100 mil habitantes), é mais que o dobro da média nacional (6,23 casos para cada 100 mil habitantes).

A partir destas informações, a matéria produzida pela repórter ambiental do Século Diário, Fernanda Couzemenco, dialoga com sete pessoas diferentes e recorre a um amplo aporte de informações e análises que contextualizam a informação central, o

grande aumento no número das intoxicações por agrotóxicos, dentro de uma abordagem que envolve o contexto temporal, ou histórico, e informativo, fornecendo informações correlacionadas.

As vozes, presentes nesta narrativa, agregaram, em linhas gerais, peritos e agricultores. Foram ouvidos os professores Larissa Mies Lombardi (USP), Lusinério Prezotti (Ifes), Rodrigo Cherer (UVV) e Elaine de Azevedo (Ufes); o agricultor e membro do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entidade que faz parte da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, Dorizete Cosme; o agricultor e membro do Sindicato dos Agricultores de Colatina, Wellington Schmil; e o agricultor orgânico Danilo Plaster.

A arquitetura do texto se delineou a partir das informações fornecidas pelo MS e agregou análises, comentários e informações diversas, seguindo uma sequência informativa e argumentativa chegou à defesa de um importante princípio da Agroecologia, a afirmação de que é possível produzir sem insumos químicos. A própria repórter defende a argumentação:

Pois, ao longo desses trinta anos [do início do movimento pela agricultura alternativa], os camponeses de norte a sul, leste a oeste, nas planícies e montanhas do Espírito Santo já provaram que é possível produzir mais e melhor sem venenos, através de métodos orgânicos e agroecológicos.

A estrutura argumentativa e informativa começa com o comentário do militante do MPA, Dorizete Cosme, em relação às intoxicações no Espírito Santo: “É alarmante!”. O agricultor contextualiza seu comentário informando que os pequenos agricultores não têm apoio, mas referencia um apoio que “[...] tivemos no passado [...]” do Governo Federal, remetendo de forma implícita, aos cortes de verbas efetuados pelo atual governo.

A contextualização segue falando da histórica concentração fundiária no Brasil; da relação do agronegócio com o trabalho escravo; do maior consumo de agrotóxicos por parte das grandes propriedades; da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos para o mercado interno; sobre resistência, protagonismo e soluções viabilizadas pelos camponeses; e contaminação das águas.

Toda esta sequência informativa foi seguida por Couzemenco dentro de um texto interpretativo. A jornalista tece comentários próprios sobre informações, fontes,

contextos, se fazendo presente como mais uma voz a analisar o problema. Após o depoimento do agricultor sobre a falta de apoio governamental, o problema é analisado com o seguinte comentário:

A omissão do Estado é histórica, pois o País foi erguido a partir de uma lógica das grandes propriedades agrícolas de monoculturas voltada para as exportações. Eram *plantations*, que aprendemos nos livros de História, hoje chamadas de grandes latifúndios produtores de *commodities*, ou simplesmente, agronegócio.

A modalização estabelece concordância e ênfase às falas dos entrevistados. Embora na construção das sequências tenham sido utilizadas várias modalizações com a função de encadear as ideias, sem ênfase ou discordância, tais como “afirma”, “relata” e “pondera”, é digno de nota a ênfase dada à modalização, quando fecha o depoimento da professora Elaine de Azevedo, com um enfático “sentencia”.

O texto estabelece um diálogo entre jornalista e fontes, visto que, entre as informações e análises apresentadas pelos entrevistados, foram inseridos comentários e informações, geralmente, contextualizando o assunto com informações sobre o perfil agrícola do Espírito Santo; importância da agricultura familiar; contexto histórico da agricultura alternativa, entre outros.

A jornalista demonstra engajamento na defesa de uma agricultura sem venenos, após falar dos problemas políticos e orçamentários, acrescenta: “[...] Mesmo assim, é dela [da agricultura familiar] que surgem as soluções para a libertação do homem e da natureza sobre o veneno”. A palavra utilizada para se referir à relação com os agrotóxicos é “libertação”. Palavra que pode significar uma metáfora, ou não, se forem considerados os mecanismos reais de aprisionamento, das cadeias produtivas ao trabalho escravo. O vocabulário demonstra envolvimento, mas deixa vislumbrar, também, uma atribuição de vida ou direitos à natureza, que se fosse vista como coisa, não poderia ser libertada.

A quantidade expressiva de entrevistados, trouxe para o texto muitas informações e reflexões, que resultou numa abordagem ampla do tema. Larissa Mies Lombardi, professora da USP e autora do livro ‘Geografia sobre o uso dos agrotóxicos no Brasil’, associa o agronegócio ao desmatamento e ao trabalho escravo, além dos problemas causados pelos agrotóxicos. A autora defende um “pacto de civilidade”.

Lusinério Prezotti, professor do Ifes e coordenador do Núcleo de Estudos de Agroecologia, associa o consumo de agrotóxicos à concentração fundiária, quando apresenta informações sobre o consumo de agrotóxicos relacionado ao tamanho da propriedade. Segundo o professor, 27% das propriedades de zero a dez hectares usam agrotóxicos; 36% das que têm entre dez e cem hectares; e 80% das propriedades com mais de cem hectares utilizam agrotóxicos. Prezotti informa, também, que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e que este produto movimentou um mercado de US\$ 2.240 bilhões, no país, em 2014. E que 22 dos ingredientes ativos, entre os 50 mais utilizados na agricultura brasileira, são proibidos na União Europeia.

O agricultor Daniel Plaster descreveu sua experiência pessoal com os agrotóxicos, que provocavam feridas graves nas pernas, e relatou como o problema motivou a mudança de atitude: “[...] Foi aí que começamos a nos preocupar porque nós, agricultores, estávamos morrendo por intoxicação. A partir daí, começamos a discutir essa questão e a tentar produzir sem usar veneno”.

O professor Rodrigo Scherrer, da UVV, apresenta uma reflexão que remete ao princípio da precaução:

O que se sabia em 1940 é que o DDT era a quinta maravilha do mundo. O que se sabe hoje é que ele causa câncer, comprovadamente. Foi banido já de todo o mundo e não pode mais ser utilizado. Será que amanhã as substâncias que comemos hoje também serão, comprovadamente, cancerígenas?

A reflexão final da matéria é colocada pela professora Elaine de Azevedo, da Ufes, que afirma: “[...] Resumidamente, não existe dose segura de veneno [...]”. E acrescenta que o consumo de produtos orgânicos, da agricultura familiar, representa uma ação política de proteção ao meio ambiente e à saúde coletiva; promoção da economia local; além de fomentar a ideia de que a alimentação é também um patrimônio cultural.

A referência direta à Agroecologia aparece no comentário positivo da jornalista sobre o trabalho do MPA para a disseminação das práticas agroecológicas, porém, toda estrutura argumentativa da matéria leva à Agroecologia como solução para a produção de alimentos sem agrotóxicos.



Em consonância com os princípios agroecológicos, o texto apresenta, também, o contexto socioeconômico das práticas agrícolas, quando informa a relação entre o tamanho das propriedades e o uso de agrotóxicos e quando participa diretamente da disputa discursiva entre Agroecologia e agronegócio, quando contextualiza a concentração de terra, das *plantations* às atuais *commodities*, produtos do agronegócio.

No discurso do agricultor Wellington Schmil a resistência agroecológica é percebida como uma resistência ao capitalismo: “A força que nos move é muito maior que o capital. A resistência e a união que nos fortalece, permite-nos caminhar a um futuro cheio de vida”.

As relações ambientais do problema são expostas quando a jornalista fala do “[...] crescimento vertiginosos do envenenamento das lavouras [...]” e quando fala da contaminação da água, informando que os padrões de potabilidade são adaptados, na legislação, para incluir os novos produtos da indústria química. Segundo Prezotti, em 2004 eram permitidos 22 tipos de agrotóxicos na água potável, em 2011 este número subiu para 27. As entidades básicas relacionadas à percepção socioambiental são os latifúndios, a agricultura familiar, o capital, a resistência e os governos.

A reportagem da ‘Rede Brasil Atual (RBA)’, feita pela jornalista Carolina Caffé, acompanha a Caravana Agroecologia e Cultural Rumo ao Vale do Ribeira, realizada pela Rede de Núcleos de Agroecologia da Região Sudeste (R-NEAs) e Articulação Paulista de Agroecologia (APA). A realização de caravanas é uma metodologia utilizada pelo movimento agroecológico para promover intercâmbio de experiências e fortalecimento das práticas.

Com o título “A terra e seus sábios. Caravana tenta integrar cidade e campo”, o primeiro agente apresentado é uma entidade coletiva, a caravana. Como uma espécie de introdução, porém, temos os sujeitos sociais relacionados à caravana, a terra e seus sábios. A terra é apresentada numa relação quase de equivalência aos sábios, por ser mostrada lado a lado, logo na introdução. Um detalhe, porém, coloca a terra em outro patamar, os sábios são ‘seus sábios’, o que conota uma ideia de pertencimento, destes à terra.

O parágrafo de abertura dá o tom da narrativa: “Em maio, cinco caravanas na região Sudeste, saíram em busca de histórias de resistência e esperança”. Em estilo quase épico, o leitor é convidado a acompanhar este herói coletivo, que não parte em busca de aventuras, mas se interessa por histórias de resistência, explicitando que a caravana não reafirma a ordem dominante e assume uma posição de luta. Mas as histórias são também de esperança, palavra com significado menos politizado, mas talvez imprescindível à mobilização.

O primeiro depoimento da reportagem é do agricultor e responsável pelo Centro de Formação Campo-Cidade, na zona rural do município de Jarinu, São Paulo, Virlei Ferreira, que afirma: “Para nós, comer é um ato político”. A frase tem sido utilizada no discurso teórico e político relacionado à Agroecologia e reafirma a conexão entre o consumo e a produção de alimentos, além de expandir os motivos de valorização dos produtos agroecológicos, evidenciando que os benefícios não se limitam à saúde do consumidor, mas também do agricultor, além de trazer vantagens para a conservação do ambiente e abrir possibilidades para a construção da soberania alimentar.

Ainda na apresentação da caravana, é também pela voz de Virlei Ferreira, que o texto apresenta uma conceituação abrangente e política da Agroecologia. Segundo o educador-agricultor: “A agroecologia é uma matriz tecnológica pautada nos princípios socialistas. Interessa a toda a humanidade, pois é uma forma de produção baseada em conceitos sobre relações humanas”.

A reportagem segue a trajetória da caravana até o Sítio Pirilampo, onde o MST promove cursos, formações e experiências-piloto em produção agroecológica. À noite, a programação cultural é regada pela cerveja artesanal Guerrilheira, brindando a significação política da produção com bom humor.

A segunda entrevistada, trouxe para a reportagem a discussão sobre a identidade social do camponês. A agricultora Maria Alves da Silva afirma que “[...] não se deve ver o camponês como um ‘Jeca Tatu’, como se o problema dele fosse só a terra [...]”, e defende que o trabalhador do campo tenha orgulho de seu trabalho “[...] sem a ideia de que o que vem do campo é atrasado ou penoso”. Segundo a agricultora: “O trabalho no sistema agroecológico [...] não é exaustivo como no convencional [...]”.

A agricultora demonstra a necessidade de combater, nos dias atuais, a representação social do Jeca Tatu, personagem criado no início do século XX por Monteiro Lobato, escritor e fazendeiro, que delineou este personagem com diversas caracterizações negativas, associadas também à identidade do caipira e caboclo, personificados no Jeca, um trabalhador rural, portador de práticas e crenças a serem combatidas em nome do progresso (SANTOS, 2012).

Maria Alves, reside no acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta, localizado no bairro de Perus, na região noroeste da capital paulista. A matéria informa que havia, para o local, o projeto de construção de um aterro sanitário, para receber dejetos do Rio Pinheiros. O acampamento do MST e a resistência da comunidade impediram a instalação do aterro. A maioria das pessoas vem da própria cidade de São Paulo, provenientes de áreas de risco ou vivendo em situação de rua.

A reportagem de Carolina Caffé se estrutura em uma sequência de personagens e experiências, e assim vai apresentando o movimento agroecológico, suas práticas, personagens e conceitos. O texto é interpretativo e usa linguagem semelhante à das fontes, com uma modalização que reafirma o ponto de vista dos entrevistados. Em alguns momentos contextualiza a narrativa com informações inseridas pela própria jornalista, como na introdução da apresentação da caravana: “No país que mais consome agrotóxico no mundo [...]”. Em alguns momentos, acrescenta comentários opinativos, mas a sequência argumentativa da matéria é delineada pelos entrevistados e pelo andar da caravana.

No outro lado da capital paulista, na zona leste, a caravana conduz o texto para outra personagem, Dona Terezinha Santos Matos, agricultora urbana, que trabalha numa área de 4 mil metros quadrados que fica sob as torres de transmissão de energia. A reportagem enumera a grande diversidade de produtos cultivados em uma área tão pequena: frutas, verduras, legumes, feijão, temperos, chás e ervas. Sua história de vida mistura lembranças da infância com afirmação da identidade agrícola: “[...] Cresci na roça, plantando junto com meu pai. Via os aviões passar e gritava, ‘me leva pra São Paulo!’ Meu sonho era vir, mas não queria deixar o que eu fazia lá”.

A parada seguinte foi no Coletivo de Consumo Rural e Urbano de Diadema (CCRU) marcando a presença de uma organização de consumidores. O texto informa que “O

CCRU é um dos 25 coletivos reunidos na Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável com o objetivo de difundir a cultura de consumo de produtos agroecológicos, da agricultura familiar e da economia solidária”.

E a reportagem, seguindo o roteiro da caravana, visita a experiência agroflorestal de Geraldo Oliveira e Gilberto Otha. Para apresentar a experiência dos agricultores a repórter conceitua agrofloresta, “[...] O sistema junta floresta com agricultura, recupera técnicas e conhecimentos de povos tradicionais e agrega o conhecimento científico acumulado sobre a ecofisiologia das espécies vegetais [...]”, e o entrevistado apresenta os princípios da agroecologia. Segundo Geraldo, “Na agroecologia a gente aprende que a diversidade de espécies traz o equilíbrio para o solo”.

O agricultor Gilberto demonstra que os valores envolvidos na Agroecologia podem ser diferentes e afirma os princípios que o movem:

‘O meu filho, por exemplo’, conta Gilberto, ‘em vez de virar empresário, está aqui com a gente nos defendendo. Ele não acreditava antes, mas passou a ver os resultados, as pessoas vindo, perguntando como funciona’. A transição agroecológica é movida a princípios: ‘As pessoas chamavam a gente de românticos, de poetas, loucos e utópicos, mas hoje reconhecem que estamos no caminho certo’.

Completando o roteiro, a caravana realiza um encontro final, com atividades culturais, trocas de sementes e um seminário sobre Agroecologia. As vozes dos entrevistados ecoam os princípios agroecológicos: “O modelo de agricultura dos quilombos nada mais é do que uma agrofloresta de forma diferente do contexto da universidade, no contexto do saber, das técnicas e mística dos povos tradicionais”, define Ubiratã de Souza Dias, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

As questões ambientais são apresentadas por alguns dos entrevistados. Virlei Ferreira apresenta a seguinte reflexão: “As pessoas deveriam parar de seguir o que a mídia diz, de consumir veneno, e começar a se preocupar com o rastro ecológico e social que deixam no planeta [...]”. Além de atribuir à mídia a argumentação favorável à utilização de venenos, o agricultor, curiosamente, utiliza a palavra ‘rastro’ e não ‘pegada’ para se referir ao impacto dos modos de vida na capacidade de suporte do planeta. Embora não mude em nada o sentido, a palavra rastro parece menos técnica e urbana que a palavra pegada, mais utilizada no discurso ambientalista. A visão ambiental apresentada nesta frase, demonstra uma valorização pragmática da

conservação ambiental, que se aproxima da ideia de sustentabilidade, visto que defende a preocupação com o rastro ambiental.

O depoimento do agrofloreteiro Geraldo apresenta sua percepção empírica dos processos ecológicos e demonstra sua compreensão teórica dos fenômenos observados: “Vocês estão vendo essa árvore caída? Essa árvore cresceu, ela mesmo teve o seu tempo de vida e agora retornou, caiu. E é ela mesmo quem vai sustentar todos os outros cachos e plantas vivas. É o processo de renovação do solo”.

Os aspectos sociais envolvidos na prática agrícola são apresentados tanto no discurso como na própria experiência dos entrevistados. O contexto de insegurança fundiária, ocupação urbana e ameaças aos territórios de comunidades tradicionais, entre outras questões, são apresentadas no contexto vivido. O contexto político, no sentido governamental, também é apresentado no seguinte comentário da repórter:

O projeto Caravana Agroecológica e Cultural rumo ao Vale do Ribeira tem especial importância diante da conjuntura política atual. Semanas depois dessa empreitada, o país passou a enfrentar retrocessos para a agricultura familiar, como a desestruturação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o enfraquecimento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), entre outras.

As entidades básicas apresentadas se delineiam a partir da mobilização social da caravana, apresentada como personagem principal do relato, agrega atores sociais, presentes na narrativa a partir de ações e discursos socioambientais e políticos. Alguns objetos do discurso têm conotação fortemente social: resistência, esperança, socialismo, trabalhadores, comunidades tradicionais, entre outros. A perspectiva ambiental é apresentada em entidades percebidas pelo discurso, tais como diversidade, solo, florestas e relações ecológicas.

Ao apresentar uma narrativa delineada a partir da experiência da caravana, a reportagem mostra os discursos e as práticas sociais das experiências visibilizadas. As vozes presentes no texto trazem perspectivas diversas e complementares. Alguns entrevistados enfatizaram as estratégias políticas, outros a identidade social do agricultor, e ainda as estratégias sociais de autonomia e mobilização, além de percepções sobre o ambiente natural e relações socioambientais. A Agroecologia política é enfatizada pelos atores sociais e os princípios ambientais são apresentados na narrativa.

A quinta matéria analisada é da Folha de São Paulo e aborda o conflito entre a prefeitura da cidade e moradores, membros do grupo Hortelões Urbanos, que mantém uma horta comunitária na Praça das Corujas. A horta foi contaminada pela pulverização de inseticidas, utilizados no combate ao mosquito *aedes aegypti*.

A matéria foi veiculada na coluna Mara Gama, esta colunista foi responsável por sete, das dezenove matérias com a palavra Agroecologia publicadas por este veículo em 2016, o que representa o significativo percentual de 37%. A coluna aborda temas relacionados a sustentabilidade, consumo sustentável, reciclagem, entre outros, e foi responsável pela única matéria de 2016 que cita a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em matéria sobre Comboio Agroecológico.

O título informa sobre o problema apresentado: “Nebulização contra aedes atinge cultivo orgânico da Horta das Corujas”. Interessante observar que a ação de atingir o cultivo orgânico é realizada por uma outra ação, a “nebulização contra aedes”. O agente responsável pela nebulização não aparece no título. Na primeira frase, porém, o texto informa que a Prefeitura de São Paulo realizou a nebulização.

As vozes, presentes no texto, são dos moradores e voluntários da horta, do representante da prefeitura, o coordenador geral das Ações de Controle do Aedes aegypti e da médica, especializada em oncologia pediátrica, Silvia Regina Brandalise. Ou seja, a população, o representante governamental e o perito científico.

A estrutura do texto se inicia com a apresentação do problema, em seguida, dá a palavra para o representante governamental, que fornece informações sobre as rotinas de combate ao mosquito implementadas pela prefeitura. No decorrer da matéria, os moradores e a médica também apresentam informações e questionamentos ao uso do inseticida no combate ao mosquito e à ação realizada pela prefeitura, ao final, divulga o evento organizado pelos voluntários horta.

A notícia, que envolve um conflito, apresenta vários agentes sociais, que criticam a maneira como a pulverização foi feita, ouve a resposta do representante governamental e apresenta informações técnicas da médica, que argumenta sobre os riscos à saúde. A jornalista se faz presente no texto, de maneira discreta o relato assume a primeira pessoa em alguns momentos e, na apresentação da notícia, a

colunista tece comentários sobre as atividades da horta, quando afirma: “A horta das Corujas, em praça pública, é uma das experiências de gestão comunitária mais vivas da cidade [...]”.

A modalização é bastante fluida, Mara Gama estrutura o texto com as informações e opiniões dos entrevistados, sem ênfase nas palavras de abertura ou conclusão das citações. Porém, se posiciona na interpretação dos fatos, quando, em alguns trechos, contextualiza a notícia e fornece informações: “[...] O veneno usado na nebulização, que é altamente tóxico e vetado em alguns países [...]”.

A palavra Agroecologia é usada apenas uma vez, no texto, quando explica que a horta é o resultado da “[...] mobilização de pessoas interessadas em Agroecologia urbana que se reuniram por meio do grupo Hortelões Urbanos, no Facebook”. O texto se refere à horta como orgânica. Logo no início, define o cultivo orgânico como aquele que não usa agrotóxico, para enfatizar o problema causado pelo veneno pulverizado. A voluntária e conselheira participativa da Subprefeitura de Pinheiros, Madalena Buzzo, lamenta o fato do cultivo deixar de ser orgânico e o próprio título utiliza esta palavra, estabelecendo uma posição secundária para o termo Agroecologia.

Mesmo não tendo a Agroecologia como foco central, a matéria foi a que mais apresentou informações relacionadas aos riscos e consequências da utilização de venenos na agricultura, entre as matérias da Folha de São Paulo que compõem o *corpus* desta pesquisa. Outros dois textos foram avaliados como equivalentes, em relação à centralidade do tema, uma entrevista com o criador do *Slow Food*, Carlo Petrini, e uma notícia sobre o ‘Festival Reverbere’, realizado para difundir a permacultura. Diante da equivalência relativa das matérias, a notícia sobre a Horta das Corujas foi considerada mais relevante por apresentar diversas vozes, pelas informações fornecidas e por ter sido produzida pela jornalista que mais citou o tema neste veículo.

Entre os princípios da Agroecologia, Cláudia Visoni, uma das fundadoras da horta, cita a biodiversidade: “[...] A horta é um reservatório importante de biodiversidade na cidade. Depois dessa nebulização, quanto tempo vai demorar para recuperarmos isso? O inseticida mata também os predadores do aedes e os polinizadores [...]”.

Embora não fale diretamente de Agroecologia, a entrevistada fala das relações ecológicas envolvidas na agricultura.

Os moradores denunciam que o produto utilizado foi o Malathion, o representante governamental informa que são utilizados piretróides e organofosforados, deixando ao leitor a tarefa de decifrar a meia confirmação da informação, visto que o Malathion é um organofosforado. A oncologista entende que este produto é “[...] erroneamente chamado de defensivo ou repelente [...]” e informa que “Todos os seres vivos sofrem agressão com esses produtos. A exposição materna a eles é ligada à ocorrência de leucemia infantil, tumores cerebrais e linfomas nas crianças”. A médica denuncia, ainda, que o uso dos pesticidas fortalece os insetos, a cada geração.

Os fatores sociais estão implícitos no problema em si e nas implicações para a saúde apresentadas pela médica. A dimensão política é levantada por Madalena Buzzo, que defende a criação de um comitê cidadão para discutir o combate à dengue e estudar outras ações possíveis para se resolver o problema. A dimensão ambiental é discutida quando se fala da contaminação, da biodiversidade e de problemas como esgoto a céu aberto, coletas de lixo inadequadas e no impacto do veneno na população de insetos.

Em relação ao vocabulário, percebe-se que tanto a palavra veneno como a palavra inseticida foram igualmente utilizadas, tanto pela jornalista como pelos entrevistados e a utilização da palavra defensivo e repelente é criticada, conforme citado acima. De um modo geral, o vocabulário não chega a apresentar, de maneira explícita, uma visão de mundo relativa à conservação ambiental ou à relação dos seres humanos com a natureza, embora, a linha argumentativa evidencie a discordância em relação à utilização de venenos.

Entre as entidades básicas reconhecidas no texto, já foi citada a biodiversidade, e pode-se acrescentar os polinizadores, a comunidade, o trabalho voluntário, o conhecimento científico e o governo. A notícia gira em torno da controvérsia em relação à utilização de venenos, o que envolve informações sobre riscos e consequências da utilização destes produtos, sendo assim, o princípio da precaução está implícito no debate.



Faz-se necessário, porém, perceber a matéria em seu contexto de exibição e visibilidade, considerando sua posição no veículo em que foi exposta e sua posição relativa ao *corpus* desta pesquisa, que é composto de todas matérias que utilizam a palavra Agroecologia em 2016. Em relação ao veículo, a ‘Coluna Mara Gama’ está entre as 128 colunas ativas publicadas neste *site*, o veículo tem também colunistas convidados, ex-colunistas e blogs. Em relação o *corpus*, deve-se considerar que esta foi considerada a matéria que mais se aprofundou na temática, ao lado de outras duas que também discutiram assuntos importantes para a Agroecologia e outras dezesseis que se subdividem entre as que não abordam o tema, apenas citam a palavra, por motivos diversos; e as que abordam, mas oferecem poucas informações.

É oportuno lembrar que a palavra agronegócio indexou 442 matérias na ‘Folha de São Paulo’, em 2016 e que dezenove matérias sobre Agroecologia representa uma ínfima parte do conteúdo deste veículo. A coluna aparece na capa do site às sextas-feiras, dia da publicação de novas matérias, mas não permanece durante todo o dia, visto que são expostos apenas quatro colunistas por vez.

Neste contexto, percebe-se que a abordagem crítica à utilização de venenos não pode ser considerada uma postura típica deste veículo. Embora esta pesquisa também não possa afirmar o contrário, visto que este não foi o objetivo do estudo, que precisaria de outra metodologia para levantar esta questão. A pesquisa evidencia, porém, que os textos que utilizam a palavra Agroecologia são poucos, estão em posições pouco visíveis e não se aprofundam no tema.

A próxima matéria a ser analisada, produzida pelo ‘O Globo’, é sobre feiras e produtores que utilizam as técnicas e os conceitos da Agroecologia para plantar. O título apresenta o sujeito social e o objetivo dos mesmos: “Pequenos produtores da Região dos Lagos se unem para vender”. Os agentes, presentes na frase, são os pequenos produtores e a ação final é vender, sendo a união colocada como ação intermediária, que leva ao objetivo de vender os produtos agrícolas.

O texto começa com um pequeno ‘nariz de cera’<sup>75</sup>, que fala do perfil boêmio de Búzios, em contraste com a rotina da feira, que começa às sete horas, e faz a cidade despertar

---

<sup>75</sup> Termo utilizado no jornalismo para se referir a introduções inseridas no texto, que retardam a abordagem do assunto principal e não acrescenta informação relevante.

mais cedo, segundo a matéria. Em seguida, apresenta o *lead*<sup>76</sup> da notícia, com informações sobre a feira. Ao falar sobre os produtos, assume um tom quase publicitário: “[...] alimentos frescos, sem agrotóxicos e de altíssima qualidade [...]”. Ainda no primeiro parágrafo, os feirantes são classificados como empreendedores.

A matéria, escrita pela jornalista Júlia Amin, foi publicada na editoria Bairros. A modalização é quase neutra, marcada por palavras como afirma, relata e similares. A repórter não recorre à interpretação ou contextualização da notícia.

As vozes presentes nos textos são, majoritariamente, dos feirantes, sendo que o idealizador da feira é também jornalista e advogado aposentado, além de criador de galinhas; e a matéria ouve também uma frequentadora da feira. A notícia não cita nenhuma instituição ou movimento social aos quais pertençam estes agentes, que, a princípio, são produtores independentes, empreendedores que agem em conjunto para melhorar os negócios.

A estrutura da matéria acompanha o relato de cada feirante, fala dos produtos e da experiência de cada entrevistado; valoriza o volume de produção; cita a certificação orgânica; fala da criação e organização da feira; além de expor motivações apresentadas pelos entrevistados, como mostrar a produção de alimentos para as crianças (da família do produtor) e aproximar as pessoas; e finaliza com um breve comentário de uma cliente, valorizando a qualidade dos produtos.

O agricultor Augusto Carvalho é o primeiro entrevistado da matéria, ele começa o depoimento dizendo que o seu avô plantava, no terreno que ele agora cultiva, e afirma que “[...] Em volta das plantações, têm plancs [sic] (plantas alimentícias não convencionais) que os bichos gostam de comer porque são mais macias e aí não atacam as outras plantas [...]”. O erro na grafia das PANCs<sup>77</sup> demonstra que a jornalista tem pouca familiaridade com o tema e o argumento do agricultor, de que estas são mais macias que as outras, também não chega a demonstrar uma

---

<sup>76</sup> Informações básicas que devem estar presentes na introdução da matéria, didaticamente especificadas pelas questões: o que / quem, onde, como, quando e porque.

<sup>77</sup> As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) ficaram mais conhecidas com este nome, após lançamento do livro, em 2014, de autoria de Valdely Kinupp e Harri Lorenzi, que classifica 351 espécies de plantas na categoria “não convencional”, várias dessas plantas são conhecidas popularmente.

compreensão apurada das relações ecológicas, mas passa a ideia de que a diversidade de plantas é importante para um cultivo sem agrotóxicos.

O segundo produtor, Paulo Victor Drumont, cria trezentas galinhas, para comercialização de ovos. Também aqui percebe-se um certo estranhamento na definição de “galinhas de postura” como “[...] denominação para aquelas que põem ovos [...]”, visto que ao definir a classificação da galinha a repórter não explica que se refere ao contexto da produção, uma galinha que esteja fora desta especialização produtiva também põe ovos. Drumont cria as galinhas soltas e argumenta que estas são menos estressadas e que a gema do ovo é mais vermelha devido ao verde do capim.

Hamber Rabelo é apresentado como o idealizador da feira, defendida por ele como espaço de comercialização e de aproximação entre os produtores e o público em geral. Nas palavras do entrevistado: “Hoje o mundo ficou meio louco, não tem afetividade, aproximação entre as pessoas. Isso foi se perdendo. Nosso objetivo na feira é também incentivar isso [...]”.

Ao apresentar Sandra Maria da Rocha Silva, a repórter destaca que a mesma “[...] tem uma força no braço capaz de deixar qualquer marmanjo de queijo caído [...]”, ela colhe os palmitos sozinha, como enfatiza a matéria, e também produz hortaliças. O último produtor citado, Frederico Pessanha de Almeida, produz queijos.

Em relação ao vocabulário, utiliza a palavra agrotóxico, que em nenhum momento é classificado nem como defensivo ou nem como veneno. Conforme citado acima, os produtores são chamados de empreendedores. Não foram identificadas palavras ou expressões que indiquem a concepção de natureza que perpassa a matéria. Os agricultores são classificados como “pequenos produtores”, expressão recusada pelas entidades de classe e também criticada em abordagens teóricas da sociologia rural, conforme discutido no ‘Tópico 1.2’.

A palavra Agroecologia é utilizada uma vez e reduzida à dimensão técnica, quando a repórter afirma que os agricultores “[...] se valem das técnicas da agroecologia, como rotação de culturas, cultivo em faixas e policultura”. Os princípios da Agroecologia não se fazem presentes de forma implícita ou explícita. O que chega mais perto de uma

descrição das relações ecológicas envolvidas na agricultura é o relato, citado acima, do agricultor que percebe que a diversidade de plantas é útil para diminuir o ataque de insetos.

A dimensão econômica é central na narrativa, desde o título, passando por várias passagens em que a comercialização se mostra como o objetivo maior. O foco econômico divide espaço com manifestações de relações afetivas com a atividade, como no trecho em que Paulo Drumont afirma: “[...] Crio espécies para mostrar os alimentos para as crianças. Elas ficam loucas”. Este produtor também valoriza o fato de estar dando continuidade a uma atividade da família; e o agricultor Augusto Carvalho valoriza a memória do avô, que plantava no mesmo terreno que ele cultiva atualmente.

As dimensões social e política não fazem parte da narrativa, até a interface com a prefeitura, para viabilizar a feira, é apresentada como uma iniciativa individual, quando relata que o jornalista e advogado aposentado “[...] notou que a cidade demandava um lugar onde os pequenos produtores pudessem vender [...]”. E a criação da lei municipal é apresentada sem agentes, quando afirma que “[...] uma lei municipal garantiu a existência da feira [...]”. Não existem organizações sociais ou políticas públicas envolvidas na notícia, apenas o mercado move as ações e os afetos.

A questão ambiental está implícita no delineamento da pauta, sobre a feira e os produtores orgânicos, mas o texto não fala das relações ecológicas e as implicações ambientais da atividade, nem mesmo a relação dos produtos orgânicos com a saúde dos consumidores e agricultores é abordada. A produção orgânica é valorizada, diversas vezes, sobre a mesma perspectiva, a qualidade dos produtos.

No relato sobre a criação de galinhas poedeiras, informa-se que as trezentas galinhas põem sete mil ovos por mês, e que as mesmas são criadas soltas no pasto. Tal informação pode levantar o questionamento sobre o impacto ambiental negativo desta criação, visto que estes animais são conhecidos por comerem brotos e sementes, prejudicando a vegetação. Como a matéria não informa a área em que estas galinhas são criadas e nem é de competência deste estudo avaliar tal impacto ambiental, não se pretende afirmar que esta criação de galinhas é insustentável, do ponto de vista ambiental, mas evidenciar possíveis incompatibilidades com os

princípios agroecológicos de equilíbrio ambiental. Neste relato, especificamente, observa-se a preocupação com o bem-estar dos animais e com a preocupação ética em relação à vida dos mesmos, visto que se fala do *stress* e informa-se que nenhuma galinha é abatida.

As entidades básicas percebidas no texto são: mercado, qualidade dos produtos, empreendedores, produtividade e município, nenhuma delas conota percepção ambiental, social ou política. A matéria como um todo apresenta os produtos orgânicos a partir da feira, como evento e organização comercial. As informações que extrapolam o âmbito econômico se referem à aproximação entre as pessoas, na feira; a importância dada ao contato das crianças com galinhas; e a relação ética de se evitar o *stress* e o abate das galinhas poedeiras.

A *Gazeta Online* apresentou, em 2016, cinco matérias com a palavra Agroecologia, nenhuma delas traz o tema como assunto principal. Para definir a matéria a ser analisada, foi escolhida a única em que a palavra Agroecologia foi intencionalmente utilizada no texto, se referindo aos alimentos. Nas outras quatro matérias, a palavra é utilizada para designar o cargo do entrevistado: 'gerente de agroecologia e produção vegetal' da Secretaria de Estado da Agricultura (Seag).

A matéria dá dicas e receitas para o aproveitamento de partes pouco utilizadas dos alimentos. O título imperativo, ordena sem rodeios: "Inclua cascas de melão e maracujá no cardápio". O subtítulo afirma a autoridade das nutricionistas como transmissoras de conhecimento: "Nutricionistas ensinam a aproveitar talos, folhas, cascas e sementes".

Duas fontes são citadas no texto, ambas nutricionistas: Luane Magnago e Ana Maria Bartels, coordenadora do curso de nutrição da UVV. A matéria, publicada na editoria 'Bem Estar e Saúde', foi produzida pela jornalista Laila Magesk, que também faz o quadro Vida Saudável, na Rádio CBN-Vitória.

O texto se estrutura a partir das dicas das nutricionistas e a palavra Agroecologia é citada depois que a professora ensina como 'limpar' os alimentos. Ana Maria Bartels orienta lavar as frutas e legumes com escova e água corrente, depois, colocar de molho em solução com água sanitária, ou vinagre, ou bicarbonato, para reduzir "[...] a

carga de bactérias e de resíduos de agrotóxicos [...]”. Depois, defende que o ideal é que sejam comprados “alimentos da Agroecologia”, definidos como “[...] livres de agrotóxicos e de técnicas como a transgenia, que modifica geneticamente os produtos [...]”. A outra nutricionista ouvida também dá dicas de como limpar os alimentos com produtos fabricados para este fim ou com uma solução de vinagre e água oxigenada, mas não esclarece se o objetivo é de minimizar micro-organismos ou produtos químicos.

Conforme foi apresentado na análise da matéria publicada pelo ‘Brasil de Fato’, sobre a recomendação da Anvisa de se lavar os alimentos com o objetivo de reduzir o agrotóxico, especialistas questionam a eficácia deste tipo de procedimento. Por outro lado, é necessário observar também que a nutricionista não está sozinha neste tipo de recomendação, que, embora controversa, foi publicada em um relatório de pesquisa de um órgão público responsável pela segurança alimentar. A recomendação também não foi consequência desta pesquisa, visto que a matéria da *Gazeta Online* foi publicada em 10/11/2016 e atualizada em 16/11/2016 e o relatório da Anvisa foi publicado em 25/11/2016.

A matéria não oferece informações de outros especialistas que discordem do procedimento, sendo assim, a informação controversa é apresentada como verdadeira, sendo apenas relativizada pela própria professora, que aconselha que não sejam utilizadas cascas de abacaxi ou outros vegetais difíceis de serem lavados e faz menção à Agroecologia.

A ideia de limpeza, uma das categorias mais ressignificadas pela Agroecologia, é apresentada em um sentido distinto ao utilizado por esta ciência. Na Agroecologia, afirma-se a valorização de ambientes e alimentos limpos, significando a não utilização de venenos. Como os princípios da Agroecologia partem de uma visão sistêmica entre ambiente e sociedade, não faz sentido retirar o agrotóxico apenas com o objetivo de proteger a saúde do consumidor final, mesmo que esta informação não fosse controversa. Além disso, os venenos lançados no ambiente permanecem na água, no solo e em todo ecossistema, uma vez que não existe ‘fora’ quando se aborda a contaminação do planeta. Ao classificar um alimento como limpo, a Agroecologia considera também a saúde do ambiente e dos agricultores.

Nesta matéria, o alimento agroecológico é conceituado como aquele que é livre de agrotóxicos e alterações genéticas. A definição apresentada reduz a Agroecologia à condição de produto e considera somente os produtos químicos e as alterações genéticas como parâmetros de definição. As dimensões sociais, ambientais e econômicas da Agroecologia não estão presentes no texto.

A matéria não é interpretativa e a modalização concorda com as entrevistadas, ao concluir os depoimentos com palavras como alerta, explica e ensina. Na abertura do texto, a repórter apresenta o pressuposto de que as cascas são jogadas no lixo, aparentemente com o objetivo de envolver o leitor; afirma também que estão errados aqueles que as jogam fora: “Cascas de mamão, melancia e maracujá têm destino certo: o lixo. É um erro, porque elas são ricas em nutrientes [...]”.

As entidades básicas presentes no texto são os nutrientes dos alimentos, citados diversas vezes e utilizados como justificativa da importância de se utilizar as cascas. A limpeza, como combate a micro-organismos e receio em relação aos agrotóxicos, elementos invisíveis, é outra categoria básica, ao lado dos agrotóxicos e dos micro-organismos; e o desperdício, a ser evitado.

Na única matéria que fala de Agroecologia em 2016, o ‘Gazeta *Online*’ reduz o conceito e o insere em um contexto distinto dos seus princípios. O ambiente não é percebido na matéria e o poder de definir a verdade, implicitamente concedido pela ciência, é reafirmado sem que as informações fossem relativizadas ou contextualizadas. As duas entrevistadas apresentam informações e opiniões semelhantes.

A última matéria a ser analisada é do ‘Estado de Minas’ e fala sobre o Mutirão Agroecológico, o evento foi organizado pela rede Mercado Vivo Verde, que congrega várias entidades. O título da matéria é informativo: “Moradores se unem para fazer horta comunitária no Mercado de Santa Tereza”. O agente da frase é explícito e a ação imediata, realizada pelos moradores, é a união, apresentada como meio para a ação final, fazer a horta.

O subtítulo passa as informações básicas do evento: “O Mutirão Agroecológico é das 8h às 16h deste domingo e também terá oficinas, piquenique, roda de conversa e atividades para crianças”. A matéria se estrutura a partir da apresentação das

informações sobre o evento e os organizadores, para, em seguida, detalhar a programação, as atividades, o que deve ser levado, etc.

As vozes presentes no texto são dos organizadores, que compõem a Rede Mercado Vivo, Movimento Salve Santa Tereza, Associação Comunitária do Bairro (ACBST), Feira Terra Viva, Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e outros vários grupos de Agroecologia urbana e manifestações artísticas.

O foco da matéria é o detalhamento do evento, deste modo, o vocabulário apresenta poucas referências de significações associadas à percepção ambiental ou princípios agroecológicos. O texto explica que “[...] os moradores vão se unir para limpar o mato e cultivar hortas comunitárias [...]”. A expressão “limpar o mato”, utilizada pela repórter, é bastante comum, embora a Agroecologia, retrabalhe a significação da ideia de limpeza a expressão está arraigada no vocabulário agrícola. Em outros trechos, o texto demonstra que os participantes se referem a práticas agroecológicas, visto que implantaram uma “horta agroflorestal”, conceito que pressupõe diversidade de espécies, e que foram utilizadas espécies rústicas, “[...] que não demandam manutenção cotidiana [...]”.

A palavra Agroecologia é citada na apresentação dos organizadores, entre os quais, “[...] vários grupos ligados à agroecologia urbana [...]”, e na programação, que inclui a roda de conversa “agroecologia é cultura”, mas não dá nenhuma referência de significação do conceito, associado a qualquer uma das dimensões desta ciência ambiental, social e política.

A dimensão sociopolítica está presente na notícia pelo evento em si, organizado por uma rede de organizações comunitárias e sociais e que tem como objetivo a mobilização coletiva em torno de práticas agroecológicas, além de reivindicar a reabertura do Mercado Distrital. Esta dimensão da notícia, porém não é enfatizada. O depoimento de Luísa Melgaço, do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, aborda a dimensão social quando afirma: “[...] Mais do que experimentar o cultivo, esse exercício fomenta uma rede de boas relações de convívio, passando pelo respeito entre gerações e entre gêneros”.



As entidades básicas presentes no texto são o mutirão, a organização comunitária e a autonomia. A modalização é neutra e utiliza palavras como: informam, completam, acrescenta, entre outras. A notícia é contextualizada apenas em relação aos eventos anteriores, mas não contextualiza a reivindicação de reabertura do mercado, a Agroecologia, ou outros assuntos.

### 3.4 ENTRE A CIÊNCIA E A MÍDIA

A partir dos objetivos desta pesquisa, foi apresentado o contexto discursivo e não discursivo em que se insere a temática agroecológica no jornalismo hegemônico e contra-hegemônico da região sudeste, para em seguida lançar um olhar mais atento ao discurso dos oito textos acima analisados. Pensando no conjunto das matérias apresentadas, percebe-se que os obstáculos para a transição discursiva entre a ciência e a mídia são superados de maneira diferente por cada veículo.

A Carta Maior, ao apresentar o discurso agroecológico sem filtros, mostrou que é possível falar de ciência na mídia sem ser reducionista e utilizando-se de linguagem acessível. O texto de Irene Cardoso, agrônoma e presidente da ABA, discute ciência dentro da formação discursiva da Agroecologia. O texto pode também ser classificado na categoria de popularização da ciência, visto que os aspectos técnicos são comunicados de maneira simples e criativa, para facilitar a compreensão. Este esforço de simplificação, porém, não se apresenta como reducionista e também não existe uma grande diferença entre a linguagem utilizada na entrevista e o discurso agroecológico utilizado nas universidades. Sendo assim, a ideia de popularização como transformação de algo que não é popular em popular, não se aplica completamente à Agroecologia, visto que nesta ciência o diálogo de saberes ocorre dentro do campo científico.

Compreende-se que outras disciplinas e objetos de estudo científico apresentam abstrações ou conceitos mais difíceis de se comunicar em uma linguagem acessível, porém, percebe-se também que várias das relações naturais abordadas pela entrevistada são normalmente apresentadas com linguagem técnica. Nesta entrevista, Irene Cardoso fala em nome da Agroecologia e em nome dos agricultores,

demonstrando na prática discursiva as estratégias de formação do discurso agroecológico, apresentadas por Guzman (s/d) como um esforço para explicar os fenômenos analisados dentro da percepção dos sujeitos envolvidos com estes fenômenos, podendo assim incorporar estes discursos nas ações participativas.

A matéria do 'Brasil de Fato' apresenta a discussão de uma pesquisa científica. As fontes discutem aspectos da metodologia e do relatório da pesquisa; a controvérsia é apresentada para o leitor de maneira compreensível e contextualizada. As informações fornecidas pela Anvisa envolvem um caso típico da objetividade estatística sendo utilizada fora de contexto. Ao apresentar, como um dos principais resultados da pesquisa, o percentual de 1,1% referente ao risco para o consumidor de sofrer intoxicações agudas por agrotóxico, este órgão do governo não informou que as intoxicações agudas são mais frequentes entre agricultores, nem que os principais problemas de saúde causados pelos agrotóxicos são crônicos e também não informou sobre os riscos e impactos causados pelos agrotóxicos em todo ecossistema, incluindo a água.

A falsa objetividade serve perfeitamente para passar a ideia de que os agrotóxicos são seguros, quando na verdade o percentual se refere ao risco de envenenamento imediato do consumidor final. Sem dúvida, este é um tipo de análise que precisa ser feito, mas a apresentação do resultado isolado de outros parâmetros, no mínimo, não contribui para a formação da opinião pública em assuntos relacionados à segurança alimentar relativa ao uso de agrotóxicos.

Este parâmetro, porém, foi proposto por uma instituição governamental e pelos cientistas envolvidos na pesquisa, as informações interpretadas por estes agentes foram transmitidas à imprensa. A notícia foi prontamente aceita pelo 'O Globo' e pela 'Folha de São Paulo', que apresentaram o resultado dentro do enquadramento proposto pela Anvisa, sem ouvir outros cientistas que pudessem avaliar a pesquisa.

A matéria do 'Brasil de Fato', por outro lado, conseguiu apresentar um amplo questionamento do contexto e dos métodos da pesquisa de maneira compreensível. A análise comparada das notícias referentes à pesquisa da Anvisa demonstrou que o obstáculo para a compreensão mais ampla das muitas 'verdades' que se escondem em um percentual estatístico não foi determinado pela linguagem ou pela

complexidade do assunto, visto que o 'Brasil de Fato' conseguiu discutir a pesquisa científica e tornar compreensível a relatividade dos parâmetros.

Os motivos que levaram à abordagem superficial e fundamentada em apenas uma fonte, feita por 'O Globo' e pela 'Folha de São Paulo', não podem ser determinados com base na leitura dos textos e compreende-se que estas questões envolvem múltiplos fatores. Um destes fatores, de fundamental importância, são as fontes. As fontes ouvidas pelo 'Brasil de Fato' apresentaram uma leitura crítica e contextualizada dos dados da pesquisa. Estes atores sociais são cientistas ligados aos movimentos sociais da Agroecologia, produzem conteúdo e são frequentemente ouvidos pelos veículos contra-hegemônicos analisados, estes agentes fazem parte dos movimentos sociais que não são visibilizados pela mídia hegemônica.

A matéria do 'Século Diário' partiu de informações estatísticas, relacionadas às intoxicações provocadas por agrotóxicos e discutiu outros números, contextualizados na dimensão histórica e no alto consumo de agrotóxicos no Brasil. A matéria também fala das implicações normativas envolvidas nos pareceres técnicos, quando informa sobre a alteração nos parâmetros de potabilidade da água, que passam a estabelecer novas substâncias permitidas. Discute, ainda, princípios e paradigmas ao questionar a coerência de se definir uma dose de veneno como segura.

Embora a matéria da 'RBA' tenha sido focada em uma ação dos movimentos sociais, o comboio agroecológico, na entrevista de um dos agricultores são apresentados pressupostos da Agroecologia que se fundamentam em conceitos científicos, quando fala das relações ecológicas entre as plantas e o solo. Interessante observar que o agricultor Geraldo é o portador do discurso científico agroecológico apresentado no texto, quando afirma:

Vocês estão vendo essa árvore caída? Essa árvore cresceu, ela mesmo teve o seu tempo de vida e agora retornou, caiu. E é ela mesmo quem vai sustentar todos os outros cachos e plantas vivas. É o processo de renovação do solo.

Na Folha de São Paulo, a toxicidade do *Malathion* é discutida pelos voluntários da horta e pela hematologista especializada em oncologia pediátrica, que apresenta os problemas de saúde relacionados a este produto, entre os quais, leucemia infantil, tumores cerebrais e linfomas nas crianças. A matéria feita pelo 'O Globo' foi mais

focada nos aspectos comerciais da feira orgânica de Búzios, sem apresentar a dimensão científica da Agroecologia.

Na matéria do ‘Gazeta *Online*’, as informações relacionadas aos nutrientes são apresentadas como se pressupondo que o leitor esteja familiarizado com este vocabulário. Os alimentos são valorizados como adequados pelos seus aspectos funcionais, como redução do colesterol e “funcionamento do intestino”. As informações científicas, legitimada por peritos, são apresentadas como verdades, entre elas a afirmação de que se deve lavar as cascas dos alimentos para se retirar os agrotóxicos. A matéria do ‘Estado de Minas’ também não aborda os aspectos científicos da Agroecologia, visto que é bem focada na programação do evento.

Entre os veículos que discutiram informações científicas relacionadas à Agroecologia, foi possível perceber que os obstáculos técnicos à compreensão dos princípios agroecológicos e às informações relacionadas aos riscos proporcionados pelos agrotóxicos foram bem superadas pelas matérias que deram voz aos atores sociais comprometidos com estas questões, grande parte deles, pertencentes aos movimentos sociais da Agroecologia.

Percebe-se, que quando as informações científicas são apresentadas fora do contexto ao qual pertencem e afirmadas como verdade pela simples autoridade atribuída aos peritos ou representantes governamentais, mais se assemelham à legitimação pré-científica do discurso verdadeiro, que segundo Foucault (1999) se fundamentava no poder do sujeito da fala e não no enunciado do próprio discurso. Em outras palavras, o discurso científico, a princípio, não se fundamenta no poder de quem fala, mas no discurso em si, pelo “[...] seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação e sua referência [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 15), porém, observa-se que o mesmo é também apresentado, na mídia e em outros espaços, como uma verdade fundamentada apenas na profissão ou cargo da fonte, na autoridade dos peritos.

As disputas argumentativas relacionadas às controvérsias que envolvem a utilização de agrotóxicos e transgênicos estiveram pouco presentes na mídia hegemônica, sendo que estas informações, por envolverem riscos, apresentam-se como direito fundamental não apenas para o exercício da cidadania, mas também para a proteção da saúde pública.

Ao pensar a transição discursiva entre a ciência e a mídia, a análise se deparou com situações distintas que levam à percepção de que é necessário se perguntar sobre qual ciência e qual mídia estamos falando. Os textos da 'Carta Maior' e do 'Brasil de Fato', os dois que trataram mais especificamente de abordagens científicas, demonstraram que é possível superar muitas das barreiras impostas pela linguagem ou pela superficialidade do meio.

Ao fazer o diálogo de saberes com o conhecimento popular do agricultor, a Agroecologia faz a transição discursiva entre o vocabulário técnico e coloquial dentro do próprio campo. A entrevista de Irene Cardoso mostra a criatividade das metáforas utilizadas para expressar as relações complexas do ambiente natural e também expressa proximidade com o agricultor.

Na mídia hegemônica, os mecanismos de exclusão atuaram antes de que o conhecimento científico enfrentasse o desafio de apresentar seus conceitos e significados mais complexos. Foucault (1999) enumera três mecanismos de exclusão, o primeiro refere-se aos temas 'proibidos' e à interdição de alguns sujeitos de fala. A baixa visibilidade da Agroecologia na mídia e a interdição dos sujeitos ligados aos movimentos sociais mostra-se como uma efetivação deste mecanismo de exclusão. O segundo mecanismo de exclusão refere-se à separação do discurso do louco, que não é levado muito a sério. Este mecanismo é menos explícito, porém percebido em abordagens que apresentam a Agroecologia como exótica ou alternativa, quase como capricho de uma minoria.

O terceiro mecanismo de exclusão envolve a separação do que é verdadeiro ou falso. Este mecanismo envolve as controvérsias científicas e o processo de legitimação dos discursos pela 'verdade' dos enunciados. Neste quesito, percebe-se a agronomia convencional como discurso dominante, dentro e fora do discurso jornalístico, sendo assim, a 'verdade' construída com base nos paradigmas da Agroecologia costuma ser questionada, implícita ou explicitamente, no discurso dominante.

Além da baixa visibilidade da Agroecologia em si, percebe-se que informações importantes relacionadas ao tema deixam de ser apresentadas, tais como soberania alimentar, riscos relacionados aos agrotóxicos e transgênicos, efeitos da agricultura industrial sobre o solo, a água e o ambiente como um todo. Sem a discussão deste

contexto torna-se difícil para o leitor formar um conceito sobre Agroecologia minimamente semelhante ao que se discute na ciência e nos movimentos sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de significação e formação discursiva da Agroecologia envolve uma ampla articulação entre agentes científicos e não científicos, inseridos em um contexto histórico e permeados pelas relações de poder. A Agroecologia aplica os princípios ecológicos à agronomia e considera a complexidade e a interdependência das relações socioambientais relacionadas à agricultura. Contra-hegemônica como ciência, prática agrícola e movimento social a Agroecologia nasceu entre os alternativos, dialoga com as práticas ancestrais dos nativos e tem sido sistematizada por cientistas que almejam o diálogo de saberes e uma visão sistêmica da realidade socioambiental.

O conceito de Agroecologia envolve princípios, delineados por teóricos, discutidos em congressos, caravanas e campos agrícolas, experimentados por agrônomos e agricultores. Estes conceitos foram sendo estabelecidos em um contexto coletivo, mas restrito, das publicações científicas, eventos, entre outras relações, face a face ou virtuais.

O discurso agroecológico se constitui como formação discursiva que dialoga com discursos ambientalistas, científicos, políticos e agrários, mas que carrega suas próprias especificidades. Compreende-se, a partir do referencial teórico da Análise crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001), que as peculiaridades da maneira como um discurso vê o mundo nem sempre são percebidas por aqueles que não conhecem os mesmos princípios, problematizações teóricas e vocabulário específico. As formações discursivas criam e mantêm os laços entre seus adeptos, como também afastam desconhecidos e opositores, seja pela dificuldade de compreensão da linguagem ou pela resistência a um modo de pensar.

A trajetória desta dissertação, entre a ciência e a mídia, buscou acompanhar este processo, que partiu do delineamento do conceito na ciência para perceber a (re)significação deste discurso fora da 'bolha' formada pelos adeptos e militantes da Agroecologia. Este foco levou à configuração de um *corpus* subdividido em dois perfis

de organizações jornalísticas, classificadas como hegemônicas e contra-hegemônicas, em consonância com o referencial teórico adotado, que observa as relações de poder.

Para abranger o conteúdo acessado pelo grande público foram analisados os textos produzidos pelos *sites* de maior audiência, porém o conteúdo produzido sobre Agroecologia chegou a ser inexistente em alguns destes veículos. Ao olhar um pouco além dos grandes holofotes midiáticos, encontrou-se considerável produção sobre o tema em alguns *sites* específicos de esquerda. Estes textos ofereceram um rico repertório para a realização da análise discursiva. Importante, porém, enfatizar que nem todo jornalismo de esquerda aborda o tema com frequência e que a contra-hegemonia engloba outros matizes.

A primeira variável observada nesta pesquisa afeta todas as outras, a (in)visibilidade da Agroecologia na mídia deve ser considerada antes de se colocar a 'lente de aumento' que evidenciará os detalhes discursivos de textos pouco visíveis ao público, escondidos nas colunas especializadas dos grandes *sites* de notícias ou exibidos em veículos com audiência reduzida, em comparação à grande mídia.

É neste contexto que a Agroecologia (não) é vista. Embora a palavra seja utilizada eventualmente, seu agendamento é menor que 5%, quando comparado ao agronegócio. Na monocultura da mídia, quando se fala de agricultura fala-se de agronegócio, reservando à Agroecologia um papel quase folclórico de prática alternativa.

Neste universo limitado das notícias que citam a Agroecologia, os *sites* hegemônicos e contra-hegemônicos recorrem às suas respectivas fontes para abordar o assunto. Utilizando estratégias de legitimação próprias do jornalismo, as notícias são fundamentadas nas análises de cientistas, representantes governamentais, entre outras vozes. Porém, cada mídia ouve as fontes que melhor se adequam à sua linha editorial. Sendo assim, nenhum dos perfis jornalísticos analisados apresenta diversidade de opiniões.

Deve-se considerar, no entanto, que o jornalismo contra-hegemônico representa, em si, um contraponto ao discurso dominante, mas fala para os adeptos de um mesmo

discurso, sem muito acesso ao 'outro lado', tanto no universo das fontes como no universo dos leitores. Por se tratar de *sítes* de conteúdo diversificado, pressupõe-se que as matérias publicadas nestes veículos sejam acessadas por um público um pouco mais abrangente que os leitores de matérias especializadas em Agroecologia. Mas deve-se considerar, também, que este público está restrito a uma outra 'bolha social', formada pelos leitores do jornalismo de esquerda.

Em relação às fontes, é relevante a ausência de vozes ligadas aos movimentos sociais, no jornalismo hegemônico. Considerando que as redes de Agroecologia são bastante atuantes, tanto na produção de conteúdo como na organização de eventos e acrescentando-se ainda o fato de que as principais entidades agroecológicas possuem a palavra 'Agroecologia' em seu nome, é bastante eloquente o fato de que estas instituições não tenham sido citadas em nenhuma das matérias publicadas em três dos quatro veículos hegemônicos analisados.

Os movimentos sociais agroecológicos atuam diretamente como produtores de conteúdos, que são repercutidos em diversas publicações especializadas e nos veículos contra-hegemônicos analisados. A exclusão destes agentes na grande mídia afeta diretamente a visibilidade e a (re)significação da Agroecologia. Nas poucas vezes em que a palavra foi trazida para o noticiário, no decorrer de um ano inteiro, não trouxe consigo as vozes que ecoam os pressupostos deste movimento social.

A Análise Crítica do Discurso teve como objetivo acompanhar a transição discursiva entre os conceitos de Agroecologia estabelecidos na ciência e a (re)significação percebida na mídia. Não foi o objetivo desta pesquisa analisar até que ponto estes princípios são aplicados na prática, nem levantar divergências ou (re)significações percebidas no próprio campo, mas observar se os conceitos e representações da Agroecologia na mídia vão de encontro ou se afastam dos principais significados atribuídos pela ciência.

Também neste ponto os dois perfis analisados se distinguem. No jornalismo hegemônico, predominaram matérias que apenas tangenciavam o tema sem apresentar princípios ou conceitos agroecológicos, enquanto que nos veículos contra-hegemônicos analisados foram discutidas questões complexas relacionadas ao assunto, em matérias, muitas vezes, extensas para o padrão do jornalismo diário.



Muitos destes textos superam, bastante, o tamanho médio de uma ‘notícia de jornal’ e apontam para a natureza híbrida destes *sítes* de notícias, visto que, embora a maioria deles mantenha uma rotina de atualização diária das informações e um formato semelhante aos jornais impressos, o meio, em si, não restringe o tamanho dos textos.

Este formato, porém, levanta questões relativas à recepção destes textos por parte do público, a princípio, sem tempo e pouco propenso a leituras longas. Mas esta ideia genérica de público também deve ser superada em um contexto de diversidade e a pergunta se refaz para que tipo de leitura é realizada e por quem? Questões levantadas para futuras reflexões ou futuros pesquisadores. Nesta dissertação, interessou o texto, o contexto em que o mesmo se insere e a significação da Agroecologia na mídia.

Ao escolher o jornalismo como objeto de estudo, deve-se considerar características inerentes ao meio, como prazos curtos, foco na cobertura de acontecimentos imediatos, necessidade de atrair a audiência, entre muitos outros fatores envolvidos na produção das notícias e que participam no delineamento da identidade do meio. Neste contexto, falar de ciência na mídia remete ao primeiro obstáculo enfrentado neste processo de transição discursiva: a superficialidade do jornalismo dificulta a abordagem de temas científicos.

Ao tratar especificamente do recorte estabelecido nesta pesquisa, porém, observou-se que a superficialidade do meio foi superada em muitas das matérias analisadas. Matérias que podem ser agrupadas pela riqueza de informações, contextualização histórica ou política das notícias entre outros fatores que apontam para o aprofundamento da informação.

Em relação à Agroecologia, estas matérias disseminaram conceitos e princípios, discutiram políticas públicas, pesquisas científicas, denúncias relacionadas aos agrotóxicos, entre outras questões. Matérias com estas características foram frequentes nos *sítes* contra-hegemônicos, onde foi possível constatar que é possível reproduzir o discurso agroecológico na linguagem jornalística.

A Agroecologia tem especial êxito nesta tarefa por trabalhar com o diálogo de saberes e neste processo constrói um discurso científico-popular dentro do próprio campo de conhecimento. A linguagem acessível, porém, foi portadora de linhas de raciocínio bastante complexas, envolvendo a desconstrução de paradigmas sedimentados, proposição de análises sistêmicas, transmissão de conceitos técnicos e até discussão de controvérsias científicas.

O discurso ambiental, implícito ou explícito no texto, variou da abordagem holística, que evidencia as conexões socioambientais, aos enquadramentos em que a notícia foi apresentada sem relação com os fatores ambientais, passando por aquelas que abordaram questões específicas relacionadas à biodiversidade, mudanças climáticas, riscos e contaminações por agrotóxicos, entre outras.

Não foi possível verificar a predominância de um discurso ambiental específico, visto que as abordagens foram distintas mesmo entre os veículos com o mesmo perfil. Houve uma predominância, porém, na grande mídia, de matérias em que a dimensão ambiental não está explícita no texto. Muitas dessas matérias tratam de notícias específicas, sem conexões imediatas com as questões ambientais. Não se pretende aqui moralizar a abordagem jornalística, apontando a lacuna ambiental como falha, mas observar que o paradigma da fragmentação, analisado por Morin (2006), que consiste na simplificação do real em disciplinas, especialidades e assuntos é reproduzido no jornalismo e contribui para a desatenção em relação às conexões ambientais inerentes às atividades diversas.

A racionalidade ambiental, conceituada por Leff (2002; 2006; 2007) também foi percebida em algumas matérias, geralmente trazida pelas fontes ligadas ao movimento agroecológico. São textos que enfatizam inter-relações entre fatores sociais e ambientais, destacam a ligação entre a conservação ambiental, a autonomia dos agricultores e a soberania alimentar, entre muitas outras argumentações que se encaixam em uma percepção ecossocial do ambiente e da sociedade.

A representação da Agroecologia na mídia está inserida dentro de outros contextos discursivos e não discursivos que envolvem fatores como oferta de subsídios financeiros, assistência técnica, conteúdo e abordagem dos cursos técnicos e científicos relacionados à agronomia, em um contexto amplo e complexo dentro do

qual se insere o imaginário social relacionado à Agroecologia, bem como suas possibilidades práticas de adesão e implementação.

Citando apenas o aspecto econômico, o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018<sup>78</sup> do governo federal anunciou um aporte de R\$ 190,25 bilhões para agricultura, sendo R\$ 30 bilhões para a agricultura familiar. Ou seja, pouco mais de 15% destes recursos se destinam à agricultura familiar e menos ainda à Agroecologia. Compreende-se, assim, que a invisibilidade e o *status* secundário da Agroecologia estão inseridos em contextos diversos, que contribuem com a manutenção da posição hegemônica da agricultura convencional.

A trajetória de resistência da Agroecologia não impede que a mesma continue sendo vista e representada como alternativa. Porém, o movimento agroecológico não almeja apenas mudanças individuais em relação à agricultura dominante, sendo assim, ao utilizar a distinção estabelecida por Raymond Williams (2011), entre alternativos e opositores, reafirma-se que a mesma não é alternativa porque propõe uma mudança coletiva nas práticas agrícolas e reafirma sua oposição ao agronegócio, exercendo a contra-hegemonia.

A ideia de ‘monocultura da mente’, apresentada por Shiva (2003), vem de encontro ao conceito de hegemonia e evidencia as influências do pensamento único nas relações ambientais, sociais e socioambientais. No sentido literal, a padronização da monocultura se opõe a uma ampla diversidade de (agri)culturas, desenhando uma dualidade que não é simétrica, pois opõe o único ao diverso, grandes territórios ocupados por uma espécie vegetal e um tipo de relação socioeconômica a vários territórios ocupados por diversas espécies e diversas relações socioeconômicas e culturais. No sentido metafórico, superar a monocultura da mente depende de uma transformação mais ampla que a mera substituição de um padrão por outro.

O processo de pesquisa revelou muitos caminhos possíveis de análise sobre Agroecologia, sociologia e comunicação ambiental, contra-hegemonia, semiótica, entre outras possibilidades bastante instigantes de investigação.

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/governo-anuncia-r-190-25-bilhoes-com-juros-menores-para-financiar-agricultura>. Acesso em 18/01/2018.

A análise da comunicação realizada diretamente pelas organizações agroecológicas e suas articulações em redes, reais e virtuais, por exemplo, representa uma importante abordagem a ser explorada. O estudo da utilização do conceito de Agroecologia por agricultores e da percepção que os mesmos têm em relação ao discurso da mídia relacionado ao tema, observando sua adesão ou visão crítica em relação aos significados veiculados, apresenta-se como importante para entender como se dá a assimilação e/ou questionamento a estes significados.

A produção publicitária do agronegócio, que, entre 2016 e 2017, foi fortemente impactada pela campanha 'A indústria riqueza do Brasil', se configura como um amplo material para análise. A representação da agricultura orgânica na novela da Rede Globo, 'O velho Chico', que foi ao ar em 2016, também apresenta conteúdos a serem explorados.

A análise semiótica das imagens relacionadas ao tema também abre caminhos para explicitar percepções e representações relacionadas à natureza e à agricultura, bem como compreender as disputas simbólicas, que envolvem identidades, paradigmas e senso de valor. As produções publicitárias do agronegócio, a produção jornalística sobre agronegócio e agricultura familiar, os vídeos produzidos pelos defensores da Agroecologia, entre outros, apresentam-se como possíveis recortes para uma análise semiótica.

A abordagem feita pelo jornalismo de questões como segurança alimentar, soberania alimentar e riscos relacionados aos agrotóxicos e transgênicos também se apresenta como um estudo necessário para explicitar como estes temas estratégicos são apresentados ao público. As notícias (ou a falta delas) relacionadas ao patenteamento de sementes também merecem ser analisadas, pela sua importância vital para a autonomia das populações.

A representação da agricultura familiar na mídia também promete oferecer rico material de análise no que se refere à identidade e valoração deste segmento. No levantamento inicial desta pesquisa foi possível perceber, no jornalismo, a classificação da agricultura familiar como agronegócio. As disputas pela identidade social destes agricultores apresentam-se com amplas possibilidades de análise.

O presente estudo, ao deixar explícita a invisibilidade da Agroecologia na mídia hegemônica e identificar o bloqueio às vozes dos movimentos sociais nestes veículos, reafirma a compreensão de que a informação não é neutra, mas pertence a um ponto de vista, portanto, faz-se necessário informar quais os interesses são defendidos pelos meios de comunicação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Sônia; CERQUEIRA, Jean Fábio. *Comunicação ambiental como campo de práticas e de estudos*. São Caetano do Sul: Comunicação e Inovação, v. 13, n. 24 (11-20), 2012.

ALIER, J Martinez. *El ecologismo popular*. Revista Ecosistemas, 2007, n. 16(3), p. 148-151. Disponível em: <https://revistaecosistemas.net/index.php/ecosistemas/article/viewFile/121/118>. Acesso em 20 fev. 2018.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Rio Grande do Sul: Ed. UFRGS, 1998.

ALTIERI, A Miguel. *Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar*. Presidente Prudente: Revista Nera, 2010. Ano 13, n. 16, p. 22-32. Disponível em: < <http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1362-3896-1-PB.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª Ed. Ver. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

AZEVEDO, Elaine. *Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersectorial*. São Paulo: Saúde e Sociedade, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000300016)>. Acesso em 20 fev. 2018.

AZEVEDO, Elaine. *O ativismo alimentar na perspectiva do locavorismo*. São Paulo: Ambiente & Sociedade, v. XVIII, n. 3, p. 81-98, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n3/1809-4422-asoc-18-03-00081.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A opinião pública não existe. Les tempes modernes*, 318, 1973. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/doc/144401691/BOURDIEU-Pierre-A-Opinio-Publica-Nao-Existe-pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Cómo se forma la 'opinion pública'*. *Le Monde Diplomatique*, nº 151, 2012. Disponível em: < <http://www.eldiplo.org/notas-web/como-se-forma-la-opinion-publica>>. Acesso em 20 fev. 2018.

CAPORAL, R. F.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/ DATER-IICA, 2004. Disponível em: < <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

CAPORAL, R. F. (ORG). *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília, DF: Paulus, 2009. Disponível em: < [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2018.

CASTRO, Laura S. Peixoto; MONTEIRO, Janine Kieling. *Fumicultores advertem: a causa do seu sofrimento é a exploração no trabalho*. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 87-97, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000100087&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000100087&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 04/05/16.

CAVALCANTI, Clóves. *Uma tentativa de caracterização da economia ecológica*. *Ambiente & Sociedade*, vol. 7, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23541.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

CERQUEIRA, Jean Fábio Borba. *Discursos e ideologias na comunicação ambiental: uma configuração tipológica sob o enfoque da teoria cultural marxista de Raymond Williams*. 2º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA) Universidade Federal de Sergipe (UFS) – maio de 2013.

DELGADO, Guilherme C. *Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária*. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DORNELAS, Rafaela Silva. *Movimento agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na Agroecologia*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

DRYZEK, John S. *The politics of the earth: environmental discourses*. New York: Oxford University Press, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica*. São Paulo: Linha d'Água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728/51460>>. Acesso em 20 fev. 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso no Colège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980*. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecología: plantando las raíces de la resistencia*. *Agroecologia* 8, 2013

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso 20 fev. 2018.

GUIVANT, Julia. *Apresentação do dossiê mapeando os caminhos da sociologia ambiental*. *Política e Sociedade*, n. 7, p. 9-25, 2005. Disponível em: <

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1963/1715>>. Acesso em 20 fev. 2018.

GUIVANT, Julia. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado. *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói: Ed. UFF, 2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. Córdoba: Instituto de Sociología e Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, España, s/d. Disponível em: < [https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/la\\_agroecologia\\_comoEduardo-Sevilla.pdf?iv=228](https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/la_agroecologia_comoEduardo-Sevilla.pdf?iv=228)>. Acesso em 20 fev. 2018.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *La Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Lanino América*. Espanha, 2000. Disponível em: < <https://geografiaposgrado.files.wordpress.com/2009/04/agroecologia-y-desarrollo-rural1.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas*. Porto Alegre: Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: < [http://pvnocampo.com/agroecologia/a\\_perspectiva\\_sociologica\\_em\\_agroecologia.pdf](http://pvnocampo.com/agroecologia/a_perspectiva_sociologica_em_agroecologia.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2018.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *La Agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. Mendoza: Facultad de Ciencia Agrarias, 2009. Disponível em: <[http://socla.co/wp-content/uploads/2014/la\\_agroecologia\\_comoEduardo-Sevilla.pdf](http://socla.co/wp-content/uploads/2014/la_agroecologia_comoEduardo-Sevilla.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2018.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoria sociológica*. Agroecologia, 8(2), p. 27-34, 2013. Disponível em: < <http://revistas.um.es/agroecologia/article/viewFile/212161/168381>>. Acesso em 20 fev 2018.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HANNIGAN, John. *Sociologia ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (COORD). *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>. Acesso em 20 fev 2018.



KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1998.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru: Edusc, 2012.

LEFF, Enrique. *Agroecologia e saber ambiental*. Porto Alegre: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 3, n1, jan-mar. 2002. Disponível em: <[http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n1/revista\\_agroecologia\\_ano3\\_num1\\_parte08\\_artigo.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_num1_parte08_artigo.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2018.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

LEMOS, André; Arte e mídia locativa no Brasil. In: LEMOS, André; JOSGRILBERG, Fábio (Org). *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil*. Salvador: Ed. Universidade Federal da Bahia, 2009.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2014.

MANGABEIRA, João Alfredo de Carvalho. *Desenvolvimento rural via proteção ambiental: uma nova forma de desenvolvimento rural, que privilegie a proteção ambiental é perfeitamente factível*. Carta Maior, 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Desenvolvimento-rural-via-protecao-ambiental/3/36074>>. Acesso em 20 fev. 2018.

MARTINS, Rodrigo. *A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), vol. 30, nº 87, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n87/0102-6909-rbcsoc-30-87-0097.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

MIRANDA, Edna Lopes; FIÚZA, Ana Louise Carvalho. *Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte*. Piracicaba: RESR, vol. 55, n. 01, p. 123-136, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032017000100123&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032017000100123&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 20 fev. 2018.

MOLINA, Manuel González; GARCÍA, Daniel López; CASADO, Gloria Guzmán. *Politizando el consumo alimentario: estrategias para avanzar en la transición agroecológica*. Redes – Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/9511/pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

MOM-Brasil. *Media Ownership Monitor Brasil*, 2017. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em 26/01/2018.

MORAES, Dênis. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2009.

MORAES, Dênis. *Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci*. Porto Alegre: Revista Debates, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>. Acesso em 20 fev. 2018.

MORAES, Dênis. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Ed. Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

MORIN, Edgar. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (Org.) *Para navegar no século XXI*. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais, investigações em psicologia social*. 11a Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

NORDER, Luiz Antonio *et al.* *Agroecologia: polissemia, pluralismos e controvérsias*. São Paulo: Ambiente & Sociedade, v. XIX, n. 3, p. 1-20, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt\\_1809-4422-asoc-19-03-00001.pdf](http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt_1809-4422-asoc-19-03-00001.pdf). Acesso em 20 fev. 2018.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto. In: ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª Ed. Ver. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012 p. 7-14.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil*. RESR. Vol. 52, Supl. 1, p. SO63-SO84. Piracicaba: 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600004). Acesso em 20 fev. 2018.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Ed. Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

RUSCHI, Augusto. *Agroecologia*. Brasília: Horizonte Editora, 1978.

SANTOS, Luciene Conceição. *A (des)construção do Jeca Tatu: uma análise da personagem de Monteiro Lobato*. Salvador: III Encontro Baiano de estudos da Cultura, 2012.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da*

concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Ed. Boitempo; Rio de Janeiro: Faperj, 2013.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas de biodiversidade e biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.

TOLEDO, Victor. *A agroecologia é uma revolução epistemológica*. *Agriculturas*: v. 13 - n. 1, março, 2016. Disponível em: < <http://aspta.org.br/revista/v13-n3-agroecologia-e-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em 20 fev. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. In: XX Encontro Anual da Ampocs. GT 17, Processos Sociais Agrários. Caxambu: 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Histicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>> Acesso em 20 fev. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*. Piracicaba: RESR, vol. 52, supl. 1, p. S025-S044, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002)>. Acesso em 20 fev. 2018.

WEZEL, Alexander *et al.* *Agroecology as a science, a movement and a practice*. EDP Sciences, p. 503-515, 2009. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/wezel-agroecology.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2018.

WILLARD A. *On the Concept of Ideology in Political Science*. *American Political Science Review*. v.66, n.2, p. 498-510, 1974.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1999.